

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Doutorado

**MULHER E POLÍTICA:**  
Um estudo da participação feminina na Câmara  
Municipal de Goiânia

Constantina Ana Guerreiro Lacerda

Rio de Janeiro  
Maio, 2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Constantina Ana Guerreiro Lacerda

**MULHER E POLÍTICA:** Um estudo da participação feminina na Câmara Municipal de Goiânia

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Serviço Social

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Dores Campos Machado

Rio de Janeiro  
2008

Constantina Ana Guerreiro Lacerda

**MULHER E POLÍTICA:** Um estudo da participação feminina na Câmara Municipal de Goiânia

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2008

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Dores Campos Machado  
(ESS/UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Clara Maria de Oliveira Araújo (UERJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Myriam Lins de Barros (ESS/UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira  
(ESS/UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Walderez Loureiro Miguel (UCG)

## **Agradecimentos**

À minha família, pelo apoio imprescindível para a elaboração deste trabalho.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Dores Campos Machado (ESS/UFRJ), por todo apoio, sem o qual não seria possível concluir esta tese.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Clara Maria de Oliveira Araújo (UERJ), Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Myriam Lins de Barros (ESS/UFRJ), Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira (ESS/UFRJ) e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Walderez Loureiro Miguel (UCG), pelo acompanhamento no processo de doutorado e por se disponibilizarem para a banca examinadora.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cecília Loreto Mariz (UERJ) e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andréia Moraes Alves (ESS/UFRJ), por aceitarem participar da banca suplente.

À Universidade Católica de Goiás, pela possibilidade de realização deste curso de pós-graduação, por meio do convênio firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e pelo incentivo durante o período do curso.

À equipe do Programa Interdisciplinar da Mulher Estudos e Pesquisa, pela solidariedade e apoio, que permitiram minha dedicação nos últimos momentos da tese.

Ao departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás pelo apoio.

Para Homero, Saulo e Ana  
Para minha mãe e nossa família

## Resumo

O objetivo desta tese é traçar o perfil das vereadoras da Câmara Municipal de Goiânia no período entre 2004-2008.

O tema *Mulher e Política: Um Estudo da Participação Feminina na Câmara Municipal de Goiânia* foi desenvolvido a partir de uma *Perspectiva Feminista Histórica*. Entende-se que esta abordagem, ao fazer a crítica da modernidade, aportou às Ciências Sociais a renovação de paradigma e abertura necessária à dinâmica do conhecimento sobre o objeto de estudo mulher.

O material empírico foi construído através de observação sistemática de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e jornais, de entrevistas individuais e análise de discurso.

A interpretação dos dados à luz do debate teórico permitiu traçar perfis das vereadoras que podem ser compreendidos em dois tipos. O primeiro revela elementos progressistas da cultura política brasileira. Nesse aspecto as atoras sociais apresentam uma trajetória política marcada pela experiência nos movimentos sociais. No segundo predominam elementos tradicionais dessa mesma cultura. Nesse caso, a filiação partidária ocorre pelo modo predominante na sociedade brasileira, a partir dos relacionamentos de grupos familiares e de trabalho.

Percebe-se a necessidade do desenvolvimento de estudos de gênero nesta área, que possam contribuir com a luta das brasileiras por equidade na política.

LACERDA, Constantina Ana Guerreiro. **Mulher na Política: Um estudo da participação feminina na Câmara Municipal de Goiânia**. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

## **Abstract**

The subject of this thesis is to trace the profile of the councilwomen in Goiânia's City Council, in the period from 2004 to 2008.

The theme Woman and Politics: A Study of the Feminist Participation in Goiânia's City Council was developed from a Historical Feminist Perspective. This perspective has a criticize approach to modernity, and it caused the necessary changes and renew to the study of the object woman.

The material used on this research is composed of a systematic observation of the Free Electoral Add on Television, newspapers, individual interviews and analysis of electoral speech.

The interpretation of the data through a theoretical debate made it possible to delineate the councilwomen's profiles that fit in one of two types. The first type reveals progressive elements from brazilian's political culture with councilwomen political history marked by participation in social movements. The second type is characterized by traditional elements from this same culture and in this case the party affiliation occurs by means of family and work groups.

It is perceptible then the necessity of gender studies in this area, that may contribute to the brazilian's women fight for equity in politics.

## Lista de Siglas e Abreviaturas

ADFEGO	Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás
ANPOCS	Associação Nacional de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências Sociais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Acessoria
CEVAM	Centro de Valorização da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNMB	Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras
COM	Centro Popular da Mulher
CPA	Comissão Permanente de Acessibilidade de Goiânia
CRER	Centro de Reabilitação e Readaptação Henrique Santillo
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FMA	Féminin-Masculin-Avenir
FUMDEC	Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
ICC	Índice de Compromisso Cumprido
INSTRAW	Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher
LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MLF	Mouvements de Libération dès Femmes
MP	Medida Provisória
NOW	National Organization of Women
ONEDEF	Organização Nacional de Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência Física
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PAM	Plataforma de Ação Mundial

PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIM-EP	Programa Interdisciplinar da Mulher – Estudos e Pesquisas
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPF	Plataforma Política Feminista
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social-Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialista e Liberdade
PSP	Partido Social Progressista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
TC-GO	Tribunal de Contas de Goiás
THD	Técnico em Higiene Dental

UBM	União Brasileira de Mulheres
UCG	Universidade Católica de Goiás
UDN	União Democrática Nacional
WLM	Women Liberation Movement

## Lista de Ilustrações

Gráfico 1: Número de candidatas à vereança por partido, Câmara Municipal de Goiânia, 2004. Fonte: TRE. ....	123
Fotografia 1: Foto de campanha (“santinho”) da então candidata Cidinha Siqueira. ....	132
Fotografia 2: Foto de campanha (“santinho”) da então candidata Marina. ....	135
Fotografia 3: Foto de campanha (“santinho”) da então candidata Cida Garcêz. ....	138
Fotografia 4: Foto de campanha (“santinho”) da então candidata Jacyra Alves. ....	141
Figura 1: Mapa da distribuição dos votos da vereadora Cidinha Siqueira. ....	148
Figura 2: Mapa da distribuição dos votos da vereadora Marina. ....	151
Figura 3: Mapa da distribuição dos votos da vereadora Cida Garcez. ....	154
Figura 4: Mapa da distribuição dos votos da vereadora Jacyra Alves. ....	157

## Sumário

1	Introdução .....	13
2	Debate Teórico.....	23
2.1	A Vida Moderna e a Condição Feminina .....	23
2.2	A Questão da Identidade.....	35
2.3	A Concepção de Poder e Empoderamento .....	49
2.4	Cidadania - Representação e Participação Política.....	59
3	O Feminismo como Movimento Político .....	73
3.1	A Luta Sufragista.....	73
3.2	A Fase Radical.....	82
3.3	A Fase de Institucionalização .....	99
4	O Legislativo Municipal de Goiânia.....	115
4.1	Dados Históricos.....	115
4.2	Composição da Câmara Municipal de Goiânia: 2004-2008.....	121
5	Perfil das Vereadoras .....	130
5.1	Apresentação e Filiação Partidária .....	130
5.2	Campanha e Plataforma Política.....	146
5.3	Atuação Parlamentar.....	164
6	Considerações Finais .....	174
	Bibliografia.....	180
	Anexos .....	190

## 1 Introdução

A presença das mulheres na política tem suscitado indagações e pesquisas na sociologia brasileira, mas tais estudos, além de serem numericamente reduzidos, não cotejam todas as unidades federativas do país e tendem a privilegiar o legislativo no plano federal. O tema Mulher e Política: Um Estudo da Participação Feminina na Câmara Municipal de Goiânia é atual e tem relevância por sua historicidade e contexto.

A delimitação temporal do objeto desta tese de doutorado, a participação política das mulheres no poder Legislativo da capital de Goiás, tem um recorte que compreende o período da propaganda eleitoral iniciada em agosto de 2004, o da eleição em outubro desse mesmo ano e a legislatura propriamente dita, até dezembro de 2007, englobando parte do mandato das vereadoras para observação.

Os estudos e pesquisas sobre a mulher não devem considerá-la em uma totalidade homogênea. Ressalta-se a intenção aqui de afastar proposições essencialistas sobre os gêneros. O tipo de consciência das injustiças e desigualdades que as mulheres são submetidas decorre, entre outros, de fatores como nível de instrução, renda econômica, posição na estrutura familiar e de classe, grau de aspirações individuais e acesso a bens e serviços socioculturais, conforme a sociedade na qual estão inseridas.

Falar de poder político das mulheres em tal contexto é desafiador e aguça o interesse de pesquisadores, em investigar a relação entre perfil feminino e atuação política no exercício do poder legislativo municipal. Em consequência disso, as questões selecionadas como núcleo para investigação ou problema são: A participação política partidária da vereadora ressignifica sua identidade de mulher? A atuação política das parlamentares tem interface com o projeto feminista brasileiro?

A História de Goiás é abundante em aspectos a serem desvelados e revelados. A cultura política é um deles. Nesse contexto, justificar uma temática de investigação representa inicialmente o próprio exercício político da pesquisadora. Ainda mais se essa temática comportar um leque de possibilidades instigantes, como o que se refere à legitimação do poder político exercido pelas mulheres na esfera do legislativo local.

O tema investigado nesta tese foi desenvolvido a partir de uma Perspectiva Feminista. Entende-se que esses estudos, ao fazerem a “crítica da modernidade”, aportaram às ciências sociais a renovação de paradigma e abertura necessária à dinâmica do conhecimento, transcendendo e transformando o objeto de estudo “mulher”.

Desse modo, com o movimento feminista surge uma nova maneira de pensar sobre a cultura, sobre a linguagem, a arte e a experiência das mulheres. Algumas bandeiras do pensamento feminista como “O Pessoal é Político”; “Democracia em Casa e na Rua”; “Diferença sim, Desigualdade Não” comportam idéias-chaves presentes no cotidiano que, se não contam com a total adesão das mulheres, acenam para a necessidade do reconhecimento das diferenças e valorização da diversidade e da pluralidade entre esse segmento populacional.

Justificar a natureza investigativa aqui, visa assegurar o recorte que pretendo do objeto, a viabilidade do projeto em pauta e o lugar a partir do qual esta investigação desenvolveu-se.

Variadas ideologias e terminologias como Estudos de Mulher, Estudos de Gênero ou Relações de Gênero foram trabalhadas nas ciências sociais. Assim vale ressaltar: “O que distingue uma abordagem feminista é o exame crítico das relações tendo em vista a existência de um recorte de gênero, que também define desigualdades sociais” (BRUSCHINI, 1992:291).

Em tal perspectiva o conceito de gênero, com larga influência nas ciências sociais brasileiras, passou a ser compreendido com base nas reflexões de Scott (1991:15), contendo duas partes: de um lado, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; de outro lado, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Para essa autora o gênero é um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Desse modo a política é pensada como um aspecto importante de investigação sobre as relações de gênero e análise histórica.

Nessa linha de reflexão as discussões sobre o feminismo apontaram para seu caráter político. “Assumia-se com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que constituiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança” (LOURO, 1997:19).

A esse respeito, destaca-se o surgimento de grupos de consciência enquanto atores sociais “com uma agenda política para a mudança de práticas sociais pertinentes à mulher, que se manifestaram diferentemente, segundo o lugar e espaço social, incluindo-se, aí, a universidade” (AGUIAR, 1997:12).

As teorias feministas apresentam interseções com diferentes frentes contemporâneas do conhecimento. Conforme Dias, “a própria natureza da consciência feminista parece aderir ao historicismo”. Portanto, na perspectiva historista, trata-se de “reconstruir ou redefinir os processos de subjetividade, de identidade, da própria racionalidade, que volta para o passado a fim de se reencontrar devidamente relativizado, no presente” (DIAS, 1992:41).

É conveniente lembrar que o Feminismo e os Estudos de Gênero enquanto instrumento de conhecimento e de atuação política, teve no Brasil, uma

institucionalização distinta da inspiração radical presente na contraparte norte americana ou européia. Duas situações são enfatizadas no caso brasileiro. “Uma orientação muito mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os sexos e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas; e uma manifestação mais centrada em expressivo grupo de acadêmicas” (HEILBORN, SORJ, 1999:186).

Essa referência diz respeito aos feminismos brasileiros em sua fase mais contemporânea, manifesta no país e consolidada com a abertura política. Os feminismos que se configuraram no Brasil no final das últimas décadas mesclaram características das três fases do feminismo sedimentado nos Estados Unidos e na Europa. Três gerações daquelas feministas exerceram influência entre as brasileiras: a primeira, como aquela que havia proposto o igualitarismo de direitos entre homens e mulheres; a segunda geração, pós-68, como a que se definia pela proposição da diferença radical entre identidade feminina e masculina; e a terceira geração, que advogava a manutenção da diferença entre os sexos/gêneros. (MACHADO, 1992:25).

Isso posto, diante do caráter plural dos movimentos feministas brasileiros, postulo uma identificação com a terceira geração proposta por Lia Zanotta Machado que é: “pensar simultaneamente a diferença entre mulheres e homens no plural e no singular, intramulheres e intra-homens, colocando, portanto, ambas, universalidade e particularidade, em questão” (MACHADO, 1992:31). Com isso pretendo dialogar com a perspectiva socialista por considerar que ela permite defender valores de justiça social e igualdade de gênero.

Além disso, esse posicionamento é sustentado pela necessidade de se compreender o específico da identidade feminina, sua posição na sociedade, e a construção relativa e cultural do gênero em lugares e momentos históricos ainda pouco investigados.

O exame da participação político-partidária da mulher está inscrito na discussão das “transformações democráticas” mais acentuadas nas últimas décadas. No final de 1970 o movimento feminista muda sua organização e mobilização saindo das ruas, tornando-se institucional em organizações governamentais ou não governamentais. Como resultado dessa estratégia, uma preocupação com a discriminação feminina passou a fazer parte das agendas dos governos de diversos países e organizações internacionais.

Nesse sentido um instrumento importante merece destaque. Trata-se da “Convenção sobre a eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher” (CEDAW), aprovada na Organização das Nações Unidas em 1979. Fundamental para discutir a construção de cidadania para as mulheres, a CEDAW esclarece sobre igualdade e discriminação, aponta obrigações do Estado, reconhece e examina hipóteses e resultados. Dois anos após ser instituída, essa Convenção passou a contar com um comitê coordenado pela ONU, que se encarrega de informar anualmente a situação das mulheres e as medidas tomadas pelos países para combater as desigualdades e as discriminações.

Apoiadas na CEDAW, instituições não governamentais e organizações das mulheres de países da América Latina, publicaram os resultados de um projeto “Índice de Compromisso Cumprido (ICC) uma estratégia para o controle cidadão da Equidade de Gênero.” O ICC, mensurou o alcance de metas propostas para os anos 1995 a 2000. Seus dados quanto à participação e acesso ao poder, indicam que o Brasil é o penúltimo dentre os países avaliados, com um percentual de alcance total das metas em 35%. Isso indica que as barreiras para uma reparação equitativa do poder não foram eliminadas de todo, e que a região se encontra longe de alcançar o compromisso assumido, logo: *“Se evidencia así que se requiere de un proceso complejo y progresivo de*

*empoderamiento y cambio cultural que debe de dar-se no solo en la esfera de lo público, sino en todo ámbito de relaciones de poder o saber donde hombres y mujeres participan” (VALDÉS et. ali. 2006:20).*

Portanto, destaca-se que a presença das mulheres latino-americanas, e em especial das brasileiras, no espaço político, reflete a “distância que existe entre a igualdade de direitos reconhecida pelas leis e sua concretização efetiva” (id. Ibid.).

Sobre o pequeno crescimento da participação das brasileiras, mostrado pelo índice ICC, é possível observar que tanto o aumento de nível de educação escolar quanto a adoção da lei de cotas na política, não foram suficientes para garantir mudanças relativas à autonomia e qualidade de vida das mulheres. Isso aponta para a necessidade de mais ação efetiva que possa contribuir para mudar aquela realidade indicada. Esta é uma questão a ser trabalhada por todos aqueles que defendem a democracia e combatem as desigualdades estruturais da nossa sociedade.

A atual Constituição Brasileira também chamada de Constituição Cidadã, instituiu novos direitos sociais e políticos para as mulheres em decorrência das reivindicações dos movimentos sociais e das mudanças vividas no país. Dentre tais direitos, o direito político é o que interessa no momento, porque deu visibilidade à participação das mulheres na discussão dos temas relacionados aos seus interesses.

Além desses elementos, outras razões justificam trabalhar o tema proposto. A primeira está relacionada ao aspecto particular que não foge à regra do nível geral brasileiro, sobretudo se a “ciência política é pensada como um bastião no que se refere ao feminismo e condição de poder feminino” (SCOTT, 1991:33).

Nesse sentido, a ciência política entre nós, é um campo onde a participação política feminina não tem alcançado os patamares de outras temáticas. Cumpre destacar que a presença dos estudos feministas aparece em extensão e profundidade em

diferentes áreas do conhecimento, como na Sociologia, Antropologia Cultural, História, Psicanálise e Literatura. Ainda que o debate teórico tenha possibilitado a inclusão de uma análise sobre os conceitos de sexo, gênero e mulher, discutindo as ambigüidades, dificuldades e avanços para o feminismo nas muitas disciplinas das ciências sociais brasileiras, ainda assim, foram identificadas carências desses estudos em outras áreas, das quais ressalto principalmente as Ciências Políticas e o Serviço Social.

Na realidade brasileira de modo geral, existe pouco estudo sobre a participação da mulher na política local. Em Goiás e Goiânia não é diferente. De modo geral tais estudos aparecem mais relacionados com os movimentos sociais do que com a questão da participação política partidária ou eleitoral. Esse é um motivo pelo qual o presente estudo torna-se importante não só devido sua escassez, mas também devido à importância social de conhecimento desta natureza, que venha contribuir para articulação de elementos gerais e particulares de tais investigações. Pois como já foi mostrado, apesar do incentivo das “cotas,” nenhum partido político nas eleições de 2004 em Goiânia completou seu percentual de candidaturas femininas para o legislativo municipal.

Ao longo da história da Câmara Legislativa Municipal em foco, um período de setenta anos, apenas dezessete mulheres foram eleitas vereadoras. Portanto este estudo tem relevância dado seu aspecto original e pode contribuir para o debate político ao traçar e documentar a trajetória e o perfil social das atuais vereadoras no exercício do poder naquela casa legislativa.

A luta das brasileiras para que a presença da mulher na política deixe de ser exceção merece ser ampliada, reconhecida. Esta investigação pretende com ela colaborar.

Outra razão que justifica esta tese está intimamente relacionada à primeira, no sentido de investigar a relação entre a luta pelo reconhecimento e consolidação do poder e da identidade social feminina como modo de defender e ampliar o processo democrático neste local. Pois aqui está em consideração, a possibilidade de naquele espaço serem criadas estratégias mais democráticas frente ao poder centralizado nas mãos das elites. O poder aqui em questão é o poder político presentificado na relação social cotidiana. Aquele construído pelos agentes sociais nas relações vivenciadas nos partidos políticos e entre os eleitores e seus representantes. Uma forma inovadora de compreender e explicar essas relações sob a ótica feminista é analisada por Clara Maria de Oliveira Araújo.

É provável que o processo histórico de construção da esfera pública, estimulador de um senso comum em que a exterioridade das mulheres em relação à política foi se consolidando como algo natural, tenha contribuído para a ambigüidade observada na relação que os próprios movimentos de mulheres vieram a estabelecer com o poder político, na trajetória de constituição de seus direitos e, posteriormente, em sua afirmação como sujeitos políticos (Araújo, 2002:142).

O poder aqui em foco caracteriza-se por romper com a categorização atribuída às mulheres de serem “apolíticas” e, portanto, permanecendo na condição de representadas e não assumindo o lugar de representantes. Como todo poder é relacional, torna-se interessante examinar as trajetórias das mulheres na política partidária e o tipo de atuação desenvolvida por elas.

O tema do perfil feminino tem constituído objeto de estudo que aparece mais relacionado ao trabalho, à família, e à sexualidade. O perfil aqui considerado remete para as relações sociais e políticas construídas ou reconstruídas a partir do exercício de atuação parlamentar no legislativo municipal. Pesquisas realizadas por Maria das Dores

Campos Machado, são elucidativas ao mostrarem como os atores agem no campo da política instituída.

É sabido que nem todas as parlamentares que se favorecem das políticas de cotas no processo eleitoral estão efetivamente preocupadas com a redução das desigualdades de gênero ou com a ampliação da agenda política no sentido de encaminhar as demandas dos segmentos femininos (MACHADO, 2006: 141).

Isto posto, a tese tem como objetivo geral traçar o perfil social das parlamentares. Os objetivos específicos são: documentar a atuação política das vereadoras a partir das inserções e trajetórias nos partidos políticos; registrar o significado que as parlamentares conferem à política; identificar a interface da atuação política das vereadoras com o movimento feminista brasileiro.

Em concordância com a natureza da investigação sobre o objeto delimitado, a opção foi pela pesquisa qualitativa numa perspectiva feminista, no sentido de apreender as relações que permeiam o fenômeno em sua totalidade.

Neste trabalho tem-se como postura metodológica, o entendimento de que o movimento contínuo e suas contradições internas são elementos definidores da constituição da realidade social e que esta é possível de ser apreendida se tomada nas suas inter-relações e totalidades. Nessa intenção, pretende-se fazer uma leitura crítica da participação política das vereadoras, a partir da análise de seus discursos. A esse respeito cumpre destacar que a pesquisa realizada buscou compreender o objeto de investigação em seu contexto, no esforço de elucidar a teia de relações, mediações e contradições em sua dinâmica própria de interação configuradora de “perfis culturais” (LAHIRE, 2006:213).

Os instrumentos metodológicos empregados foram a observação sistemática, a entrevista e a análise de discurso. No primeiro momento durante o período da campanha

eleitoral, a observação sistemática orientou a coleta de material impresso e a gravação dos programas eleitorais veiculados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Em outros momentos, a observação sistemática também foi empregada durante a entrevista individual com as quatro vereadoras. Os dados complementares foram obtidos a partir do material impresso divulgado na campanha eleitoral. Os dados quanto aos projetos de leis bem como as agendas políticas das vereadoras foram registrados a partir de consultas aos sites pessoais das parlamentares e disponibilizados pela Câmara Municipal de Goiânia.

O trabalho está estruturado em seis capítulos. No primeiro capítulo, se encontra a Introdução. No segundo capítulo é apresentado o debate teórico e os autores que orientaram a pesquisa, com destaque para as categorias que ofereceram explicações para o objeto e a construção da tese.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão das fases do movimento feminista, com ênfase para as conquistas que incidiram em mudanças e construção dos direitos de cidadania para as mulheres.

No quarto capítulo, procurou-se registrar um panorama histórico e político da Câmara Municipal de Goiânia.

No quinto capítulo, a tese apresenta o perfil social das vereadoras e a atuação política das mesmas. Cumpre destacar que os perfis nomeados como progressistas e tradicionais, não seguiram modelos pré-estabelecidos. Eles foram compostos a partir das falas e trajetórias das entrevistadas.

O sexto capítulo traz as considerações finais, evidenciando-se as reflexões da autora sobre a temática discutida e os perfis das vereadoras apresentados. Compreendo que as identidades observadas são estruturadas por processo de relações sociais e políticas, implicando relações marcadas por poder.

## 2 Debate Teórico

### 2.1 A Vida Moderna e a Condição Feminina

A concepção de vida moderna ocorreu com o advento da “Modernidade” desenvolvida nos séculos XVI e XVII. Neste período a arte, a ciência, a religião e, sobretudo a política, receberam novas influências. Um novo modo de compreender o mundo estava em construção, questionando os dogmas, doutrinas e opiniões herdadas da Idade Média. A partir daí, o questionamento que se desenvolve nas ciências modernas e a valorização da autonomia e da subjetividade apontam para um novo paradigma. As relações entre sujeito e objeto, entre indivíduo, natureza e sociedade, desenvolvem-se e são apreendidas como partes das transformações históricas.

É na filosofia que a modernidade no sentido estrutural se expressa de maneira mais clara com Immanuel Kant. Com ele, a característica da modernidade é que os homens deixaram de se situar em relação aos antepassados e passaram a se situar em relação ao seu próprio tempo. Kant foi o inaugurador da modernidade compreendida nesse sentido, quando ele diz que ela significa “a capacidade de pensar por si mesmo, e o homem que se define por homem moderno é aquele que ousa pensar por si mesmo, *sapere aude*” (ROUANET, 1987:162).

Tem-se assim o ponto central do movimento iluminista, a crença na construção de uma razão moderna e de um sujeito que desenvolvendo a racionalidade tende à perfectibilidade humana. Ou seja, o homem tende a se tornar, assim como suas instituições, algo sempre mais aperfeiçoado. Concorre para tanto o projeto moderno de civilização, elaborado pela Ilustração e tendo como base os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia. A explicitação desses conceitos indica que a

universalidade diz respeito a todos os seres humanos, superando demarcações nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são contemplados como pessoas concretas, com particularidades. Neste processo é atribuído valor ético positivo à sua crescente individualização. A autonomia quer dizer que esses seres humanos individualizados exercem sua condição de sujeito sem a tutela da religião ou da ideologia. Assim, sua ação no espaço público permitiria adquirir pelo seu trabalho os bens e os serviços necessários à sobrevivência material (ROUANET, 1993:9).

Uma concepção amplamente trabalhada por pensadores sociais é ilustradora quando faz referência a uma experiência vital para homens e mulheres em todo o mundo atual “experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida”. Esse conjunto de experiências é nomeado como modernidade.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 1986:15).

O entendimento gerado por essa concepção alcança os vários aspectos da vida humana, numa relação intrínseca entre a constituição do indivíduo/sujeito e seu contexto. Entre os escritores modernos, “a única coisa segura na modernidade é sua insegurança e até a sua inclinação para o caos totalizante”. A consequência disso tudo, é um interminável processo de rupturas e fragmentação na vida moderna, como indica Harvey (2003:22).

Isso aponta para uma das principais características da modernidade que é a presença de um processo dinâmico, contraditório, e constante, de aprofundamento e universalização da cidadania ou, em outras palavras, de crescente democratização das relações sociais. Contudo, sabemos que esse processo está sujeito a avanços e recuos,

dado o antagonismo estrutural entre aquela universalização da cidadania e a lógica de funcionamento do modo de produção capitalista, cuja implantação, consolidação e expansão foram, decerto, centrais na experiência da modernidade.

No seu alvorecer, a modernidade não incluía a mulher em seu projeto de civilização, não lhe reconhecia a condição de sujeito político, de cidadã, não lhe estendendo os direitos atribuídos aos homens. Filósofos iluministas consideravam a mulher diferente. O princípio da razão e as idéias de liberdade e igualdade, tão importantes para os filósofos modernos, não foram aplicadas às mulheres tal qual o foram para os homens. Isso pode ser apreendido quando se observa teorias filosóficas modernas, como a de Kant. Nela são confirmados os princípios da dominância da razão sobre a paixão e da verdade pura sobre a existência temporal. “O persistente poder desses componentes ascéticos no seio da filosofia reforça o pressuposto herdado desses princípios: que no interesse da razão, os homens devem exercer sua superioridade sobre as mulheres” (BICALHO,1997:24).

Nessa linha de pensamento, Locke e Rousseau, aliados aos utilitaristas, configuraram um mundo onde os homens podiam ser livres e iguais, sujeitos de seus próprios destinos. Em tal contexto as mulheres não eram incluídas. Ainda que Locke tenha formulado uma teoria contra o poder absoluto do rei e tenha defendido as relações contratuais livres entre os homens, para ele, o “lugar da mulher é no lar onde ela é subordinada ao melhor julgamento do homem” Em sua Teoria do Contrato Social Rousseau trata da igualdade perante a lei, mas, no entanto, desse direito não faziam parte as mulheres (id.ibid.).

Na ótica de algumas feministas<sup>1</sup>, com as quais concordo, a subalternidade da mulher é lugar comum no pensamento dos filósofos que sistematizaram os ideais da

---

<sup>1</sup> Lembro aqui principalmente de Nye ( 1995 ) e Bicalho(1998).

modernidade. Para Rousseau, defensor da democracia, as mulheres eram mais apropriadas para a reprodução, mas não para a vida pública. Aliados às idéias de Rousseau sobre a condição feminina, encontram-se pensadores como David Hume e Auguste Comte. O primeiro, argumentava que “há diferentes virtudes para as mulheres. Recato e castidade são virtudes para as mulheres, mas não para os homens”. Já Auguste Comte, “afirmava que os cérebros das mulheres eram menores que os dos homens e que, portanto, as mulheres deviam ser subordinadas.” (NYE, 1995: 15-22).

Não é difícil inferir como esses pensamentos filosóficos influenciaram a definição de papéis diferenciados para homens e mulheres, num processo de dominação e subordinação. “Esta herança filosófica persistirá no pensamento humano dificultando a participação das mulheres na construção social inibindo-as para o exercício da vida e da cidadania” (BICALHO, 1998:27). Tal visão representa um aspecto da questão. O outro, no meu entender, é pensar que a reação àquela herança foi o que de certa forma impulsionou as lutas feministas e a vontade das mulheres de participar politicamente.

Das muitas interrogações que dinamizaram suas vidas, as mulheres foram construindo respostas, reformulando, superando e inovando suas relações, seu cotidiano. Autoras como madame Staël, Mary Wollstonecraft, Harriet Taylor e Olympe de Gouges registraram suas reflexões sobre a condição feminina, trabalhando com o parâmetro das Revoluções Burguesas que marcaram o século XVIII.

As idéias de Rousseau sobre a condição feminina encontraram eco na fala de madame Staël, para quem a mulher deveria subjugar outros interesses ao papel da maternidade, sob pena de ser infeliz se agisse ao contrário.

A análise de madame Staël é pertinente ao sentimento de que a Revolução Francesa não mudara a situação das mulheres. No entanto, instigou reflexões contrárias que floresceriam em feministas como Mary Wollstonecraft e Harriet Taylor. Oympe de

Gouges, por sua vez, ao compor a sua *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne* como fruto de suas reflexões otimistas em contraposição ao pessimismo de Staël, “raciocinava que se as mulheres usassem a força da razão, os padrões da filosofia, teriam êxito; do contrário, a revolução seria uma impostura” (NYE, 1995: 20).

As diferentes argumentações sobre o ganho das mulheres com a Revolução Francesa oscilam entre considerar que nada tinha mudado ou, pelo contrário, que tinha mudado, mas no mau sentido. Um outro olhar mostra que esses dois pontos de vista convergentes e antagônicos negligenciam, um e outro, a importância da transformação revolucionária. Concordo com esse olhar que considera a Revolução Francesa como uma transformação decisiva na história das mulheres, porque levanta e inscreve a questão feminina no cotidiano da política e da sociedade. Com isso, buscou-se reconhecer o lugar das mulheres para além da ordem doméstica. “A Revolução Francesa é o momento histórico em que a civilização ocidental descobre que as mulheres podem ter um lugar na cidade” (SLEDZIEWSKI, 1991:41).

O debate concernente ao lugar da mulher na cidade trazia à tona o aspecto político iniciado com as Revoluções Burguesas. Essa situação transparece em textos importantes<sup>2</sup>. As argumentações ali desenvolvidas foram para contradizer posições que aceitavam direitos civis para as mulheres, mas defendiam seu afastamento do meio político. Meio século depois, esse livro fora considerado não apenas imperecível, mas também como um eco à *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*, elaborada em 1791 por Olympe de Gouges, e à brochura de Condorcet intitulada *Sur L'adimission des femme ao droits de cité*, datada de 1790. A análise dos textos encontrada em Sledziewski indica tratar-se de argumentações diferentes em favor dos direitos das mulheres, mas convergentes quanto à comum invocação dos princípios da

---

<sup>2</sup> Como *Vindications of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft publicado em 1792.

liberdade e da igualdade, assim como a reprovação das instituições que não os reconheciam. Ainda que essas sejam manifestações de posições distintas, elas referiam-se também à relação entre os sexos que a Revolução Francesa deveria revolucionar. Qual era então a característica dessas posições exemplares? Para Condorcet, é o estatuto jurídico das mulheres; para Gouges, o seu papel político; para Wollstonecraft, o seu ser social. Todos são concordantes quanto a “urgência de uma formulação explícita dos direitos da mulher”.<sup>3</sup> Segundo a autora, “esses três tipos de aproximação, filosófica, política e ética, encontram-se ainda hoje presentes no debate sobre os direitos da mulher” (SLEDZIEWSKI, 1991: 49-50).

Assim é que a modernidade traz um momento de maior participação da mulher na sociedade. Fraisse e Perrot declaram que o século XIX ocasionou o nascimento do feminismo representando:

O momento histórico em que a vida das mulheres se altera, ou mais exatamente o momento em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo da modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã. (FRAISSE & PERROT, 1991:9)

De fato, o campo das possibilidades para o feminismo se alargou de tal modo que não procede falar de um feminismo, mas de feminismos tais quais se afirmariam no século XX. Isso ilustra o processo de transformação da realidade, uma vez que a representação totalizante desvanece gradualmente e os papéis femininos multiplicam-se: ser mãe, trabalhadora, emancipada, etc. particularidades submetidas a tensões que anunciam a vida das mulheres do século XX.

---

<sup>3</sup> O mundo moderno descortinado pela Revolução Francesa, reconhece o que o Antigo Regime havia negado para as mulheres o direito civil: direito à liberdade, à propriedade, à segurança e à resistência à opressão. Sledziewski (op. cit.).

Desse modo convém fazer, ainda que em linhas gerais, algumas ponderações. A primeira é que o desenvolvimento da epistemologia nas Ciências Sociais foi decisivo para a construção de novos paradigmas, dentre eles o da Perspectiva Feminista. Então é preciso ter clareza de nosso passado sexista. Qualquer teoria empregada para compreender a situação das mulheres já tem uma “história”, cujo significado foi elaborado numa prática feminista e não feminista. Não existe uma teoria feminista pura. Inicialmente as feministas buscaram nas teorias elaboradas pelos homens, algo adaptável aos propósitos feministas. “As primeiras justificações sistemáticas dos direitos das mulheres no século XIX foram tomadas de empréstimo à teoria liberal e democrática” (NYE, 1995:14-15).

O aspecto a ser considerado é que, de acordo com o que foi discutido até aqui, existe uma relação geral entre modernidade e o feminismo, observando o aspecto filosófico e político decorrente da Revolução Francesa. No entanto, outros dois marcos da modernidade também incidiram significativamente sobre as mudanças das relações sociais e, conseqüentemente, sobre a condição feminina. Trata-se da Revolução Americana e da Revolução Industrial. Uma história comparada entre a Revolução Francesa e a Revolução Americana permite evidenciar as diferenças ideológicas e formais das duas revoluções. Contudo, mostra que, em ambos os casos, dos gestos e das vozes das mulheres nasceram a revolta, a ruptura e a reelaboração dos desejos e lugares femininos.

Esse clamor, esse apelo das mulheres aos homens para a insurreição aparece desde o século XVI ao século XVIII, conferindo ao período revolucionário um caráter ímpar que “nos permite compreender um pouco melhor o modo como evoluem ou se

alteram as relações entre os sexos, e o peso das organizações políticas na construção de tais relações”<sup>4</sup> (GODINEAU, 1991:23).

Para as americanas que, no século XVII, não tinham intervenção na vida da cidade, a ruptura revolucionária não teve as mesmas dimensões políticas que na França. As francesas exprimiam-se política e publicamente, através de textos manuscritos, impressos e discursos orais, colocando-se num espaço político, o da reivindicação dos direitos do cidadão. Para as americanas, só a religião oferecia um espaço de afirmação pública, para reuniões ou mesmo criar novas seitas. Mas, tanto para umas quanto para outras, evocam-se a moral e a virtude para justificar a configuração de mulher e de mãe. A diferença para as americanas era que aquelas características, além de privadas e individuais, revestiam-se de sentido religioso, com influência de uma sociedade fundada por puritanos. Vem dessa dimensão a lembrança do bom cidadão americano.

O combate cívico dos homens é político, público: eles constroem os quadros da cidade e asseguram o funcionamento das instituições. O das mulheres é espiritual, travado no mundo privado: salvar a alma da cidade orando pelos pecados da comunidade, purificando a sua conduta e convidando os homens a fazer o mesmo (GODINEAU, 1991:23).

A reação das americanas a esses modelos, mostra que se antes elas ficaram restritas aos espaços privados, no pós-guerra elas introduziriam o político nesses espaços. Esses grupos, onde nasce uma prática coletiva pública, estabelecem as bases dos movimentos abolicionistas e depois feministas do século XIX. (id. *ibid.*).

Nesse diapasão de significações revolucionárias, para compreender a condição feminina e as relações entre homens e mulheres, a Revolução Industrial é o outro aspecto da modernidade que deve ser apontado. A vida moderna incita a mulher para o

---

<sup>4</sup> Além das francesas e americanas, mulheres alemãs e russas, no século XIX, também protagonizaram rupturas revolucionárias, a exemplo de Clara Zétkin e Alexandra Kollontai.

mercado de trabalho e foi a Revolução Industrial que fez surgir uma mão de obra feminina. Com isso firma uma “ruptura no paradigma da diferenciação de mundos, na medida em que separa a casa do lugar de trabalho e confrontam homens e mulheres às mesmas máquinas, ritmos e exigências da produção fabril” conforme literatura do assunto <sup>5</sup>. Nessa literatura encontram-se explicitações de que foram as dificuldades econômicas, a miséria e as guerras mundiais que levaram as mulheres para o trabalho fora dos espaços domésticos.

Pesquisadoras da história das mulheres são enfáticas ao mostrarem que se a modernidade é um ensejo para as mulheres, é porque as conseqüências das mudanças econômicas e políticas, sociais e culturais, características do século XIX, lhes são favoráveis. Isso no sentido em que o indivíduo feminino poderá tornar-se semelhante ao indivíduo masculino, ao trabalhador e ao cidadão, poderá romper os laços simbólicos e de dependência econômicos que o ligam ao pai e ao marido.

Mas ainda que o mercado de trabalho tenha ampliado cada vez mais a participação da mão-de-obra feminina no século XX, ainda há que compreender a ambivalência intrigante, ou seja, “por que razão o trabalho é tanto o lugar de uma sobre-exploração como o de uma emancipação, e a sociedade política um espaço de exclusão e depois de reconhecimento” (FRAISSE & PERROT,1991:10).

A discussão ora apresentada, de modo geral, serviu para localizar a influência do pensamento moderno para a caracterização da condição feminina e o papel da mulher na sociedade moderna dos países centrais.

A historiografia das brasileiras nas últimas décadas mostra que elas não tiveram um destino muito diferente das francesas e americanas, quando se trata das exigências

---

<sup>5</sup> Ver Fraisse e Perrot (1991). Rosiska Oliveira em Elogio da diferença: o feminismo emergente apud Bicalho (1997:28-29).

de moral, virtude e do papel a ser desempenhado por elas. Guardadas as devidas diferenças de sociedade, de classe e de raça, a dicotomia de público e privado também foi e é marcante em nossa sociedade, ainda mais se considerado o modo como aqui o processo de modernização teve início.

Se para as francesas e americanas o recorte pretendido recaiu em um passado distante que mostraria o surgimento do feminismo, para as brasileiras o recorte privilegia a condição na contemporaneidade e assim mostra a importância da luta do feminismo nos tempos atuais. Dados de pesquisa recente (ALVES, 2007) ilustram a contradição que marca a vida das brasileiras e as desigualdades de gênero a partir da investigação de três de suas maiores conquistas no século XX: educação, voto e mercado de trabalho.

Das três conquistas, a educação foi a mais importante e significativa. Segundo análise daquela pesquisa, houve reversão do hiato de gênero. No período entre 1940 a 2000, as mulheres brasileiras não só aumentaram muito sua alfabetização, como ultrapassaram as taxas masculinas, observadas as populações com 5 anos e + de idade, por cor e sexo com exceção dos amarelos.

Sobre a participação política o paradoxo é intrigante. As mulheres conquistaram o direito de votar em 1932, no final do milênio atingiram mais da metade do eleitorado, mas ainda assim continuavam sendo minoria na representação parlamentar, Federal, Estadual e Municipal.

Quanto ao mercado de trabalho, observa-se que a participação feminina na População Economicamente Ativa tem aumentado constantemente nas últimas décadas, embora exista maior subnumeração feminina. Nesse contexto, o gênero influencia e é influenciado pelas oportunidades e limitações do mercado caracterizando a divisão sexual do trabalho.

Outro aspecto mostrado pela pesquisa indica que as mulheres ampliaram seus lugares no mercado de trabalho, mas permanecem, em menor proporção, duas características que sempre marcaram a presença dela na PEA: a segregação ocupacional e a discriminação salarial (ALVES, 2007).

As mudanças assinaladas também aparecem na pesquisa: *A mulher brasileira nos espaços público e privado*<sup>6</sup>. Mais que *a* mulher brasileira, essa pesquisa demonstra que existem *mulheres* brasileiras, oriundas de - e vivendo em – realidades sociais muito distintas. Procedentes de quinhões muito desiguais de recursos materiais e simbólicos, tanto sua leitura do passado e presente quanto suas opções de vida e expectativas em relação ao futuro são influenciadas por visões de mundo muito diferentes. Ainda que distintas, as entrevistadas partilham traços de uma identidade comum de gênero.

Dados da pesquisa realizada com brasileiras urbanas e rurais<sup>7</sup> e discutidos por Emma Siliprandi (2004) indicam que as mulheres urbanas estão mais convencidas que as mulheres rurais, de que a vida melhorou para todas as mulheres nos últimos anos. O acesso ao mercado de trabalho foi apontado como um fator conflitante daquela situação. Ao mesmo tempo em que ele representa mais liberdade pessoal, econômica e social, ele também é um espaço onde mais se localizam as injustiças e discriminação contra as mulheres. As urbanas apontam contradições, tensões, quando declaram que para melhorar a condição da mulher é preciso mais empregos e melhores salários e oportunidades. Entretanto expressaram que, se pudessem escolher, gostariam de dedicar mais tempo ao lar, à família, do que ao trabalho remunerado.

Trabalhos pesados, dupla jornada e falta de apoio ao trabalho doméstico são apontados pelas mulheres rurais, que aspiram a um maior acesso ao mercado de trabalho

---

<sup>6</sup> Venturi, G. Recaman, M. Oliveira, S. (2004).

<sup>7</sup> Id. *ibid.*

e aos estudos como forma de melhorar de vida. A presença de equipamentos sociais como creches, escolas e restaurantes é percebida como possibilidade de benefícios auxiliares nas tarefas reprodutivas, mas que não estão presentes no meio rural.

Quando a autora compara o que é ser mulher para as rurais e as urbanas, transparece implicitamente a questão do contexto cultural e da proximidade com uma modernização que faz diferença. Ser mulher para as rurais está relacionado com o casamento, a maternidade, com uma ‘responsabilidade e um destino’, como um fardo vital. Para elas tanto os aspectos bons como os ruins de ser mulher estão relacionados com a questão da família.

As mulheres urbanas atribuem uma positividade em ser mulher, dadas suas próprias características. Qualidades como compreensão, altruísmo, tolerância são, na visão delas, a contribuição das mulheres para fazer um mundo melhor.

Outros aspectos indicam que os dois grupos de mulheres não vivem em ‘mundos idílicos’, seja com relação às oportunidades de trabalho, aos meios concretos de subsistência, seja com relação aos bens simbólicos ou culturais (sentirem-se valorizadas, gozarem da igualdade, de poderem optar livremente pelo estilo de vida que desejem ter, etc).

As mulheres apontam saídas políticas diferenciadas; umas apostam mais no poder da política (eleitoral) para mudar as suas vidas (urbanas), outras creditam aos processos locais de organização (associações) possibilidades de maiores conquistas e cidadania. Todas apontam que, para as mulheres, é preciso garantir a conquista de muitos outros direitos sociais (como o direito ao trabalho, à saúde e à educação), que hoje não são respeitados nem no campo, nem na cidade (SILIPRANDE, 2004:126-132).

Os dados sobre a situação das brasileiras indicam uma evolução de conhecimento e de reconhecimento do que é a condição feminina em nossa sociedade,

quando comparada com a dos homens. Isso revela ainda como o feminismo tem sido propagado. Mesmo que nem sempre as mulheres se declarem feministas, na realidade elas incorporaram e fazem uso de terminologia feminista, almejando transformações preconizadas pelo movimento feminista.

Isso posto, o surgimento do feminismo nos países centrais e sua influência além fronteiras, leva à constatação de que ele é um movimento social e político determinante para mudanças na maioria das sociedades ocidentais. As idéias feministas influenciaram de modo implícito ou explícito os comportamentos de mulheres e homens em todos os aspectos da vida social moderna, com toda sua complexidade. Seus vários entendimentos resultam da diversidade de teorias, objetivos e estratégias políticas que orientam suas práticas quotidianas.

É nesse sentido que a categoria identidade será discutida a seguir.

## **2.2 A Questão da Identidade**

A identidade pessoal ou coletiva é sempre socialmente construída, socialmente mantida e também socialmente transformada.

Compreender a identidade enquanto categoria teórica a partir dos campos de conhecimento da Sociologia e da Antropologia implica considerá-la relacionada a processos que dizem respeito tanto à singularidade humana quanto a particularidades de grupos, segmentos, estratos, classes, nações, culturas, na produção de sentidos face às relações sociais das quais participa. A literatura sobre a temática mostra que identidade é aquilo que faz passar a singularidade de distintas maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referenciais identificável. A identidade deve estar relacionada ao

campo das relações culturais dos processos de singularização, da relação fundadora do ego.<sup>8</sup>

Na discussão sobre identidade é importante ter clareza dos campos de diferenciação teórica utilizados na abordagem. Com isso quero dizer que existem controvérsias, divergências entre perspectivas essencialistas e perspectivas não-essencialistas sobre o conceito de identidade. Uma definição essencialista focalizará um conjunto manifesto, autêntico, de características que todos de uma comunidade partilham e que não se altera ao longo do tempo. Uma definição não-essencialista apontará as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas, tanto entre os membros de uma comunidade, como entre esses e os membros de outras comunidades. Uma definição não-essencialista observará também as formas e o significado com que a própria definição de identidade tem sido trabalhada ao longo dos tempos.<sup>9</sup>

Posiciono-me a partir de uma definição não-essencialista, por acreditar que seus elementos permitem apreender a dinamicidade do conceito, percebendo-o não como fixo no tempo e espaço, mas resultante de uma historicidade configuradora tanto de um ser posicionado em um mundo, como também do modo de captar e retratar esse processo.

A idéia de que o indivíduo somente se constitui em sociedade e a ela subordina seu processo de individualização, de separação dos outros homens, implica em considerar a individualização um processo histórico. Ainda que o individualismo tenha se expandido, sua expansão não foi acompanhada pela universalização da igualdade e liberdade. Nesse sentido a evolução que pode ser observada no movimento feminista

---

<sup>8</sup> O raciocínio aqui desenvolvido sobre identidade está apoiado em concepções encontradas em Castells (2001), Lago (1999).

<sup>9</sup> Id. Ibid.

ilumina, dentre outros aspectos, os referentes à individualização e individuação no processo de construção de identidades. Portanto, para compreender tal procedimento convém lembrar que o processo de individualização, de separação de uma pessoa de outra, não é uma condição ontológica. O mesmo não pode ser dito do processo de individuação. “A individuação diz respeito às condições e possibilidades da produção, conhecimento e reconhecimento de si mesmo pelo homem e, enquanto tal é a condição de ser do homem” (RESENDE, 2001:511).

A referência a homem, mostra o uso de uma categoria clássica e genérica, mas em estudos de gênero como o aqui desenvolvido merece uma ressalva. O que está implícito naquele processo é a dimensão individual e social do comportamento humano. Mesmo que em algum momento uma possa ser privilegiada em relação à outra, individuação e identidade compõem um fenômeno *pluridimensional*. Nele as interseções do *eu-nós* constituem a chave para compreender a incidência e o processo de identidade segundo a geração, o gênero e a sociedade em que ele ocorre.

Individuação e identidade são construções relacionais e culturais. De acordo com a definição apresentada anteriormente, a individuação diz respeito ao modo, o processo de constituir-se em si mesmo. Já a identidade significa a expressão, a manifestação comportamental deste conjunto de características, significantes para os indivíduos<sup>10</sup>.

A compreensão de categorias e conceitos está intimamente ligada à clareza de representação atribuída à realidade. O conceito de identidade é carregado de polissemia e isto é particularmente evidente ao referir-se à importância do conceito para as ciências, sobretudo na “Condição pós-moderna que anuncia a fragmentação e a exacerbação de identidade nos tempos de globalização (pelo menos, da economia e da comunicação pela mídia)” (LAGO, 1999:120). A análise que esta autora faz sobre o uso

---

<sup>10</sup> Esta concepção aparece tanto em Lago (1999), como em Castells (2001).

do conceito de identidade permite dissipar a nebulosa que tantas vezes envolve esta questão. “A dicotomia entre identidade social, cultural e identidade pessoal, individual, da maneira como tem sido feita muitas vezes, atualiza e reforça, a clássica divisão indivíduo-sociedade”(id. ibid.). Outro ponto crucial neste debate aponta que o “fator complicador é que as chamadas identidades individuais, de sujeitos particulares, são também sociais, construídas na cultura, como os sujeitos que a cultura, significando constitui” (LAGO, 1999:120). Para aquela autora, alguns sociólogos e antropólogos tendem a substituir o conceito de papéis sociais pelo conceito de identidade, considerando-os como equivalentes. Ela discute uma concepção na qual a identidade é a ficção do imaginário através da qual o sujeito se representa como eu (a parte consciente do ego), procurando dar unidade e coerência a esta representação.

A identidade como representação ficcional do eu, elaboração do registro do imaginário procura justamente dar conta das contradições do sujeito, organizando-as numa história coerente, unitária, através da qual ele se referencia. (LAGO, 1999:123).

Nesse sentido, a identidade é uma construção cultural, seja ela uma identidade social étnica ou uma identidade individual, que distingue um indivíduo, um ser humano de outro. Portanto, a identidade é relacional e está vinculada às condições sociais e materiais. Ela também refere a uma marcação simbólica ocorrendo sobre classificação e diferenciação social, construídas nas relações interpessoais em um contexto cultural.

Então a identidade de gênero é uma ‘identidade socialmente atribuída’. Conforme mostra Lago (1999:123), nas nossas realidades ocidentais atuais, a tradição tem sido ainda a valorização das funções masculinas em detrimento das femininas e a valorização da heterossexualidade, com a conseqüente discriminação de outras práticas de satisfação das pulsões sexuais, a despeito dos movimentos sociais de luta por direitos.

Em convergência com essa linha de reflexão, Castells (2001) assevera que na perspectiva sociológica toda e qualquer identidade é construída. A questão central, “diz respeito a como, a partir de quê, porque, e para quê isso acontece”. Este autor também observa que, tradicionalmente, os sociólogos têm chamado a identidade de papel social. Sua distinção evidencia que:

Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. Para a maioria dos atores sociais, o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço (CASTELLS, 2001:22-3).

De tais citações retém-se que, na teoria sobre identidade, aparecem conceitos constitutivos de sua própria definição - como significação e subjetividade - e conceito a ela associado como o da diferença.

No processo de identidade a significação resulta da apropriação de um conjunto de símbolos materiais e não materiais, passíveis de conferir uma história e singularidade ao sujeito. Desse modo, ela está imbricada à subjetividade, num jogo semântico e cultural para configurar um modo de ser e viver.

Uma distinção da subjetividade indica que ela é a compreensão que se tem sobre o nosso eu. Subjetividade envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes, que constituem nossas percepções sobre quem nós somos. A elaboração de subjetividade permite uma organização dos sentidos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do sujeito. “O indivíduo ou o *self*, dependendo da vertente, é essencialmente social. Ou como representação ou como conteúdo, o interno só pode ser explicado pelo externo” (VELHO, 2002:21). Assim compreendida, a identidade surge da internalização das visões exteriores, o que Lacan chamou de ‘fase do espelho’ e que representa a primeira compreensão da subjetividade.

As feministas, ao abordarem a construção da identidade de gênero, criticaram as teorias psicanalíticas, apontando os limites dessa perspectiva. O ponto central da crítica recaiu sobre a supremacia do masculino no interior da ordem simbólica, em que o *phallus* é o significante central do processo de significação<sup>11</sup>. Um fragmento da crítica feminista sobre as teorias psicanalíticas e também sobre a questão do significado na produção discursiva relacionada às mulheres, aponta que a primazia nos dois casos deve ser revista, pois “homens e mulheres acham-se num mesmo sistema cultural seja ele falocêntrico ou não” (NYE, 1995:241).

Isso posto, cumpre destacar que a elaboração de subjetividade relacionada à identidade política é importante para iluminar a reconstrução da trajetória e do perfil das vereadoras estudadas nesta tese. A inspiração nesse sentido foi encontrada em uma pesquisa realizada no campo da antropologia por Velho (2002). Observadas as devidas especificidades do grupo e *ethos* pesquisados através da ótica com que expressaram a subjetividade, por analogia poderá transparecer a maneira que as vereadoras encontram de “inserir-se no mundo, de participar socialmente.” No grupo observado por Velho, ele notou que “há uma clara correlação entre o desenvolvimento pessoal, subjetivo e as formas de associação, de sociabilidade valorizada” (VELHO, 2002:89).

A concepção de diferença, seja como forma negativa, marginalização (os outros os estranhos), seja como forma de diversidade, classificação (eu, nós, eles), é quase sempre evocada para compreender o processo de construção cultural das identidades. Na perspectiva trabalhada por Silva (2003), identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. Falar sobre a diferença pressupõe o reconhecimento de identidade.

---

<sup>11</sup> As críticas das autoras como Beauvoir, Millet, Chodorow, Kristeva, Irigay, e Cixous, são revisitadas por Nye (1995) e muito me beneficiou para a compreensão dessa temática.

Nesse sentido, a diferença não seria considerada como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença são construídas. Elas não seriam elementos naturais, mas instituídas no contexto de relações culturais e sociais. Tanto uma quanto a outra são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. A existência de diferenciação (ou seja, identidade e diferença) guarda estreita relação com o poder e classificações feitas cotidianamente.

Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam e os modos por meio dos quais, os significados são produzidos pelas representações que dão sentido à experiência e àquilo que as pessoas são (SILVA, 2003:81).

Ainda que esse autor tenha desenvolvido uma ampla análise conceitual envolvendo a ‘normalização’ e a ‘desestabilização’ do processo de identidade e diferença, na concepção trabalhada por ele percebe-se um hiato quanto à historicidade e evolução do uso do conceito de diferença.

Quem oferece possibilidades de superar tal limitação é Pierucci (1990; 2000), quando aponta que

A bandeira da defesa das diferenças, foi na origem – e permanece fundamentalmente – o grande signo das direitas, velhas ou novas, extremas ou moderadas. Pois, funcionando no registro da evidência, as diferenças explicam as desigualdades de fato e reclamam à desigualdade (legítima) de direito. *Différence oblige. Chacun a sa place* (PIERUCCI, 1990: 11).

No texto, esse autor, chama a atenção para o entendimento do conceito de diferença mostrando, não só a origem do termo no discurso dos conservadores da época da Revolução Burguesa, como também na ‘nova esquerda’ dos novos movimentos

sociais (século XX). Tais movimentos passaram a tematizar o ‘direito à diferença’, constituindo bandeira de luta por reivindicação, quase sempre permeada de ambigüidade. Como os seres humanos são diferentes, mas iguais, ou a diferença não tem nada a ver com a desigualdade, ela é uma questão de pluralismo cultural.

Assim, observa-se que o argumento da diferença presente na teorização sobre a identidade é uma construção que, na maioria das vezes, é hierarquizante, principalmente “quando se trata de diferenças definidoras de coletividades, de categorias sociais, de grupos, de *appartenance* vivendo em relação de força” (ibid.:16).

No que interessa para discutir o objeto desta tese, aquele autor faz importante distinção do uso do termo diferença apropriado pelas feministas. Há toda uma evolução histórica a ser considerada entre a reivindicação das feministas igualitaristas – que não usavam o conceito e a ‘produção social da diferença’ – e a reivindicação que aparece no discurso das últimas gerações de feministas, que passaram a enfatizar os conflitos, as etnicidades e as desigualdades sócio-econômicas entre as mulheres. O que essa nova abordagem possibilitou compreender foi que:

Em meio a discussões teóricas e políticas envolvendo as mais diferentes filiações e correntes internas ao feminismo, estava-se cumprindo uma passagem explosiva: da exclusividade de gênero para o binômio gênero/raça, ambos os termos postulados como diferenças coletivas que exigiam ser equanimemente consideradas, e de modo articulado, nos estudos e nas lutas (PIERUCCI, 2000: 140).

Na teoria e na estratégia, o que essa discussão possibilita para compreender a identidade feminina é que os sujeitos são cultural e sexualmente engendrados. Permite também ter clareza que, no campo do sujeito abstrato dos direitos humanos universais (democracia liberal), as mulheres estavam contempladas, mas como ‘cidadãs de segunda’.

Logo, há que estar atenta para a produção teórica feminista (e adeptos dela), com o desdobramento do discurso sobre a diferença. No caso do exemplo do movimento feminista, ocorre uma fala que se transforma de um enfoque da diferença ‘entre’ para a diferença ‘dentro’. Da igualdade acima das diferenças passa-se à diferença de gênero; da diferença de gênero, que representa a diferença feminina no singular em relação ao mundo masculino também no singular, chega-se a uma nova descoberta empírica, a da diferença ‘entre as mulheres’ que são as ‘diferenças dentro’ (PIERUCCI, 2000: 149).

A compreensão a ser retida é a de que a produção da diferença no mundo contemporâneo – lembrando particularmente das mulheres – sobretudo na perspectiva anunciada como multiculturalista, assinala para uma prioridade que deve ser examinada, para não se cair em ‘*cilada*’. Para tanto, um modo de lidar com os dilemas da diferença pressupõe não perder de vista o discurso referente ao ‘desdobramento da igualdade à diferença e desta às diferenças’, em que relações binárias seriam suplantadas por relações múltiplas, que ultrapassariam o nível das relações de gênero, classe e etnicidade.

Assim, o discurso sobre a diferença e a identidade, deve pressupor as relações assimétricas de poder que se tornam conflitivas no cotidiano dos seres humanos, principalmente em se tratando de relações políticas. A reflexão apresentada é significativa para compreender a identidade feminina e sua auto-representação resultante de uma interação dinâmica entre os aspectos individuais e coletivos.

Uma vez apresentados os elementos constitutivos e associados que entram no processo de construção de identidade, cumpre discutir a concepção de identidade feminina pensada e assumida aqui.

A categoria teórica de identidade política feminina que adoto para trabalhar o objeto desta tese está fundamentada na concepção de democracia radical plural,

proposta por Mouffe (1996:23). Nessa concepção os enunciados indicam reformulação do projeto socialista que permite “à esquerda um novo imaginário, um imaginário que se relaciona com a grande tradição das lutas de emancipação e também leve em conta os recentes contributos teóricos da psicanálise e da filosofia.” O que está em discussão é a defesa de uma democracia compreendida não apenas como sistema político. A democracia radical está intimamente ligada com valores de justiça social e igualdade de gênero. Ali, o que está em defesa é uma organização societária na qual o sujeito é construído considerando-se a interseção de uma multiplicidade de posições subjetivas. Tais considerações são esclarecedoras para se pensar a identidade como não definitivamente estabelecida, com possibilidade de certo grau de abertura e de ambigüidade na maneira como as diferentes posições de sujeito são articuladas<sup>12</sup>. Desse modo, a reformulação do projeto democrático em termos de democracia radical exige:

Que reconheçamos a diferença – o particular, o múltiplo, o heterogêneo - tudo o que, na realidade, tenha sido excluído pelo conceito abstrato de homem. O universalismo não é rejeitado, mas particularizado; o que é necessário é um novo tipo de articulação entre o universal e o particular (MOUFFE, 1996: 27).

Tal entendimento é formulado a partir das críticas às essencialistas feministas. Mouffe parte do princípio de que essas feministas consideram a categoria mulheres como constituída de identidade comum: identidade das mulheres enquanto mulheres. Ela se opõe a essa concepção de identidade do essencialismo. Por isso e para conceber um processo constitutivo de outra identidade, é colocada como condição importante a

---

<sup>12</sup> “O que emerge são perspectivas inteiramente novas de ação política que nem o liberalismo, com sua idéia de indivíduo que só busca o próprio interesse, nem o marxismo, com sua redução de todas as posições subjetivas à posição de classe, podem sancionar” (Mouffe, 1996:26).

desconstrução da categoria mulheres (de identidades essenciais). A autora propõe como ponto de partida para tal desconstrução algumas questões:

De que forma a categoria mulher é construída em diferentes discursos?  
Como é que a diferença de sexo se tornou uma distinção pertinente para as relações sociais? (MOUFFE, 1996:106)

Para responder às questões, cumpre destacar que a desconstrução da categoria mulher significa deslocar sua estrutura, ou seja, pensá-la como construída de uma pluralidade de identidades (identificação), que se fazem no processo das relações sociais. Essa pluralidade de identidades Mouffe (1996) denomina de “posição de sujeito”. Essa concepção de “posição de sujeito” é crucial para uma compreensão adequada da diversidade de discursos que constituem o agente social, o sujeito no feminismo.

Assim, a identidade de um sujeito tão múltiplo e contraditório é, portanto, sempre contingente e precária, temporariamente fixa na intersecção dessas posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. “É por isso que não existe qualquer posição de sujeito cujas ligações com as outras estejam definitivamente asseguradas e, assim, não existe qualquer identidade social que possa ser completa e permanentemente adquirida” (id.ibid.).

Para a luta feminista esta abordagem é extremamente importante porque se caracteriza pelo fato de um conjunto de posições de sujeito, ligadas pela sua inscrição em relações sociais, até então consideradas apolíticas, ter se transformado em fonte de conflito e antagonismo e ter conduzido à mobilização política. A meu ver isso é importante para compreender a evolução do movimento feminista e seus resultados concretos (plataformas e políticas feministas), que incidem claramente sobre a condição de gênero.

Uma vez adotada essa concepção, há que se entender e considerar que não existe um modelo a ser seguido, mas:

Defenderei que, para as feministas empenhadas numa política democrática radical, a desconstrução das identidades essenciais deve ser vista como condição necessária para uma compreensão adequada da diversidade de relações sociais a que os princípios da liberdade e da igualdade devem aplicar-se. Só quando afastarmos a concepção do sujeito como um agente simultaneamente racional e transparente para si próprio e também a suposta unidade e homogeneidade do conjunto das suas posições estaremos em posição de teorizarmos a multiplicidade de relações de subordinação (MOUFFE, 1996; 104).

Estudos e pesquisas recentes têm indicado construções de sujeito que podem ser aproximadas da concepção proposta pela autora da citação acima. No texto “Neopentecostalismo: relações de poder entre os gêneros”, Maria das Dores Campos Machado (2003), apresenta o processo dinâmico de construção de identidades encontrado naquele segmento populacional pesquisado. Sua análise evidencia que para a “produção de novas formas de subjetividade feminina e de reconstrução das identidades de gênero nesta virada de século, as mulheres acionam múltiplos recursos discursivos e simbólicos nesse processo” (MACHADO, 2003a: 69).

Naquela pesquisa encontra-se ênfase nas tendências sociais e características observadas no referido segmento populacional. Guardadas as devidas especificidades dos grupos pesquisados, é possível destacar aspectos mais gerais ali observados<sup>13</sup>, tais como:

Arranjos familiares; tendência de apropriação seletiva de idéias feministas pelo grupo, pela sociedade e pelo Estado brasileiro; exercício

---

<sup>13</sup> Esses aspectos também são observados no grupo particular de referência desta tese.

de poder no âmbito privado e público; presença de relações assimétricas e predomínio da lógica cultural androcêntrica (MACHADO, 2003a:69).

Esses elementos podem elucidar o entendimento sobre a construção bem como a reconstrução de identidades. Desta forma, observa-se que os processos de identidades pessoais (de gênero, subjetividade, singularidade), e os coletivos (de etnias, classes, estratos sociais ou nações), possuem significados que afloram nas relações entre o indivíduo e suas escolhas, tanto como sujeito singular que busca reconhecimento, quanto como integrante de um grupo particular que se reconhece como membro de uma comunidade de interesses.

Em outra pesquisa sobre essa temática, Machado (2004) analisa o modo como mulheres inseridas na política partidária, ‘evangélicas com cargos eletivos no Estado do Rio de Janeiro’, laçaram mão de atributos para compor uma identidade junto aos eleitorados. Trata-se de um processo particularmente interessante e contrastável. Nos dois exemplos comparados pela pesquisadora ressaltam:

Identities femininas e religiosas como atributos eleitorais utilizados pelas candidatas e as representações de gênero que não eram as mesmas. Enquanto uma apresentou um perfil e um discurso mais afinado com o imaginário feminista, a outra encarou o modelo tradicional da mulher mais próximo do ideário religioso e da representação feminina predominante na sociedade mais ampla (MACHADO, 2004: 7).

Do que foi exposto é possível considerar similitudes entre a concepção encontrada em Mouffe (1996) e Machado (2003a-2004). O que aproxima a análise destas autoras é a questão processual dos elementos que compõem a identidade feminina. Trata-se de construções identitárias efetuadas a partir de uma multiplicidade de relações sociais, culturais e políticas. Logo, são pertinentes a uma conjuntura histórica e política, onde os sujeitos estão em constantes interações que por sua vez,

orientam e direcionam as múltiplas subjetividades vividas pelas mulheres na construção de identidades. Nas citações acima percebe-se uma relação e concepção política geral e uma explicação de uma condição mais específica. Ambas apontam elementos de múltiplos recursos discursivos e simbólicos no processo de construção de identidade feminina política, onde o universal e o particular são ressignificados.

Essas formulações indicam que o processo de construção de identidade das mulheres se caracteriza por diversidades, por ‘pluralidades’. Pode-se compreender tais pluralidades no sentido já apontado.

Uma constante subversão e sobredeterminação de umas pelas outras, que tornam possíveis a criação de ‘efeitos totalizadores’ num campo caracterizado por fronteiras abertas e indeterminadas, quiçá passíveis de analogias (MOUFFE, 1996:105).

Ao assumir uma abordagem teórica cuja base é a concepção de Democracia Radical Plural, meu objetivo é um entendimento que possa contrapor a concepção clássica ou essencialista, na qual a identidade é confundida com papéis pensados dicotomicamente em masculino, feminino, público e privado. Então com base na concepção adotada, a reflexão indica que não existe uma identidade feminina unificadora ou homogênea generalizada, seja por um processo pessoal ou por um processo coletivo. Esta posição é contrária à noção de uma identidade feminina comum para as mulheres. Segundo, a noção de identidade feminina relacionada a uma ‘posição de sujeito,’ uma multiplicidade de interações, é um processo em construção – principalmente ao adotar a Perspectiva Feminista e sua busca por uma condição emancipadora para as mulheres. Terceiro, a identidade feminina política que interessa perquirir é aquela cujo processo pessoal e coletivo realça a estruturação marcada por

relações sociais e políticas, no sentido moderno dessa palavra, implicando relações marcadas por poder<sup>14</sup>.

### 2.3 A Concepção de Poder e Empoderamento

A natureza do objeto trabalhado nesta tese exige que se contemple o poder como um conceito fundamental para compreender a categoria do empoderamento, empregada pela perspectiva feminista. Não pretendo traçar a historicidade do conceito de poder<sup>15</sup>, mas caracterizá-lo, tendo por base alguns estudos desenvolvidos nesta área.

O poder tem um caráter relacional, manifestando-se No contato entre pessoas (CAMPOS, 2005; STOPPINO, 2004). Isso implica apreendê-lo como um fenômeno que na vida cotidiana, está dinamicamente se transformando.

O poder pensado no âmbito da política é o que uma pessoa ou grupo tem ou exerce sobre outra pessoa ou grupo segundo definição a seguir.

Para definir um certo poder, não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o poder se refere ou a esfera do poder. A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de poder relacionados com diversos campos (STOPPINO, 2004:934).

O conceito de poder é importante para compreender os processos sociais, sobretudo em se tratando de relações humanas, marcadas por mando, obediência e

---

<sup>14</sup> O significado clássico de política está relacionado com eleições, partidos, voto governo, parlamento. No entanto a política também é pensada como poder, como conflitos de interesses marcando as relações humanas.

<sup>15</sup> Uma análise comparada sobre a tipologia de poder discutindo: visão pluralista (que pressupõe uma concepção liberal dos interesses), visão dos críticos (uma concepção reformista), e visão tridimensional (visão radical), é trabalhada por Lukes (1980).

controle. Sobre a constituição desse tipo de poder destaca o argumento que se refere a ele não como uma posse, algo que se tem, mas como um atributo de alguém.

Considerar o poder como atributo significa perceber os meios pelos quais ele é adquirido. As sociedades são historicamente desiguais quanto à questão do poder, o que decorre do modo como os recursos são atribuídos e distribuídos nelas. Compreendem-se como recursos, os bens, as propriedades, o dinheiro, a informação, o saber, o conhecimento científico, o conhecimento tecnológico, a posição social, etc. Os recursos são distribuídos desigualmente na sociedade, sendo que muitos fatores determinam o acesso desigual a eles. Na sociedade capitalista, um grande diferenciador na distribuição desigual dos recursos é a classe social.<sup>16</sup> Pode-se ressaltar que os recursos tornam-se elementos políticos quando envolvem relação de poder. Nessa relação, existem outros elementos que são a força e a coação. Contrabalanceando estas últimas, existe um outro elemento, a autoridade, que significa o poder reconhecido como certo e legítimo. Assim, o ato de sucumbir à autoridade não decorre da possibilidade de uma pena ou castigo, mas em razão do reconhecimento, do respeito ou valor atribuído ao poder de autoridade (CAMPOS, 2005:36).

Este autor apresenta uma característica importante nas discussões sobre o poder que é sua composição em elemento material e sistema de crenças. O elemento material está presente quando o poder se apresenta mais concreto, palpável, figurando-se como elemento de coação física, econômica e psicológica. E o sistema de crenças está em ação quando o poder se apresenta de forma menos perceptível, ou seja, como um conjunto de valores, de idéias, como objetivo, como algo certo, que deve, portanto, ser justificado, ser reverenciado. As formas como as crenças exercem influência no campo

---

<sup>16</sup> As argumentações apresentadas têm por base a concepção de O' Donnell apud Campos (2005:36).

político e são difundidas na sociedade é que faz o domínio ser aceito como certo. Nesse processo ocorre a questão da dualidade do poder. De um lado, quanto mais o poder se fundamenta na crença (e é reconhecido como certo), menos coação (recurso material) ele utiliza para ser mantido. De outro lado, quanto menos ele é aceito mais coação/força tem de ser utilizada (CAMPOS, 2005: 36).

Uma definição de poder que mais se aproxima do sentido específico de poder político é pensada como:

A capacidade geral de assegurar o cumprimento das obrigações pertinentes dentro de um sistema de organização coletiva em que as obrigações são legítimas pela sua coessencialidade aos fins coletivos e portanto podem ser impostas com sanções negativas, qualquer que seja o agente social que as aplicar (PARSONS apud STOPPINO, 2004:941).

Esta perspectiva de poder na discussão de Lukes (1980:24) indica uma ligação com “a autoridade, o consenso e a busca de metas coletivas, e disassocia-se dos conflitos de interesse e, em particular, da coerção e força”. Assim, o poder depende da institucionalização da autoridade e é “concebido enquanto meio generalizado de mobilizar engajamentos ou obrigações de efetiva ação coletiva” (LUKES, 1980:24).

Logo, o poder político caracteriza-se por ser aquele que é coativo por excelência: organiza ou permite que se organizem os demais poderes e se localiza no Estado. Ele trata do controle de outros homens para o fim de influenciar o comportamento do Estado e suas atividades legislativas, administrativas e jurídicas (CAMPOS, 2005:39).

Estudiosos dessa temática encontram na sociologia weberiana uma importante distinção entre poder e dominação. Para Weber o poder é a oportunidade de fazer triunfar no seio de uma relação social a sua própria vontade, mesmo contra resistências. E a dominação é o que nomeia a oportunidade de encontrar pessoas dispostas a

obedecer a uma ordem de conteúdo determinado. No primeiro caso o comando não é necessariamente legítimo, a submissão pode ser arrancada. No segundo caso, a obediência é baseada no reconhecimento por aqueles que reconhecem o caráter legítimo das ordens prescritas. A análise Weberiana, trabalha três tipos de dominação legítima. A de caráter racional (dominação legal), a de caráter tradicional (dominação tradicional) e a de caráter carismático (dominação carismática). Esses tipos inventariados por Weber são “tipos ideais”<sup>17</sup>. Eles permitem reconstruir os elementos de poder e dominação que ressaltam em uma sociedade política e Estado moderno. Um mesmo regime pode, assim, utilizar uma ou outra destas reconstruções utópicas.

Para Weber todo homem que se entrega à política aspira ao poder, seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder pelo poder, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere.

É interessante observar as formas de fazer política a partir da análise Weberiana. Uma é quando se vive da política, a outra é quando se vive para a política. Não sendo uma oposição excludente, a distinção entre elas encontra-se no âmbito econômico. “Daquele que vê na política uma permanente fonte de renda, diremos que vive da política e diremos, no caso contrário, que vive para a política” (WEBER,1998:57-65).

A análise Weberiana sobre dominação e política, ainda que sucintamente mencionada, é um instrumento decisivo para examinar o poder não necessariamente estatal, mas também aquele que confere sentido à afirmação de um sujeito em suas relações interpessoais. Tal idéia pode ser complementada com a noção que sustenta que

---

<sup>17</sup>“No primeiro tipo, obedece-se à ordem impessoal, objetiva e legalmente instruída e aos superiores por ela determinados. No segundo tipo, obedece-se à pessoa do senhor, nomeado pela tradição e vinculado a esta. No terceiro tipo, obedece-se ao líder carismáticamente qualificado como tal” (WEBER, 1998:141).

“qualquer visão do poder se baseia em alguma concepção normativamente específica dos interesses” (LUKES, 1980:31).

Pensadores como Foucault (1979,1988) e Bourdieu (2005) analisaram o poder mostrando outros aspectos de sua institucionalização em códigos de conduta.

A concepção de poder de Foucault (1979) rompe com as idéias tradicionais do poder centralizado no Estado enquanto instrumento de dominação.

Uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos a um nível muito elementar, cotidiano, não forem modificados (FOUCAULT, 1979:149-150).

O entendimento dessa citação aponta discussões e ênfase no caráter relacional do poder como “campo múltiplo e móvel de correlação de forças onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis de dominação” (FOUCAULT, 1988:97).

A análise foucaultiana tornou-se importante para compreender as relações de gênero, ressaltando novos elementos à compreensão das relações de poder entre homens e mulheres. Nas palavras do pensador francês: “lá onde há poder, há resistência e, no entanto, ou melhor, por isso mesmo esta nunca se encontra em posição de exterioridade” (FOUCAULT, 1988:71).

As feministas da segunda fase do movimento buscaram fundamentação em Foucault para discutirem a subordinação das mulheres como uma questão de poder. Da interrelação entre a análise foucaultiana e a análise feminista origina nova abordagem sobre o poder indicando não apenas um aspecto coercitivo e negativo, mas também positivo. Essa positividade do poder aparece na abordagem feminista mais à frente. Por ora, ressalto outra concepção de poder dada sua significância para estudos feministas.

A concepção de poder simbólico foi proposta por Bourdieu (2005). A noção de poder simbólico é dependente dos sistemas simbólicos, ou seja, da arte, da religião e da língua. Nessa concepção o entendimento de poder simbólico coloca em destaque que os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social. Desse modo, são as posições sociais presentes nos conflitos simbólicos da vida cotidiana e sua apreensão pela produção também simbólica dos especialistas, as condutoras da produção simbólica. Para adotar e trabalhar com a noção de poder simbólico segundo Bourdieu (2005:10-11), há que considerar a luta entre as classes, o microcosmo onde são produzidos e apropriados os instrumentos de produção simbólica, as ideologias e crenças e o modo como servem aos interesses no campo interior e exterior daquela produção.

Existe um poder simbólico presente e marcante na participação política cotidiana. Tem-se aí um fator incisivo para a construção de identidade política feminina, que representa um desafio. Lutar pela equidade de gênero na política e atuar de modo a garantir uma renovação e efetividade da representação democrática. A correlação de forças daí procedente será marcante e estreitamente relacionada com o processo de desenvolvimento da cultura política.

Concomitante com essa análise, de modo incisivo, duas autoras que apresento a seguir mostram como a relação do feminismo com o poder político institucional é marcada por paradoxo, tensões e ambivalências.

A questão do paradoxo na relação da mulher com o poder político foi trabalhada por Scott (2002), que aponta duas situações. Uma é encontrada no agir feminino configurado pela teoria de direitos e cidadania que evocam a diferença sexual para justificar a exclusão da mulher. A outra situação é referente à historicidade da militância

feminista, que não é estática “mas uma consequência de ambigüidades, incoerência e contradições dentro de epistemologias específicas” (SCOTT, 2002:45-46).

A interpretação do termo paradoxo na concepção de Scott (2002) é diferente daquela feita tradicionalmente pelos historiadores. Para tanto, a autora propõe uma forma desconstrutiva de leitura para o choque de posições diferentes. Desse modo, o foco não estaria centrado nos políticos liberais versus feministas, mas nas “tensões e nas incompatibilidades internas<sup>18</sup> das quais esses choques são ao mesmo tempo sintoma e causa”(id.ibid.).

Isso posto, ao desconstruir a noção antagônica entre o feminismo da igualdade e o feminismo preconizador da diferença, Scott (2002) mostra como os dois conceitos mais do que posições excludentes, são historicamente estratégias discursivas. Como tal, incidiram sobre a construção da identidade política das mulheres.

No texto *Feminismo e poder político: algumas reflexões sobre trajetórias, tensões e ambivalências* Araújo (2002a:144) analisa a necessidade de se considerar principalmente, além da dimensão do micro poder, “um questionamento mais articulado entre essas relações de poder e o poder político”. Resulta daí, que a influência desta perspectiva sobre as interpretações feministas, possibilita repensar paradigma e examinar as formas de poder tanto no interior das relações de gênero, como na dimensão mais ampla da política.

O poder institucionalizado é criticado pelo movimento feminista não apenas pela ausência numérica feminina, mas por sua associação entre o masculino e as suas limitações e aporias. (...) É provável que o processo histórico de construção da esfera pública, estimulador de um senso comum em que a exterioridade das mulheres em relação à política foi se

---

<sup>18</sup> Essas incompatibilidades são do feminismo, do individualismo liberal, do conceito como liberdade seja no âmbito individual ou coletivo, fala Scott (2002:45-46).

consolidando como algo natural, tenha contribuído para a ambigüidade observada na relação que os próprios movimentos de mulheres vieram a estabelecer com o poder político, na trajetória de constituição de seus direitos e posteriormente, em sua afirmação como sujeitos políticos (ARAÚJO, 2002a: 142).

À esse respeito destaca-se que a política é um instrumento expressivo da luta de classes. A constituição das mulheres enquanto sujeitos políticos decorre da forma como a sociedade civil se organiza ou, mais especificamente, do modo como os movimentos sociais, em particular o feminismo, redefinem sua orientação.

Na centralidade da discussão de poder está a noção de democracia, do tipo de defesa que dela se faz e do papel da cultura, reconhecida como um aspecto central para a construção de identidade do sujeito, através de sua participação e de sua representação política.

Isso é o que o feminismo passou a enfrentar nos últimos tempos. Uma forma diversificada de pensar o poder. Nesse sentido ressalta-se:

A opção por uma abordagem mais relacional e menos unilateral, não exclusivamente coercitiva, permite pensar o poder como algo que também habilita e libera. (ARAÚJO, 2002a: 142)

Compartilho com essa concepção e o que ela esclarece como uma forma mais positiva de pensar o poder e, conseqüentemente, uma forma de apreendê-lo e uma possibilidade de emancipação, de autonomia. Esse tipo de análise é crucial para perceber os deslocamentos relacionados com as demandas de poder e de representação política no campo institucional, que estão no cerne da luta feminista na atualidade.

Portanto, é na luta feminista que se encontra uma estratégia para o uso de poder aplicado às mulheres, ou, o empoderamento. O termo *empowerment*, ou

empoderamento, está intimamente relacionado com a importância que a noção de poder adquiriu tanto para os movimentos sociais, como para a teoria das Ciências Sociais.

O uso do termo teve como base as concepções de poder desenvolvidas por outros pensadores<sup>19</sup> que, no entanto, não consideraram o poder presente nas relações de gênero. Na segunda fase do feminismo, surgem grupos que passam a empregar o conceito de empoderamento e a discutir seu significado e aplicação (LEON, 2000:193).

A partir dos anos noventa, a participação política das mulheres passa a constituir uma bandeira de luta em muitos países impulsionados pelas Conferências Internacionais Sobre os Direitos da Mulher realizadas pela ONU. No Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) adota a categoria empoderamento no seu Programa de Ação, tendo como referência a Plataforma de Ação Mundial (PAM) aprovada na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em 1995 em Beijing. Com isso o CNDM, elegeu como um dos eixos básicos de sua atuação o acesso das mulheres ao poder.

Desse modo, a política passaria a ser o palco onde seriam exercitadas a individuação e a identidade coletiva. Nesse contexto, a cultura feminista na busca por erradicar a subordinação, iniciou um longo caminho, com a necessidade de trabalhar o empoderamento das mulheres em pelo menos dois sentidos:

Primeiro o da apropriação, por parte das mulheres, dos rumos e destinos de sua própria vida, o que abre para a formulação – realização de projetos pessoais, demandando a ruptura com as relações de dominação no âmbito do privado e a construção de relações de diálogo e de negociação. Segundo, o sentido de ocupação de posições de poder, por parte das mulheres, no âmbito do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) e dos poderes da sociedade civil organizada e dos partidos, visando à reestruturação do cenário político, território masculino por excelência, e a

---

<sup>19</sup> Conforme Gramsci, Foucault e Paulo Freire apud León (2000:195).

transformação social rumo à superação das desigualdades de gênero e a construção da cidadania das mulheres (RODRIGUES, 2006: 2).

Desse modo, o empoderamento, como novo paradigma ligado à questão de gênero, não é uma outorga ou investidura de poder, não é algo que se dê, pois a decisão de se envolver é do indivíduo. Promover o empoderamento não é forçar uma mudança, é propiciar condições para que as transformações ocorram. Assim, esse conceito se ligaria ao conceito de autonomia que, pensada no contexto das relações interpessoais e intergeracionais, seria apreendida com enfoque subjetivo e econômico interrelacionados.

A autonomia subjetiva está ligada à autoconsciência, à liberdade, à passagem de uma realidade comum para uma realidade pessoal (RAMOS, 2004). Nesse sentido, autonomia não significa necessariamente independência financeira, mas a capacidade de responder ao próprio projeto, às suas escolhas. Concorrem para isso, as mudanças nos padrões culturais, a trajetória individual segundo a idade, o gênero, a classe e a etnia.

A autonomia está profundamente ligada à internalização “construção de si” e à relação que se experiencia com o corpo, com o outro, a família, o trabalho, a religião, a política, a sociedade, com o mundo, enfim (MACHADO, 2002; BARROS, 1987; HEILBORN, 1999).

Assim sendo, o empoderamento é um processo complexo de crescimento individual e de grupo na direção da autonomia na busca de solução para os problemas. É a preparação para o exercício da cidadania no seu sentido mais amplo. Em tal exercício elementos como motivação, compreensão das relações de gênero e suas conseqüências, o desbloqueio do medo e a forma de vencer as próprias resistências, o desenvolvimento da autoconfiança e da percepção da capacidade de mudar relacionamentos, o desenvolvimento da capacidade de enfrentar desafios e a eliminação da mentalidade

vítima, contribuem para a possibilidade de empoderamento das mulheres, conforme orientações encontradas no documento divulgado pelo CNDM (INSTRAW, 1995: 20).

#### **2.4 Cidadania - Representação e Participação Política.**

A noção de cidadania na modernidade é associada à formação dos Estados Nações e ao desenvolvimento do capitalismo. Pode-se dizer que a concepção de cidadania foi adquirindo complexidade à medida que tanto um quanto o outro se consolidou.

A definição de cidadania moderna teve como marco nítido a conferência de Marshall (1967), onde ele mencionava:

O conceito de cidadania em três partes ou elementos: o civil, o político e o social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967: 63).

A concepção Marshalliana é extremamente influente no debate e na literatura das Ciências Políticas e Ciências Sociais<sup>20</sup>. Para compreender esta historicidade, importa pensar que os direitos e a cidadania são construções processuais, que transformam e são transformadas por novas exigências e valores. No desenvolvimento histórico das sociedades, os direitos não têm que ser ordenados ou hierarquizados, mas podem ser de natureza diferente segundo estejam relativos a indivíduos ou a coletividade.

---

<sup>20</sup> Ver Domingues (2001), Reis (1989).

Subjacente ao direito de cidadania encontra-se a própria noção de liberdade, definida como a não submissão ou sujeição à outra pessoa. Esta ênfase está na base da definição de cidadania passiva e cidadania ativa. A primeira é aquela que é outorgada pelo Estado, com a idéia moral do favor e da tutela. A segunda é aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas, essencialmente, criador de direitos para abrir novos espaços de participação política (CHAUÍ, 1984: 138).

Isso posto, no Brasil, a história dos direitos ligados à cidadania foi concebida de modo diferente daquela sistematizada por Marshall. Aqui os direitos sociais precederam os direitos políticos. Aos primeiros, foi conferido um caráter de concessões beneméritas às manifestações e lutas operárias. Aos segundos, foi atribuído o significado de privilégio de outorga de poder<sup>21</sup>.

Os elementos que caracterizam a cidadania, sua extensão real e sua concretização ou, em outras palavras, indicam a forma da democracia nos Estados modernos, não se resumem à posse de determinado conjunto de direitos que pode variar de sociedade para sociedade de acordo com sua cultura.

A análise da cidadania moderna encontrada em Marx (2001:29) evidencia uma questão crítica ainda hoje, qual seja a cisão entre sociedade política e sociedade civil; entre cidadão e indivíduo; entre esfera pública e esfera privada e como essa cisão se dá na ordem vigente onde se desenvolvem relações capitalistas.

Assim considerando, a questão da cidadania suscita a discussão de um problema prático-político que supõe que a igualdade em face do Estado garante emancipação no marco da sociedade civil. Isso põe em questão a supressão de quaisquer formas de dependência. É aquilo que Marx sinalizou como distinção entre “emancipação política e emancipação humana”. Para Marx, não há emancipação humana sem emancipação

---

<sup>21</sup> Conforme Carvalho (2000).

política. Mas da emancipação política, não deriva necessariamente e inexoravelmente a emancipação humana (MARX, 2001:29).

Por conseguinte, a emancipação política e a emancipação humana constituem o cerne da problemática enfrentada pela luta feminista quanto à cidadania para as mulheres. Destarte, essa questão vem de par com a discussão sobre ampliação da democracia e sobre o acesso ao poder em âmbito decisório. No debate atual sobre cidadania, destaco algumas concepções que buscam relacionar cidadania com reconhecimento, com representação e com participação política.

Na discussão sobre cidadania e reconhecimento proposta por Nancy Fraser (2001), encontra-se uma distinção analítica entre o que ela nomeia como injustiça econômica e injustiça cultural e também o que vem a ser reivindicação e demanda. Na primeira situação, as reivindicações dos grupos adquirem um sentido de redistribuição com o objetivo de reparar o problema da injustiça econômica. Na segunda condição, as demandas grupais são por reconhecimento referindo-se a problemas de injustiça cultural. (FRASER, 2001: 252-253 )

Ao trabalhar a questão relacionada à injustiça de gênero, essa autora mostra como ela contém uma diferenciação político-econômica, situada no âmbito da redistribuição e também uma diferenciação cultural-valorativa situada no âmbito do reconhecimento. À proposta de diferenciação na análise conceitual, Fraser ressalta a versão feminista do “dilema redistribuição/reconhecimento: Como podem as feministas simultaneamente lutar para abolir diferenciações de gênero e valorizar a especificidade de gênero?” (FRASER, 2001:260). Uma resposta possível para essas questões é encontrada em Silva (2000) que discute a relação teórica entre cidadania e reconhecimento. A base para tal discussão foi construída a partir do conceito de cidadania encontrado em Marshall e do conceito de reconhecimento encontrado em

Honneth. A abordagem do reconhecimento também é reportada à citação de Fraser já apontada anteriormente.

Para Silva (2000), a categoria reconhecimento seria como uma recuperação da noção de cidadania. Ainda que possa haver pontos de interseção entre os dois conceitos, eles não são idênticos, não podendo por isso serem confundidos. No exemplo aplicado ao movimento feminista, Silva citando Fraser, aponta que a noção de reconhecimento tem limitação e não dá conta dos problemas socioeconômicos. No entanto, isso não ocorre quanto à categoria Cidadania na concepção Marshalliana que engloba as dimensões do reconhecimento e da redistribuição. Comparativamente, percebe-se:

Uma área de interseção entre os conceitos de cidadania e de reconhecimento, indicada pela proximidade entre as dimensões de auto-respeito e auto-estima do conceito de reconhecimento com as de direitos e integração do conceito de cidadania. Ao tecer essas considerações, o autor enfatiza as possibilidades de utilização dos dois conceitos de modo a se complementarem (SILVA, 2000: 130).

No debate das teóricas feministas sobre cidadania das mulheres, encontram-se reflexões das várias formas de interdependência e modo como são apreendidas as relações entre os sujeitos políticos e não só como pessoas individuais.

Galeotti (1995) retoma o pensamento liberal sobre cidadania para mostrar os pontos dessa concepção que são alvos da crítica feminista. Ela aponta como no cerne do reconhecimento da cidadania para as mulheres está a diferença de gênero. Diante disso propõe a “procura do reconhecimento público da diferença de gênero que permite redesenhar o traçado da cidadania não só no feminino, mas em geral” (GALEOTTI, 1995:236).

Confluindo para esta reflexão, uma síntese do pensamento de Gianformaggio (1995) indica que a cidadania para as mulheres é trabalhada por dois paradigmas muitas

vezes caracterizados em contextos políticos e jurídicos como subjacentes. Uma concepção defende a relação de igualdade entre mulheres e homens, outra, pelo contrário, ressalta a diferença entre mulheres e homens. Nessa concepção o foco está na distinção do termo diferença. Se a diferença é pensada como produto da opressão, o que deve ser reivindicado é a igualdade. Mas se a diferença tem uma origem e uma definição social, não procede demandar a aplicação igual do direito existente mas “o próprio conteúdo do conceito de igualdade deve ser repensado, verificando não só a aplicação correta, igual para todos, das normas, mas também a problemática da caracterização dos critérios segundo os quais são construídas as diferentes espécies” (GIANFORMAGGIO, 1995:266).

Essa concepção é crucial para o movimento feminista cuja luta nos últimos tempos busca tanto a construção de um sujeito político para as mulheres, bem como procura transformar a cultura política para que se possa assegurar a concretização da cidadania plena.

Quanto ao debate sobre a representação política no plano internacional pode ser ilustrado pelas concepções encontradas em Young (2006) e Phillips (2001).

Para Young, o debate sobre a representação e a participação política coloca em relevo a questão da democracia direta ou representativa. Sua análise indica que nas sociedades complexas, no modo como se dá a construção democrática fica “evidenciado o caráter excludente das normas de representação”. Por conseguinte: “Muitas propostas defendem medidas que propiciem maior representação dos grupos sub-representados. Tanto a idéia quanto a prática de promover a representação específica de minorias são controversas” (YOUNG, 2006:140).

A autora acima caracteriza uma dessas posições como uma objeção relevante<sup>22</sup> por presumir um posicionamento que “enseja diferenças sociais em vez de reduzi-las”. Sumariando seu pensamento tem-se que a idéia de representação especial relativiza o grupo como possuidor de um “conjunto de atributos e interesses comuns que pode ser representado, o que na maioria das vezes não seria verdadeiro” (YOUNG, 2006:141).

Diante disso, a referida autora esclarece a natureza da representação em um sentido geral. Ela contradiz a imagem da representação na qual o representante se coloca em relação de substituição ou identificação com os representados e conceitualiza a representação como um “relacionamento diferenciado entre os atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006:142).

No que concerne à representação aplicada às mulheres, um grupo sujeito a desigualdades estruturais, Young mostra como ativistas dos movimentos de mulheres apontam que “legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres” (2006:140). Nesse sentido, a autora rebate as razões dos participantes da idéia de que a representação é incompatível com a democracia autêntica e fala que “nas grandes sociedades de massa, a representação e a participação se requerem uma à outra para que haja uma política plenamente democrática” (id.ibid.).

Phillips (2001), por sua vez, ao debater a representação política ressalta as noções encontradas entre os democratas liberais e os democratas radicais mostrando como na construção democrática atual, a demanda por presença política adquire centralidade. Diante das muitas demandas por representação deve-se considerar:

Importante reenquadramento dos problemas da igualdade política, a separação entre quem e o quê é para ser representado, bem como a

---

<sup>22</sup> Young faz referências à concepção de Phillips que veremos adiante.

subordinação do primeiro ao segundo, está em plena discussão. A política de idéias está sendo desafiada por uma política alternativa de presença (PHILLIPS, 2001:272).

Nessa concepção a política de idéias no contexto da representação política é referente à predominância da política de partido, sendo que a escolha do representante é feita mais pela proximidade das opiniões que partilhamos (id.ibid.).

Nas argumentações de Phillips “a ênfase resultante na exclusão política e no que conta como inclusão política, altera de modo significativo o enquadramento dos debates sobre igualdade política” (2001:278). Essa autora relata como a “principal conquista democrática dos séculos XIX e XX foi tornar a cidadania mais universal”. Neste contexto, sobressaem diferentes correntes e debates desde o marxismo, a social-democracia e o liberalismo de Rawls. Nas palavras da autora os debates estão longe de serem resolvidos. Sua preocupação é com:

Os mecanismos mais especificamente políticos que associem representação justa com presença política e enfatizam mudanças no nível político: isto é medidas que vêem o gênero, raça ou etnicidade dos representantes como uma parte importante daquilo que os torna representativos e procuram alguma garantia de presença igual ou proporcional ( PHILLIPS, 2001:278).

A concepção de representação política desenvolvida por Phillips é diferente da que é pensada por Young (2006) como ela mesma fala: “Eu divirjo dela em minha caracterização da política de presença, e não a vejo como baseada em qualquer noção firme de “representação de grupo” (PHILLIPS, 2001:285). A exploração sobre diferentes posições quanto à representação política encontrada em Phillips converge para o seguinte entendimento.

È na relação entre idéias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra (PHILLIPS, 2001:289).

Ainda que Young (2006) e Phillips (2001) manifestem explicitamente objeções recíprocas em seus textos, suas concepções sobre representação política não deixam de influenciar alhures e indicar opções possíveis para se repensar a representação política em contextos democráticos.

No cenário brasileiro, cientistas políticos como Araújo (2001, 2002a) e Miguel (2000, 2001), dentre outros, têm apontado aspectos inovadores quanto à representação política no caso específico das mulheres.

A análise sobre Potencialidades e Limites da Política de cotas no Brasil, realizada por Clara Araújo (2001), representa um avanço em relação ao debate apresentado anteriormente. Araújo tece considerações críticas que extrapolam um modo genérico de perceber a representação política e trabalha com uma “análise multicausal” para compreender a participação política das mulheres. Nesse sentido, sua discussão contempla a aplicação e o resultado do sistema de cotas nos planos nacionais, estaduais e municipais. No referido texto, a autora ressalta aspectos do debate que merecem ser mais contextualizados como “tempo de adoção das cotas” e “resistência partidária à inclusão das mulheres na competição eleitoral” (ARAÚJO, 2001:238). Portanto, há que se considerar essa temática no “interior da dinâmica e da lógica predominante”. A análise da autora é desenvolvida nesta direção pontuando que “... cada sistema eleitoral é mediado pelas relações entre as suas dimensões legais e o contexto sociopolítico e institucional” (ARAÚJO, 2001:239).

Têm-se assim o ponto que mostra o avanço da perspectiva analítica desenvolvida por Araújo, que vai além de um “enfoque centrado apenas na manifestação da resistência masculino-partidária”. Em suas palavras:

O problema da representação das mulheres envolve dimensões analíticas distintas, que vão desde antecedentes comuns de exclusão histórica, passando pelas suas trajetórias sociais marcadas pela condição de gênero e por aspectos relacionados com as condições socioeconômicas, até aspectos do sistema político tais como a cultura política e os sistemas partidário eleitoral (ARAÚJO, 2001:239).

Similar à análise sobre política de cotas e representação política feminina discutidas por Araújo (2001), Miguel (2001) discute a temática mostrando como às mulheres é atribuída uma “política do desvelo” ou “política maternal” e como isso perpetua a subordinação das mulheres indicando a “negação da ação em defesa dos próprios interesses” (2001: 254). Este autor revê a discussão que teóricas femininas apontam para o modo de pensar a moral e a participação política feminina. A concepção de uma “política do desvelo” enfatiza um deslocamento das características femininas de “atenção e cuidado com o outro” para o campo da política. A transposição de valores considerados privados aportaria uma transformação na prática política. Contudo, como mostra Miguel (2001:261), exemplos de mulheres no poder, como Margaret Thatcher na Inglaterra e Zélia Cardoso de Mello no Brasil, são indicadores de que a relação entre gênero e política do desvelo nada tem de automático. “Os exemplos contrários são numerosos e tudo indica que, para o bem ou para o mal, mulheres e homens podem exercer o poder da mesma maneira” (MIGUEL, 2001:264).

Portanto o que está em discussão é uma necessidade de se repensar a política e os mecanismos de representação, pois que “pertencer a um grupo não significa expressar as suas demandas” (id.ibid.). Tanto a defesa dos interesses quanto a defesa da presença das mulheres no campo político são importantes para contemplar a construção de projetos coletivos. Para isso é necessário desnaturalizar a capacidade de intervir na política atribuída para a mulher e conceber que:

A ação afirmativa é uma tentativa de romper este círculo vicioso contribuindo para a redistribuição do capital político ou, dito de outra forma, para o “empoderamento” dos segmentos sociais marginalizados. A presença das vozes das mulheres e de outros grupos excluídos politicamente no debate público representa, então, um passo na direção da realização da democracia, entendida no seu sentido de autonomia, isto é, a possibilidade de que os cidadãos e cidadãs fixem, eles próprios as normas que regerão as suas vidas (MIGUEL, 2001:266).

O conceito de “capital político” merece ressalva. Proveniente da sociologia de Pierre Bourdieu esse conceito designa o reconhecimento social, aquilo que faz com que “alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente”. Entre capital político e carreira política poder-se-ia dizer que é estabelecida uma relação dialética (MIGUEL, 2003:115).

A análise desenvolvida a partir dessas argumentações indica que os meios de comunicação possibilitam a visibilidade e o reconhecimento público para a construção do capital político. Tem-se assim uma hipótese geral: “a mídia interfere na estrutura da carreira política, exatamente por influenciar a produção de capital político”. Esse é um jogo marcado por uma “simbiose tensionada” uma vez que a relação entre os campos em questão não é de mão única. Isso posto, deve-se atentar para algumas ponderações da referida análise que elucidaria o lugar e o agir do ator político.

As posições no campo político não decorrem apenas das votações recebidas. O capital político é uma forma de capital simbólico, e dependente do reconhecimento elaborado pelos pares. Enquanto capital simbólico, sua eficácia liga-se à universalização do reconhecimento que ele recebe. Assim os meios de comunicação desempenham papel crucial na formação da agenda pública. (MIGUEL,2003:119).

A partir das perspectivas apresentadas, o olhar sobre a política de cotas encontra centralidade e constitui um dos elementos significativos e polêmicos do debate tanto internacional, como nacional. Nesse debate, posiciono-me concordante com a afirmação de que as cotas representam uma estratégia circunstancial. Mais do que acesso ao poder elas:

Articulam também um discurso político que busca legitimar uma forma particular de inserção, para além daquela concebida via os mecanismos clássicos liberais com base em critérios ‘meritocráticos’. Trata-se de uma inserção com base na idéia de que o mérito é também socialmente construído e de que há outros requisitos de justiça a serem observados, como a reparação de exclusões políticas (ARAÚJO, 2002a: 151).

Portanto discutir a representação política e a participação política relacionada às mulheres é intrigante. Para compreender esse processo histórico, com base em uma concepção alternativa de teoria e prática política, há que se considerarem os espaços e o modo como são constituídos os novos sujeitos com suas demandas de representações. No caso das mulheres, essas demandas constituem um avanço no plano da cidadania, no plano da representação e da participação política que estão além de demandas por direitos.

De certo modo, o exercício do poder tal como ele se configura nas arenas institucionais deixa de ser percebido como algo exterior às mulheres. Assim, se o “pessoal é político”, o acesso aos espaços nos quais se decide o político passa a ser objeto de direito e de desejo a ser conquistado. A perspectiva de atuação via mecanismos institucionais, ocupando espaços e desenvolvendo novas estratégias de inserção e pressão, passa a ser incorporada de forma mais afirmativa, e não apenas como objeto de crítica. À participação, soma-se a luta por ampliação na representação. (...) Muda a natureza dos sujeitos que interpelam o campo político: não mais o sujeito individual, mas o sujeito coletivo, definido, neste caso, a partir de sua identidade de gênero (ARAÚJO, 2002a: 149).

Subentendido nessa concepção, encontra-se o conceito de paridade que se aplica a toda a vida social, bem como à multiplicidade de contexto de interações. “A paridade requer arranjos sociais que permitam a todos os membros da sociedade interagir entre si como par. A condição de ser par não é meramente numérica, mas uma qualidade da relação igualitária, horizontal” (WRIGTH, 2006:11).

Pesquisas recentes sobre a representação e participação política ressaltam o contexto de mudanças sócio culturais em curso na sociedade brasileira. Maria das Dores Campos Machado (2006), analisando a temática, discute como o segmento social considerado *apolítico tem utilizado projetos políticos explícitos e ousadas estratégias para aumentar a influência na esfera pública*.

O crescimento das candidaturas femininas pentecostais nos processos eleitorais em várias regiões do país parece evidenciar, ainda mais, a complexidade da relação do pentecostalismo com as mulheres, sugerindo o alinhamento de parte da liderança religiosa com a preocupação contemporânea de estimular a presença feminina no jogo político (MACHADO, 2006:50).

Trata-se de estudo que aprofunda o debate e amplia a compreensão da escolha eleitoral e do comportamento dos parlamentares na prática da representação política. O esclarecimento importante no que tange ao gênero indica que:

Da mesma forma que a maioria do votos femininos não são definidos com base no sexo do candidato ou em suas proposições para o universo das mulheres, o comportamento eleitoral e parlamentar daquelas que se lançam na vida política não se encontra necessariamente alinhado com os movimentos de mulheres, ou mesmo sugere sensibilidade às demandas da população feminina (MACHADO, 2006:51).

Isso permite compreender como as mulheres inseridas na política partidária *incrementam* o processo de individuação, de construção de identidades.

Neste diapasão, outra pesquisadora (PINTO, 1994) observa que a constituição do sujeito político mulher no Brasil adquire visibilidade nas últimas décadas do século XX. “Esse é um processo marcado pela mudança do exercício da dominação para o do poder”. No caso das relações de gênero, essa trajetória está ligada às mudanças que ocorreram “tanto na apropriação do espaço público clássico, o espaço do político, como na redefinição do privado enquanto espaço de luta e, portanto, espaço público” (PINTO, 1994:196). Neste contexto, os movimentos de mulheres e o feminismo brasileiro foram os protagonistas de reivindicações e ações constituintes de novas lutas no campo político.

Desse modo, o conceito de participação feminina na política que assumo, refere-se a toda ação da mulher na esfera pública governamental, ou seja, todas as atividades que ela desempenha enquanto parlamentar e que incidem na configuração do perfil das vereadoras na Câmara Municipal em Goiânia, no período entre 2004 e 2008.

Nesse processo são observadas direções que confrontam a cultura autoritária por meio de atribuição de novo significado às noções de direitos, espaços públicos e privados, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença. “Esses processos múltiplos de re-significação revelam claramente definições alternativas do que conta como político” (DAGNINO, 2000: 29).

A transformação cultural percebida como elemento da estratégia dos movimentos sociais não está limitada à sociedade civil como um lugar privilegiado da política, mas estende-se também ao Estado e à institucionalidade política. Portanto, este é um debate não endógeno ao campo da teoria. Nele encontram-se questões indicadoras de como para reagir ao processo estabelecido do entendimento de democracia e cidadania, alguns grupos e setores da sociedade desenvolveram a capacidade de organizar, de reivindicar, de refutar e propor valores que lhes são próprios.

As discussões dos conceitos apresentadas neste capítulo serviram para compreender como eles foram discutidos e contestados pela perspectiva feminista, que, ao confrontá-los com outras visões, buscam construir uma abordagem inovadora para as questões próprias da política e da vida cotidiana.

O próximo capítulo tem por objetivo demonstrar como o feminismo desenvolveu sua luta enquanto movimento político, ressignificando comportamentos, teorias e legislações especialmente no Brasil.

### **3 O Feminismo como Movimento Político**

#### **3.1 A Luta Sufragista**

No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, feminismo procede do francês “féminisme”. Na língua francesa a palavra feminismo é conhecida desde o século XIX e expressa uma doutrina que preconiza a extensão dos direitos e do papel da mulher na sociedade. Para André Michel, “não se pode separar o pensamento da ação. Logo a definição de feminismo deveria incluir também as práticas e não somente a doutrina” (MICHEL, 1982:7)

Enrique Gomariz também reporta o uso do termo na língua francesa no século XIX, mas ressalta uma acepção mais estrita, não “falar de feminismo antes da conjuntura histórica de origem do conceito – a revolução liberal – onde o indivíduo adquiria a capacidade de ser sujeito de direitos e as mulheres ainda que tenham participado da dita revolução, permaneciam fora desta circunstância” (GOMÁRIZ, 1992:85).

Outra definição indica o feminismo como um movimento e um conjunto de teorias que têm em vista a libertação da mulher. “O termo libertação é entendido como contraposto ao conceito de emancipação dos movimentos do século XIX, de que o Feminismo contemporâneo constitui a fase extrema, a superação” (ODORÍSIO, 2004:486).

Para entender o feminismo como um movimento social, é importante localizá-lo no contexto das teorias. Assim, ele pode ser pensado a partir de duas dinâmicas da formação do grupo: “com um caráter reivindicatório em relação às autoridades

constituídas, face mais pública; e como reorganização do cotidiano dos sujeitos de uma comunidade face mais privada”:

O movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo. Nesta condição está a radicalidade do movimento, que tem como consequência uma desorganização profunda dos espaços de poder cotidiano: ao mesmo tempo que a exclusão menos transparente, pois minimizada por discursos de igualdade de direitos e cidadania, uma vez enunciada é presença explícita e irremediável no corpo (PINTO, 1992:131).

Desde suas origens, o Feminismo esteve imbuído de ideologias conflitantes. A defasagem entre os ideais dos direitos do indivíduo e os princípios da submissão e domesticidade impostos às mulheres foi o ponto central de importantes reflexões. Desde o século XVIII, no apogeu dos valores políticos da modernidade - Liberdade, Igualdade e Fraternidade - que duas expressões feministas clamam por direitos de cidadania para as mulheres. Trata-se do trabalho de Olympe de Gouges, “Declaration des Droits de La Femme e de la Citoyenne” (1791), publicado na França. Seu artigo VI ainda hoje permanece revolucionário: “Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos” (GOUGES, 1995:304).

O trabalho de Mary Wollstonecraft, “Vindication of the rights of women” (1792), confluía para a ideologia de Gouges ao reabrir a questão da extensão dos ideais da Revolução Francesa às mulheres. Sua recomendação de que as mulheres deveriam ser educadas como os homens influenciou pensadores e pensadoras feministas.

A formulação e desenvolvimento do pensamento social clássico no século XIX, com a teoria social da época, “abriram um leque de reflexões sobre a mulher”. Pensadores do utopismo social como Fourier e Saint-Simon defendiam a emancipação feminina através da educação. Esses socialistas utópicos tinham muito em comum com feministas como Marry Wollstonecraft e Harriet Taylor ao apelarem para a razão e o senso moral dos homens. Essa última foi junto com John Stuart Mill defensora do direito das mulheres ao trabalho e educação:

“Discutindo uma sociedade na qual os interesses de todo homem fossem considerados e ao mesmo tempo, na qual os direitos individuais de cada homem fossem protegidos, Taylor e Mill descobriram a justificação para uma correspondente revolução feminista. Isso originou a agenda para 200 anos seguintes de feminismo liberal. Ter acesso aos privilégios políticos, voto e direito de concorrer a cargos públicos, escolher a profissão e ter educação necessária, enquanto princípios da teoria democrática, levariam as mulheres finalmente à igualdade.” (NYE, 1992:27-28)

A presença notável das mulheres no mundo intelectual da época e nos movimentos socialistas, reforçava reivindicações de igualdades de direitos, ainda que as sociabilidades vividas por elas fossem diferentes, sobretudo quanto à relação com o trabalho.

O feminismo popular que nasceu na França na primeira metade do século XIX, composto pelas mulheres das classes médias e pelas operárias, reivindicava direitos políticos e econômicos para as mulheres. A participação feminina na organização do movimento trabalhador teve como destaque Flora Tristan e Jeane Deroian. A luta destas feministas afirmava a necessidade de organização e educação das mulheres para defenderem seus interesses que para elas eram comuns a toda classe operária. Foi nesse sentido que Flora Tristan escreveu *União Operária* (1843), e Jeane Deroian planejou a construção de uma Federação de Associações Operárias.

Dessa época pode-se reter que, além da história oficial, há sempre outras histórias silenciadas pela história androcêntrica a serem desveladas. A prática de Flora Tristan e Jeane Deroian estava à frente da própria teoria e dos socialistas da época. Mas elas não conceberam “(...) uma conclusão teórica fundamental: isto é, que a emancipação das mulheres só pode ser realizada pelas próprias mulheres” (MICHEL, 1982:61).

Tal idéia foi enunciada por Margaret Fueller, na mesma época nos Estados Unidos: “(...) seu claro sentimento de que a mulher deve lutar pela conquista de um eu independente, levou-a a pensar que a libertação das mulheres só podia ser realizada pelas próprias mulheres.” Segundo Michel (ibid.:62), essa é uma idéia fundamental que marcaria as reflexões e os movimentos feministas a seguir, ao longo do século XX.

O entrelaçamento das idéias com a prática, indica que a contribuição de diferentes fontes influenciou a atividade feminista que se desdobrou em múltiplas direções e reivindicações. Na Inglaterra, John Stuart Mill e Harriet Taylor foram contundentes defensores do voto feminino:

Para Taylor o voto não bastava: é também necessária a participação no mercado livre da sociedade capitalista. As mulheres devem contribuir economicamente para a família pela simples razão de que a mulher que contribui não pode ser ‘tratada do mesmo modo desdenhoso e tirânico que quando o homem é o único administrador do que é ganho’. A participação das mulheres contribuirá também, no bom feitio utilitarista, para a felicidade de todos (NYE, 1995:30-33).

Contraopondo à teoria liberal, os ensaios de August Bebel “*A mulher e o Socialismo*” (1880), e o de Friedrich Engels “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” (1884), explicavam a opressão das mulheres advinda da própria essência do capitalismo, a exploração de uma classe por outra. Logo as discussões da

condição da mulher na família e na sociedade estavam polarizadas. De um lado o feminismo liberal concentrava-se na reforma legal: deve haver direitos iguais no casamento e um contrato feito livremente. De outro lado, os marxistas observaram que tais reformas não mudavam a situação das mulheres e associavam a condição do contrato livre das mulheres no casamento com o do tipo vivido pelo operário e seu patrão. Nesse sentido, “o marxismo propunha uma estratégia alternativa: as feministas podem voltar-se das estreitas preocupações com voto e casamento para a revolução socialista. Eliminado o capitalismo, a opressão das mulheres desaparecerá.”

No plano das ações, a campanha para o sufrágio feminino desencadeada inicialmente nos Estados Unidos (1848) e na Inglaterra (1867), seria um marco importante de reivindicação de direitos políticos para as mulheres, tendo nos jornais feministas um meio privilegiado de divulgação dos seus ideais.<sup>23</sup>

Se as feministas liberais achavam que poderiam corrigir os males do capitalismo através primeiramente do voto e depois, com a legislação, Emma Goldmam mostraria que o voto se havia convertido num fetiche que devia resolver todos os problemas. O voto da mulher não teria sido progressista, no máximo seria reacionário.<sup>24</sup>

O aspecto sócio-político pós-Segunda Guerra Mundial, foi marcado pela ideologia da universalidade dos direitos sociais regida pela OIT. Neste contexto, o movimento feminista buscava direitos relacionados à cidadania para as mulheres. Este processo de construção de cidadania desenvolveu-se influenciado pela concepção liberal de direitos igualitários e sua legislação voltada para o bem comum. Desse modo, a cidadania foi pensada mais como uma “articulação com um Estado e nação, pois de

---

<sup>23</sup> A imprensa feminina teve papel relevante para exprimir o feminismo das mulheres das classes médias, que apelavam às mulheres e não aos homens para sua libertação (MICHEL, 1982:63)

<sup>24</sup> Goldmam questionava o aspecto moralizante das defensoras norte-americanas do voto feminino, apud Nye (1995:60).

modo simplificado, podemos dizer que cidadão é um membro de uma comunidade política, gozando de todas as prerrogativas e encarregado de todas as responsabilidades pelo fato de ser um membro da comunidade” (WALZER, 1989:211).

No caso das mulheres, sua articulação com um Estado representa um marco importante do processo de construção de Cidadania, ou seja, atua na ambigüidade que está na gênese daquele processo e que é a questão da exclusão-inclusão. Em toda a história da conquista dos direitos de cidadania, as mulheres estão à parte, ainda que tenham participado de revoluções e tenham sido trabalhadoras e operárias.

É neste sentido e contexto histórico, que a cidadania referente às mulheres pode ser compreendida como uma “cidadania passiva” – aquela outorgada pelo Estado com a idéia moral do favor e da tutela. A trajetória do movimento feminista se desenvolveria no sentido de combater concepções instrumentais, transformar a condição de inclusão-exclusão e defender “direitos humanos para as mulheres”. Mas o fato de conquistarem direitos e tê-los prescritos, não significa que haja cidadania. Nesse aspecto, a luta feminista teria um longo caminho.

A história do feminismo brasileiro tem raízes em um tempo distante, na luta de mulheres que desde o século XIX rebelaram-se contra as condições em que viviam na época. É comum ligarem a origem do feminismo no Brasil ao nome de Bertha Lutz, cuja liderança na luta das mulheres pelos direitos políticos (década de 1920), foi inegável, mas não foi a única. Várias manifestações em prol de direitos políticos e participação eleitoral marcaram o período que vem do século XIX até as três primeiras décadas do século XX.

O feminismo brasileiro daquele período esteve intimamente associado às personalidades. Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta deriva do esforço pessoal de alguma mulher que, “por sua excepcionalidade, na maioria das vezes

intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres” (PINTO, 2003: 14).

Foi assim que, em reação e inconformadas com a não-aprovação do voto feminino pela Constituinte (1891), um grupo de mulheres fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino. Esse partido merece atenção especial pelo significado de ruptura da ordem estabelecida e por significar uma estratégia e posição clara em relação ao objetivo de sua luta, isto é, se tornarem representantes dos interesses das mulheres na esfera política. Duas fundadoras do partido, Leolinda Dalto e Gilka Machado, conseguiram colocar na imprensa carioca a questão do voto e chegaram a promover uma marcha pelas ruas do centro do Rio de Janeiro. Essa manifestação ilustrou o ambiente político e o início de uma opinião pública que se formava no Brasil logo após a primeira campanha eleitoral para presidente da República em 1909. No entanto, nos últimos anos da década de 1910, o Partido Republicano Feminino desapareceria.

De volta após um período de estudos em Paris (1918), Bertha Lutz esteve à frente da organização da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que viria a ser “a maior expressão do feminismo da época”. A liderança de Bertha Lutz representou a ligação das mulheres brasileiras com as idéias feministas do hemisfério norte sendo representante do Brasil no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e na I Conferência Pan-Americana da Mulher nos Estados Unidos. Com reconhecimento e trânsito na elite política da época, em 1922 após voltar dos Estados Unidos, Bertha Lutz organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, ocasião em que a FBPF fortaleceu a defesa dos direitos da mulher com a criação da federação em vários estados brasileiros.

Analisando a evolução histórica do feminismo liderado por Bertha Lutz, Pinto (2003) mostra como ela “ao lutar nos limites da legalidade, não definia a exclusão

feminina como decorrência da posição de poder do homem, e a luta por inclusão – tornarem-se cidadãs – se apresentava como complemento do bom andamento da sociedade”.

Outras mulheres e outras estratégias diferentes e sem ligação com a FBPF ilustram a luta pelo voto feminino no Brasil, como é o caso de Elvira Komel e Júlia Alves Barbosa. Elvira tornou-se a primeira mulher mineira eleitora em 1928. Júlia Alves Barbosa, do Rio Grande do Norte, requereu o alistamento com sucesso em 1927, sob alegação de ter “qualificação de maior, solteira, com rendimentos próprios, portanto apta a exercer sua cidadania”. Outras mulheres a seguiram, ganhando o direito de voto no Rio Grande do Norte, tendo a própria Júlia sido eleita para a Câmara Municipal de Natal.

O novo Código Eleitoral (1932) incluiu a mulher como detentora do direito de votar e ser votada. Esta conquista se deu em meio ao “novo espírito de época em que buscavam alastrar a participação política por intermédio da inclusão de setores que dela haviam sido alijados pelas oligarquias.” (PINTO, 2003, 27).

Além dos movimentos organizados como vimos, o jornalismo feminista foi naquele mesmo período, século XIX e início do século XX, um importante instrumento de divulgação e formação de opinião do ideário feminista. Francisca Senhorinha Motta Diniz foi possivelmente a primeira mulher a fundar um jornal no Brasil com o objetivo de divulgar a “causa das mulheres”. Em 1873, fundava em Minas Gerais O Sexo Feminino. Mais tarde no Rio de Janeiro, reeditou o jornal, que passou a chamar-se 15 de novembro do Sexo Feminino, a partir da Proclamação da República. As peculiaridades deste jornal são além de uma preocupação com o voto, o interesse pelos direitos civis para as mulheres. Francisca Diniz procurava alertar as mulheres sobre a ignorância delas em relação aos direitos no casamento e de como as mulheres tinham de estar

conscientes de seus direitos e não podiam se deixar enganar. Ao pregar uma educação real das mulheres e atenção aos direitos no casamento, Francisca Diniz reforçava os ideais feministas.

Outro marco interessante a reter sobre o feminismo daquele período foi a influência do anarquismo na formação da mulher trabalhadora. A relação entre esses dois movimentos é paradoxal. Foi no espaço revolucionário das anarquistas, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas: identificação da condição explorada da mulher em relação ao homem; a centralidade da questão do trabalho e a referência ao tempo como bandeira de luta.

Dentre as muitas mulheres anarquistas que se manifestaram com idéias para a emancipação feminina além do direito ao voto, Maria Lacerda de Moura foi destaque. Ativista radical, suas idéias expressavam desde participação política a defesa aberta do amor livre e educação sexual.

Maria Lacerda de Moura colocou-se contra as sufragistas: “O programa anarquista é mais vasto neste terreno, quer fazer compreender à mulher, na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como fator histórico, para a sua inteira integralização na vida social”. Tais manifestações contrapunham o feminismo das anarquistas com o feminismo das integrantes da FBPF,<sup>25</sup> ao questionarem a emancipação da mulher, a partir do direito do voto, dos direitos políticos.

---

<sup>25</sup> Uma anarquista a contestar foi Isabel Cerruti através do jornal “A Plebe” (PINTO, 2003: 37).

### 3.2 A Fase Radical

O feminismo radical corresponde à doutrina e movimento que surgiu na Europa e nos Estados Unidos após 1965. Contudo, suas bases foram dadas por reflexões anteriores aquele período.

O ensaio de Simone de Beauvoir, *“Le Deuxième sexe”*, publicado em 1949, gerou uma verdadeira mudança no pensamento feminista. Beauvoir buscou explicação para o que era ser existencialista, numa tentativa de situar a dinâmica de uma opressão que não era específica do socialismo nem do capitalismo. Ela repensou os conceitos de opressão e libertação, de fundamental importância para as mulheres. Nesse sentido dizia: “nenhuma definição adequada de opressão ou libertação pode ser dada até que as pessoas sejam vistas não como objetos, mas como sujeitos, porque é quanto à sua subjetividade que a opressão atua. Do mesmo modo, só em relação com a sua subjetividade é que emancipação ou libertação podem ter significado.”

Assim refletindo, Beauvoir constrói uma análise alternativa das origens do sexismo, buscando entender a situação da mulher a partir da explicação da condição de objeto e de como os homens lhe tem negado a transcendência, transformando-a numa coisa.

Explicitando como a situação das mulheres não mudara consideravelmente no capitalismo nem no socialismo, Beauvoir deixa claro que se a teoria socialista, assim como a democrática eram inadequadas, o existencialismo então preencheria esta lacuna. Um feminismo existencialista podia, portanto, oferecer um estudo tanto da opressão das mulheres como de sua emancipação.

Em *O Segundo Sexo*, as mulheres e não o proletariado são o “*outro*” original contra quem os sujeitos masculinos se afirmam, sejam eles capitalistas, feudais ou

socialistas. Da maior importância para a mulher, é uma profissão na qual ela possa se afirmar (NYE, 1995:100).

A forma como Beauvoir via as mulheres influenciou várias gerações de feministas inglesas, norte-americanas e brasileiras. Nos Estados Unidos, Betty Friedan publicou *Mística Feminina* (1963), fazendo aflorar os sentimentos feministas das norte-americanas instruídas ao descrever o “indefinível mal-estar” das mulheres no lar. Ela se referia à condição das mulheres das classes médias que o culto restaurado – concepção instrumental – as limitava aos papéis acanhados de esposa, mãe e consumidora (FRIEDAN, 1971:62). Como Beauvoir, Friedan enfatizou a importância da profissão e trabalho para as mulheres adquirirem libertação.

Os estudos ora reforçam conhecimentos, ora constituem ampliações e avanços. Uma vez revisados, conceitos e teorias tendem a oferecer novas explicações para a realidade observada. Isso ocorre também nos estudos feministas, onde a explicação sobre a opressão da mulher foi pensada – pelo feminismo radical – como se elas constituíssem uma classe social, cuja liberação só pode proceder de uma organização da sociedade conforme defendia Firestone. Por outro lado, as reflexões de Rowbotham assinalam a autonomia do feminismo, sem separá-lo da mudança social global<sup>26</sup>.

A relação destas formas de pensamentos com as estratégias desenvolvidas pelos movimentos feministas, fica clara quando se percebe objetivos e reivindicações sendo transformados, a partir de mudanças nas sociedades onde tiveram origem e à condição histórica das mulheres. Durante as décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista passa por reconstruções, marcadas sobretudo pela luta pela distinção entre sexualidade e procriação no ocidente e o aparecimento dos movimentos de liberação das mulheres

---

<sup>26</sup> Shulamith Firestone, *A dialética dos sexos* (1971). Sheila Rowbotham, *Feminismo e revolução* (1972) e *a Mulher ignorada pela história* (1974) apud Gomáriz (1992:95).

depois de 1965. Os avanços do controle científico de natalidade, com uso de anticoncepcionais, possibilitou à mulher separar sexualidade e procriação. No entanto, a luta para abolir legislações repressivas continuava. A contracepção feminina tinha oposição tanto nas hierarquias católicas quanto nas comunistas que tinham a mesma concepção instrumental das mulheres. Mas a dissociação entre sexualidade e procriação só se efetivaria com o direito ao aborto, sendo as feministas inglesas e as feministas norte-americanas as pioneiras neste aspecto.

As novas gerações de mulheres – finais dos anos 60 – nos Estados Unidos, Inglaterra, França e em inúmeros países ocidentais, que possuíam um nível de instrução superior ao de suas mães, reagiram a um tratamento e condição de “Segundo sexo”. Nasceram na América do Norte e na Europa, os movimentos de mulheres, cuja diversidade e ações extrapolam os limites desta discussão. Por isso lembraremos apenas marcos teórico-práticos dos Women’s Movements nos Estados Unidos e na França.

Em 1966 Betty Friedan fundou o National Organization of Women (NOW), nos Estados Unidos, e a organização teve um amplo alcance entre as cidadãs norte-americanas, chegando a aglutinar 10 mil membros em 1971. O NOW<sup>27</sup> se define como um grupo de pressão política com objetivos precisos: reciclagem das mães de família pelo acesso à formação e ao direito ao emprego, igualdade dos salários masculinos e femininos, dos direitos na família e abolição da publicidade sexista. Entretanto, em 1967, mulheres solteiras e jovens separam-se do NOW para criarem as primeiras células de um movimento mais radical, o “Women Liberation Movement” (WLM), que se definia como movimento e não como uma organização, com origens diversas que explicam a variedade de suas funções. Mais tarde, novo impulso conciliará todas as

---

<sup>27</sup> No campo do conhecimento, o NOW se “consagra à idéia de que as mulheres são antes de tudo, seres humanos que, como as outras pessoas de nossa sociedade, devem ter a oportunidade de desenvolver profundamente seu potencial humano” Michel (1982:84).

tendências num Women's Movement mais amplo que a partir de 1969 agirá como um grupo de pressão política e se desenvolverá como uma tendência cultural e filosófica. Como grupo de pressão, os WLM buscaram mudar a imagem sexista das mulheres, abolir as discriminações no emprego e nos salários em relação às mulheres e obter o direito ao aborto.

Na França, apesar das leis e direitos conquistados pelos movimentos anteriores, as mulheres conviviam com a proibição do aborto e as conseqüências de sua condição clandestina: discriminação no emprego e salários; repressão sexual e as imagens sexistas nos *mass médias* além da dupla jornada. O descontentamento das mulheres e seu desejo de abolir o sexismo nas instituições e nos costumes, foi o que levou à criação dos Mouvements de Libération des Femmes, Movimento de Liberação das Mulheres (MLF).

Foi assim que em maio de 1968, Anne Tristan criou com outras mulheres, o Féminin-Masculin-Avenir (FMA)<sup>28</sup>. Em número especial de *Partisans: Libération des Femmes*, aparece o essencial da filosofia do MLF: a denúncia do trabalho doméstico “invisível”, a análise do sistema patriarcal que tem como base esse trabalho efetuado pelas mulheres que, na verdade, constituem uma classe oprimida e explorada. O manifesto e a passeata em abril de 1971, exigindo o direito ao aborto, revelou o movimento à imprensa e teve repercussão internacional. O MLF atuou intensamente em campanha e denúncia dos crimes contra as mulheres, fundou a Ligue du Droit des Femmes (1974), presidida por Simone de Beauvoir e publicou *Nouvelles Feministes*. Quando da criação da Ligue du Droit des Femmes, o relato de Anne Tristan aponta que o movimento era político. Isso significava questionar a exploração em sua essência, na

---

<sup>28</sup> Este é um sub-grupo do grupo oficial Movimento Democrático Feminino (MDF), fundado por militantes filiados à Federação Esquerda Democrática e Socialista FGDS) Michel (1982).

relação do homem com a mulher no cotidiano. Assim, as Novas Feministas buscaram o sentido de política que contemplasse a “vida do grupo humano e reflexão sobre todas as relações de grupo. Nada a ver com a política tal como ela é entendida: transações de poder entre as minorias de homens que detêm o poder” (MICHEL, 1982:87).

A luta das Novas Feministas recebeu o apoio de Simone de Beauvoir que, ao entrar para o movimento, se declara feminista. A propósito de sua reflexão sobre a condição das mulheres na França e sua entrada para a luta concreta e coletiva das mulheres, numa entrevista, merece destaque:

(...) há, talvez, um maior número de mulheres trabalhando, mas não muito. Seja como for, elas estão sempre confinadas em posições de pouca importância. (...) as carreiras mais interessantes lhes são praticamente proibidas e seu avanço é impedido dentro mesmo de sua profissão. Tudo isso me fez refletir. Pensei que seria preciso, se as mulheres queriam que sua situação mudasse, que elas tomassem a iniciativa. Por outro lado, os grupos de mulheres que existiam na França antes do Movimento de Libertação das Mulheres, criado em 1970, eram reformistas e legalistas. Não tinha a menor vontade de entrar neles. O novo feminismo, ao contrário é radical. Ele retoma as palavras de ordem de 1968: mudar a vida já. Não esperar pelo futuro mas agir imediatamente. Quando as participantes do MLM entraram em contato comigo, tive vontade de lutar ao lado delas. (...) Tornou-se, portanto, uma coisa muito natural para mim, em novembro de 1971, ir para a rua e desfilar com as militantes do MLM, adotando suas palavras de ordem: aborto livre e gratuito, contracepção livre e gratuita, maternidade voluntária (SCHWARZER, 1985:28).

As atuações do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM) serviram para estimular o aparecimento de inúmeros grupos feministas não só na França, mas na grande maioria dos países ocidentais, inclusive no Brasil, observadas as determinações histórico-culturais.

No plano da construção de cidadania, o movimento feminista radical pode ser compreendido em alguns aspectos. Primeiro, aos direitos em processo de reconhecimento, são acrescentadas reivindicações de novos direitos sociais. Aqueles chamados “direitos de segunda geração” que necessitam de uma presença mais forte do Estado – ação positiva – para serem realizados. Segundo, o feminismo radical mostrou que, em se tratando dos estudos sobre a condição das mulheres, uma revisão teórica aponta para novos conhecimentos intimamente relacionados com a empiria. Paralela à crítica do sistema patriarcal, a discussão da sexualidade, separando-a da procriação, tornou-se elemento importante para pensar a libertação das mulheres. A conquista de direitos relativos à sexualidade representou possibilidade de ser uma nova mulher, que vê as coisas de maneira diferente, reage diferentemente, tem novas necessidades e sentimentos, uma mulher trabalhadora e independente, cuja nova situação exige uma mudança em sua vida geral. Aquela que Kollontai chamava de “mulher emancipada.” O terceiro aspecto importante desse movimento feminista, foi evidenciar que as mulheres passaram a manifestar-se como grupo organizado. Enquanto movimento social, ele “(...) fundou-se num conjunto de valores comuns, destinados a definir as formas de ação social e a influir nos seus resultados” (PASQUINO, 2004:787).

Como grupo organizado – de pressão e político – aquele movimento representou para as mulheres, uma oportunidade de se constituírem como sujeitos sociais e políticos, a serem considerados pela agenda pública. Também não é demais lembrar que “(...) a face mais visível dos movimentos sociais é sua relação com as esferas institucionalizadas de poder. A visibilidade advém do próprio fato de a relação entre os movimentos sociais e o Estado se dar no âmbito do público, no âmbito do anunciado” (PINTO, 1992:129).

Nesse sentido, concordo com a tese de que o movimento “feminista” – constitui num espaço privilegiado da mulher enquanto sujeito político. Desse modo, o movimento feminista radical contribuiu para a construção de cidadania feminina, “atuando na reorganização do cotidiano dos sujeitos”, ou seja, mais próxima da “cidadania ativa”, aquela que institui a cidadã como portadora de direitos e deveres, mas essencialmente criadora de direitos para abrir novos espaços de participação política. A referência a uma aproximação da “cidadania ativa” resulta do entendimento de pensá-la processualmente, logo, sua construção não é cabal. É nesta direção que compreendo a trajetória do movimento feminista, não sendo esgotada nesta ou naquela fase. Isto porque as reivindicações e conquistas ampliaram a cidadania feminina, mas não significaram efetividade plena, dada a distância relativa entre os direitos na lei e os direitos na vida. Também não significou “cidadania como atitude desejável”.

Transformar a condição da mulher é uma questão que perpassa os tempos sendo trabalhada por diferentes grupos, ancorados em diferentes ideologias e estratégias, como veremos na fase do feminismo brasileiro desenvolvido nas décadas de 1970-1980.

No plano das idéias, os horizontes foram abertos quando Heleieth Saffioti escreveu o ensaio “*A Mulher na Sociedade de classe: Mitos e Realidades*” (1967). A autora, detalhadamente, analisa os papéis sociais da mulher brasileira e sua evolução na formação econômico-social brasileira. Este ensaio representou uma importante referência acadêmica e teve o mérito de inserir o tema da opressão da mulher no debate marxista.

Nas décadas de 1970 e 1980, marcos importantes da inter-relação do feminismo com o mundo das teorias no Brasil, ocorreriam com os desenvolvimentos dos estudos de gêneros nas universidades através dos núcleos de estudos sobre a mulher. Outro marco neste campo foi a criação do departamento de Pesquisas da fundação Carlos

Chagas e os encontros e estudos sobre a mulher na associação Nacional de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

Ainda que o feminismo no Brasil não tenha radicalizado como o fora nos países centrais, são encontradas referências apontando uma maior visibilidade a partir da década de 1970<sup>29</sup>, sobretudo no eixo Rio – São Paulo.

Os desdobramentos dos eventos históricos - políticos da ditadura militar, limitadores de cidadania, são conhecidos e não cabe nos limites deste trabalho enumerá-los.

No momento, o interesse está voltado para aqueles elementos pertinentes à luta feminista em busca de transformar a condição de “cidadã de segunda-classe” para uma de agente de “cidadania ativa”.

As comemorações do Dia Internacional da Mulher, patrocinadas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), em 1975, dando origem a Década da Mulher, foi um marco para o movimento de mulheres no Brasil, com suas vertentes de movimento feminista, grupo de mulheres pela redemocratização do país e pela melhoria nas condições de vida e de trabalho da população brasileira. O movimento feminista que se desenvolveu no Brasil a partir de 1975, foi marcado por contradição e paradoxos, no campo da política institucional e no interior do próprio movimento. “O feminismo brasileiro teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês” (PINTO, 2003: 45).

---

<sup>29</sup> Céli Pinto (2003:45), fala em nascimento; Vera Soares (1994:130) fala em reaparecimento.

Compreender esse processo é importante, porque seu desdobramento influenciou a diversidade que caracterizou o movimento posteriormente. Em países como o Brasil, o movimento feminista enfrentou um problema de dupla face:

Por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência da questão social que existe no Brasil: a fome, a miséria, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica (PINTO, 2003: 45).

Frente a tais circunstâncias, algumas indagações se impõem: Como conciliar a construção de direitos de cidadania, portanto direitos individuais, com os direitos coletivos e universais? Não sendo a cidadania só expressão de direitos, como agir com as desigualdades? A reflexão aqui pode ser fundamentada em Norberto Bobbio quando ele evidencia: “(...) que os direitos dos homens por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 1992:5).

Entendo que os direitos e a cidadania são construções processuais, transformam e são transformadas por novas exigências e valores. No desenvolvimento histórico das sociedades, os direitos não têm que ser ordenados ou hierarquizados, mas podem ser de natureza diferente segundo sejam relativos a indivíduos ou a coletividades.

A problemática enfrentada pelo movimento feminista vai além da questão dos direitos. A tensão entre luta específica e consciência da desigualdade social coloca uma questão ideológica: o que privilegiar? Luta de classe ou movimento libertário? Integrar-se ao Governo ou permanecer autônomo? Esta dinâmica marcou o feminismo radical no Brasil. A “vertente do movimento libertário parece ter sido a grande propulsora de um

feminismo rigoroso e mais capaz de pôr em xeque as estruturas de dominação” (PINTO, 2003:55).

No entanto, é pertinente lembrar que o movimento feminista brasileiro desenvolveu-se estreitamente relacionado com o movimento de mulheres e que suas reivindicações contemplavam tanto os direitos políticos, luta pela anistia e redemocratização, como os direitos sociais com luta por melhorias da educação, saúde e trabalho. Existem análises sobre os movimentos de mulheres e feministas, mostrando “como naqueles tempos, as mulheres tiveram espaço para uma maior ação política como decorrência do imaginário social. Isso porque as vêem como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas” (SOARES, 1994:12).

Como consequência do encontro das feministas com os movimentos de mulheres, resultaram inúmeras mobilizações no campo da sociedade civil brasileira, fazendo emergir um novo sujeito social: mulheres reivindicadoras do “direito de ter direitos”.

No conjunto das transformações iniciadas e desencadeadas em defesa dos direitos das mulheres, as estratégias variaram desde a realização de campanhas de denúncia e de conscientização; a apresentação de propostas para a elaboração de legislação e de políticas; a construção de alianças e parcerias no âmbito da sociedade civil para defesa e promoção de direitos e da cidadania das mulheres; e a interlocução com o Estado para a promoção de intervenções e mudanças sociais a partir da perspectiva de gênero (RODRIGUEZ, 2001:9).

Propostas incorporadas à Constituição Federal (1988), advindas de emendas populares promovidas por grupos de mulheres e feministas apontaram os tópicos: denominação homens e mulheres; trabalhadores e trabalhadoras; saúde da mulher; igualdade na sociedade conjugal; assistência médica e psicológica à mulher vítima de

violência sexual; liberdade de planejamento familiar; direito de posse e de propriedade da terra para a mulher; defesa dos interesses individuais e da comunidade contrariados pela propaganda da violência ou de atos que discriminam pessoas e entidades (PINTO, 2003:78).

A partir desses elementos de propostas legislativas, é possível observar que as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, não se limitaram a um direito específico ou hierarquizado. A luta por cidadania colocava em evidência uma preocupação tanto com direitos individuais, como com uma condição e forma de vida democrática. O princípio de igualdade norteador da cidadania também representou um elemento central para a organização, estratégia e mudanças objetivadas pelos movimentos.

Para viabilizar as políticas públicas, diferentes organizações foram criadas: Conselhos dos Direitos da Mulher, Secretarias de Estado e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Um articulador fundamental com ações propositivas, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM foi criado por reivindicações de inúmeras organizações de mulheres no país.

No processo de constituição de redes e articulações de mulheres no Brasil, destacam-se duas: a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos – Rede Saúde. Ambas têm uma Coordenação Executiva Nacional e se articulam com iniciativas semelhantes em âmbito regional e mundial, difundindo informações e construindo, conjuntamente, reflexões, ações e avaliações sobre a situação e a luta pela cidadania das mulheres e pela igualdade de direitos (RODRIGUES, 2001:10).

Estas são algumas das configurações do movimento feminista brasileiro que, no final dos anos 1970 e durante a década seguinte, se amplia e se diversifica, adentrando

partidos políticos, sindicatos e associações comunitárias. É nesse período também, que a história da luta das mulheres em Goiás, aliada ao pensamento feminista, se desenvolveu paralelo ao movimento brasileiro e aos grupos formados em Goiânia na década de 1980.

Portanto, o feminismo aportaria em Goiás em plena década da mulher (1975 - 1985), quando em todo o país são criados grupos feministas influenciados por movimentos nacionais e internacionais. Esse período está inscrito na chamada segunda fase do feminismo, a fase radical, que seria marcada pelas discussões contraditórias sobre a inserção no governo, pela atenção dada às questões do reconhecimento do corpo, das investigações das diferenças e buscas da igualdade na diferença. Procura ampliar a condição de cidadã e sua participação na esfera pública e política.

Inicialmente, os grupos em Goiânia eram “Grupos de Estudos”, que se subdividiram em muitos outros, sempre buscando uma forma de manifestar e agir contra a condição de inferioridade e subordinação ao poder masculino instituído na vida social como um todo.

Desse modo, em 1981 foram criados o Grupo Feminista de Estudos, o grupo Eva de Novo, o Grupo Identidade Mulher e o Centro de Valorização da Mulher (CEVAM). Divergindo quanto às prioridades de ações, esses grupos, no entanto, tinham os mesmos propósitos: elaborarem espaços sociais para denúncias da situação de opressão da mulher no lar, na educação e onde quer que ela se manifeste (ROCHA, BICALHO, FARIA, 1999:21).

O marco inicial de visibilidade do Grupo Feminista de Estudos foi a divulgação em 16 de maio de 1981, em Goiânia, de uma Carta de princípios que fala sobre a “preocupação de encontrar formas de interferir na sociedade para ampliar o espaço de atuação da mulher, nas esferas intelectual, política, econômica e social do país e particularmente da comunidade goiana.”

Na fala de uma de suas participantes, esse foi realmente o primeiro grupo feminista criado em Goiás. Para Telma Camargo da Silva, “o grupo provocou muita polêmica com matérias publicadas nos jornais. Suas componentes foram taxadas de serem contra os homens, de modo preconceituoso e estereotipado”.

O Grupo Feminista de Estudos foi composto por um pequeno número de mulheres intelectuais, de classe média, professoras e profissionais liberais, com o objetivo de estudar a questão da mulher, para atuarem como formadoras de opinião sobre a opressão feminina. Mas ainda no decorrer de 1981, o Grupo Feminista dividiu-se e um outro grupo se formou, no processo de ruptura. De um lado, o segmento continuou com o nome e manteve a concepção da institucionalização do movimento, aliado à força de Centro em termos políticos partidários. E do outro lado, o grupo se estruturou no grupo Eva de Novo.

Na expressão de uma das fundadoras, no momento das Diretas Já, em 1984, essas mulheres tiveram de “sair do ovo, dar um segundo passo, agora não mais a gente com a gente, mas a gente com o mundo.” Para Ângela Belém Mascarenhas: “num primeiro momento o movimento é marginal, a sociedade não tem e não está estruturada para absorver aquelas bandeiras das mulheres, mas com o tempo ela absorve aquelas bandeiras com os mecanismos de controle social, que vão chegando devagarinho (sic.), você se sente confortável, protegida pelas instituições sociais” (id.ibid.).

Algumas das mulheres que saíram do Grupo Feministas de Estudos e criaram o grupo Eva de Novo, foram as mesmas que estiveram na frente da criação do primeiro. Por que o nome Eva de Novo? Eva, dentro da mitologia católica, é a mulher que saiu do homem. O nome é uma provocação, segundo Telma: “uma Eva que se constitui por ela mesma, que se define por ela mesma”. Esse grupo escrevia constantemente artigos publicados nos jornais de Goiânia. Publicou, também, dois importantes documentos:

Propostas do Eva de Novo de uma política governamental para mulheres, em outubro de 1982, entregue aos candidatos a governadores por Goiás; e outro sobre o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), dando opinião sobre o seu funcionamento em maio de 1984.

Em entrevista, Ângela Belém Mascarenhas afirma:

Um dos momentos mais bonitos do Eva de Novo foi na luta pelas Diretas Já, em 84. Fomos como feministas para o comício belíssimo na Praça Cívica, uma das coisas mais lindas que já aconteceu em Goiás em termos políticos. Nós não fomos com bandeiras do PT, fomos com bandeiras lilás, com dizeres do movimento feminista e com camiseta do Grupo Eva de Novo. Não tínhamos militância no PT, mas ele nos consultava sobre movimentos sociais. As pessoas foram encontrando outros caminhos, eu, por exemplo, hoje participo do movimento sindical na minha categoria (ibid. 23).

Em janeiro de 1986, o grupo Eva de Novo lançaria o documento Chama Feminista, onde são trabalhados temas como: Mulher e Política Governamental; Mulher e Educação; Direitos da Mulher; Mulher e Trabalho; Mulher e Saúde.

A década de 1980 foi um período profícuo para o feminismo Goiano. Aparece em destaque dessa época o direito de engravidar que as policiais militares adquiriram. Direito esse inserido no texto Constitucional do Estado, onde era proibido. Observa-se também o avanço no debate de outros temas como o aborto e a violência contra a mulher, levantados em comemoração ao 8 de março. Segundo Márcia Melo, militante do PCB, que na época era clandestino, mas que optara por uma atuação no PMDB: “dentro dessa participação no PMDB, tivemos todo um relacionamento com o poder, participando da criação do Conselho Municipal da Condição Feminina. O PMDB com frentes de mulheres em diversos estados do país participou da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.”

Novas divisões no Grupo Feministas de Estudos ocorreriam durante a eleição de Tancredo Neves. Algumas participavam do PMDB e apoiavam Tancredo. Outras, que simpatizavam com as idéias do PT, reagiram contra as eleições indiretas. Dessas divergências ideológicas surge o novo grupo o Feminista Identidade Mulher, com o objetivo de realizar estudos, palestras, debates e publicações de artigos em jornais, com princípios semelhantes aos do grupo anterior. Daí ocorreria uma série de contribuições para a Constituição Estadual e, mais tarde, já em 1993, para o programa da vereadora Marina Sant'Anna do PT e para a redação de direitos da mulher na Lei Orgânica do Município de Goiânia, que foram últimos aprovados integralmente.

Com a legalização dos partidos comunistas, Márcia Melo assume o PCB como dirigente partidária no estado e no âmbito nacional. Em 1986, foi candidata a Deputada Constituinte por Goiás, não se elegendo. Outras mulheres também foram candidatas a deputadas estaduais pelo PCB com campanhas feministas naquele mesmo ano, tais como Mona Bittar e Gelva Maristane Marins Costa, segundo dados encontrados em pesquisa realizada por Rocha, Bicalho, Faria, (1999:24).

O Centro de Valorização da Mulher (Cevam) foi outro grupo feminista, criado em 1981, que teve expressiva participação na defesa da mulher. Com uma atuação de vanguarda, o Cevam fez denúncia de assassinatos de mulheres, passeatas e manifestações nos momentos de júris de assassinatos de mulheres. Criou o SOS Mulher para socorrer vítimas de violência. O Cevam contribuiu ainda com as lutas pela criação da Delegacia Especial de polícia de Defesa da Mulher em Goiás (1985), da Secretaria Estadual da Condição Feminina (1987) e participou ativamente dos movimentos que propunham matérias sobre a mulher no texto da Constituição de 1988.

O Centro Popular da Mulher (CPM), entidade feminista criada em Goiás em 1985, é a que existe ainda hoje e tem uma trajetória de luta e compromisso com os

direitos da mulher. No início, o CPM se constrói como uma entidade organizativa de mulheres, priorizando a trabalhadora tanto urbana, como rural. Num segundo momento, a entidade vai trabalhar com mulheres já organizadas em sindicatos, associações e organizações estudantis, com o propósito de elevar o nível de consciência das mulheres sobre a opressão de gênero e a necessidade de sua atuação enquanto sujeito, nas diversas instâncias sociais. O CPM trabalha com os temas: mulher e trabalho, violência, saúde, sexualidade, mulher e participação política. Na realidade, o Centro Popular da Mulher sempre se expressou nas lutas gerais do país, como também na discussão e denúncia de situações específicas das mulheres. É integrante da União Brasileira de Mulheres (UBM) e representa, em Goiás, a Revista Presença da Mulher, editada pela Editora Liberdade da Mulher. De sua história de realização de encontros, seminários e congressos, merece destaque o 1º Congresso Estadual da Mulher Trabalhadora Rural, realizado em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), que teve a participação de seiscentas trabalhadoras rurais de todo o estado no ano de 1986.

As mulheres participantes da fundação e consolidação do CPM<sup>30</sup> vinham da luta em defesa do socialismo, muitas militantes do PC do B, com a compreensão de que a emancipação da mulher aconteceria na superação das sociedades de classe. É Denise Carvalho quem diz:

Com a revisão das teorias socialistas e com as suas experiências em diversas Nações, esta concepção avança no sentido de que as relações de gênero pautadas na desigualdade de papéis sociais e sexuais entre homens e mulheres persistirão no socialismo, porque são relações construídas

---

<sup>30</sup> Também são reconhecidas no meio acadêmico e em partidos políticos: Lúcia Rincon, Eline Jonas, Denise Carvalho, Olívia Vieira dentre outras.

culturalmente e socialmente ao longo da história humana (ROCHA, BICALHO, FARIA, 1999:27).

Essa organização passa, assim, a conceber a desigualdade entre o masculino e o feminino a partir das explicações da categoria analítica gênero, relacionada com classe e raça, categorias que também explicam desigualdades que agravam a situação de opressão de gênero.

O Grupo Transas do Corpo nasceu em Goiânia, no ano de 1987, com ex-participantes do Grupo Feminista de Estudos e Eva de Novo. Trabalha especialmente com questões ligadas à saúde da mulher e à educação sexual. Participou da implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em Goiás durante quatro anos. Outro trabalho importante foi a educação sexual por meio de palestras e assessorias em escolas de Goiânia, com um projeto financiado pela fundação Mc Artur, uma organização não governamental americana. No pensamento de uma das educadoras, as principais contribuições do grupo: “se encontram na esfera das políticas de educação sexual nas escolas, serviços de saúde e articulações das redes específicas do movimento. O Grupo Transas do Corpo tem contribuído para o surgimento de novas feministas, garantindo de certa forma, uma revitalização do ideário feminista para futuras gerações” (op.cit.:30).

O Grupo Oficina Mulher nasceu em 1991. Suas principais contribuições foram: articulações junto aos grupos autônomos, sindicais e partidários, para atividades conjuntas que aconteceram em 08/03/1993; primeira representação da Rede Feminista de Saúde na Região Centro-Oeste e representação da rede de Combate à Violência Sexual e Doméstica Contra a Mulher. Uma de suas participantes, Albineiar Plaza Pinto, teve expressivo trabalho político no PT e na área de saúde em diversas cidades do estado e em Goiânia. Também participou da Comissão Organizadora do IX Encontro

Nacional Feminista em Caldas Novas/ GO, em 1991. Para ela: “O Oficina Mulher, fundado em 1991, como grupo de vivência foi o núcleo de mulheres que incentivou e investiu na criação do Programa Interdisciplinar da Mulher na Universidade Católica de Goiás (UCG)” (ibid.:32)

O Programa Interdisciplinar da Mulher - Estudos e Pesquisas (PIM-EP) teve origem mediante discussões e análises com os Departamentos, Programas e Projetos da Universidade Católica de Goiás, com Grupos Feministas e outras Entidades que trabalham com mulheres em Goiás, no ano de 1992.

Os principais objetivos do PIM-EP são: produzir pesquisas sobre as relações sociais de gênero em uma perspectiva interdisciplinar; sistematizar o papel histórico da mulher, tendo como referência as relações sociais de gênero no exercício da cultura, liberdade, democracia e movimento social; articular com os movimentos sociais e grupos feministas em função das lutas pela conquista e garantia dos direitos da mulher, compreendidos como direitos humanos; prestar assessoria na área de gênero.

### **3.3 A Fase de Institucionalização**

O novo feminismo diferencia-se do anterior pelo aspecto da dupla institucionalização ocorrida nas duas últimas décadas: no campo teórico e no das estratégias do movimento político.

A institucionalização do novo feminismo no campo teórico é aqui pensada com base na emergência da teoria de gênero, que ocorreu em um momento da chamada crise de paradigma, desencadeada pelos teóricos pós-estruturalistas e pós-modernos. As teorias sociais clássicas não empregavam a noção de gênero enquanto categoria de análise. A definição da categoria gênero em termos conceituais resulta de um duplo movimento: do feminismo para as ciências humanas e destas para o feminismo.

Feministas, buscando explicações nas teorias sociais clássicas para entenderem o fenômeno das desigualdades entre os sexos e pesquisadoras movimentando-se no campo empírico para compreender os questionamentos das feministas. Tem-se assim, um processo marcado por intercessões de conhecimento e compreensão, mas também marcado pelas tensões entre os dois discursos<sup>31</sup>.

Desse encontro do movimento feminista com a academia, resultou uma mudança qualitativa a partir da década de 1980. Tal mudança foi marcada pela busca de explicações, além das descrições da condição da mulher na sociedade. Nesse contexto, a revisão de categorias de análise permitiu trabalhar com a questão da mulher não mais isoladamente, mas de forma relacional.

Nas últimas décadas, surge um conjunto de estudos fundamentados no âmbito das Ciências Sociais, chamados gênero ou relações de gênero, cuja dimensão crítica contribui para estas áreas do conhecimento nos seus conteúdos explicativos da vida social, que até então não consideravam a importância das relações de gênero na análise da organização social. A partir daí, a categoria gênero passa a ocupar uma posição central neste conjunto de construção teórica.

Portanto, gênero é uma categoria relacional, construída a partir das relações sociais. Nesse sentido, busca-se romper com o determinismo biológico. O conceito serve então como “ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo uma ferramenta política.” Ao dirigir o foco para o caráter fundamentalmente social, não se pretende negar que gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. O conceito considera o modo como as características

---

<sup>31</sup> Scott, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica (1991), é o texto base nessa discussão e na literatura sobre a temática.

sexuais são compreendidas e representadas. Como são transportadas para a prática e tornadas parte do processo histórico. (LOURO, 1997:22). Disso se entende que o núcleo de debate é colocado no plano do social, dimensão onde os sujeitos constroem e reproduzem as relações entre si. Segundo Sorj, a categoria gênero, envolve duas dimensões importantes. A primeira, se refere à impossibilidade de explicação do comportamento diferenciado do masculino e do feminino, observado na sociedade, com base no que se denomina “equipamento biológico sexual inato.” Gênero se difere do sexo por ser um produto social aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações.

A segunda dimensão é a noção de poder. Trata-se da compreensão de que ele é distribuído desigualmente entre os sexos, conferindo às mulheres uma posição de subalternidade na organização da vida social. (SORJ, 1992:15)

Uma outra contribuição importante para essa teoria é a de Joan Scott, que chama a atenção para a necessidade de não se perder de vista que gênero diz respeito às relações e, portanto, às estruturas de poder. O núcleo central da categoria de análise gênero está na inter-relação (interação social) profunda que constitui as relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos e gênero como uma expressão por excelência das relações de poder. Reafirmando como gênero se configura em um campo de representação e articulação de poder, a autora trabalha com quatro elementos que ela considera relacionados entre si e não excludentes.

Primeiro, os símbolos culturais que evocam múltiplas representações e por vezes não só constroem diferenças, mas modelos contraditórios, dependendo das condições objetivas e das representações de mundo diferenciadas. O segundo elemento diz respeito aos conceitos normativos que expressam interpretações dos significados simbólicos mediante normas e reforçam a oposição binária que caracteriza o masculino e o

feminino. São reforçadoras desta dimensão normativa, a religião, a educação, a política, e a ciência. O terceiro ponto a ser analisado remete às organizações e instituições sociais. Há necessidade de compreender que a construção de gênero não se dá somente no âmbito das relações do sistema de parentesco, porque nas nossas sociedades, o gênero é construído também no nível das relações econômicas e das formas de organização política. O quarto aspecto do gênero é a “identidade subjetiva.” A autora ressalta que se deve “examinar como as identidades de gênero são realmente construídas em relação a uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais situadas” (SCOTT, 1991:16).

Pertinentes a esse último ponto, de modo mais recente, estudos e análise de gênero ressaltam a sua dimensão de constituinte da identidade dos sujeitos. Baseado nesses estudos, é possível dizer que os sujeitos constroem suas identidades de gênero identificando-se social e historicamente como masculino e feminino. Os sujeitos têm identidades plurais, contraditórias, que não são fixas ou permanentes, mas profundamente inter-relacionadas. Esta colocação de que o gênero constitui a identidade do sujeito, significa fazer referência a algo que transcende o mero desempenho de papéis. Significa perceber o gênero dialeticamente fazendo parte do sujeito e constituindo-o (LOURO, 1997:25).

Adotar tal visão é entender que a identidade do sujeito é constituída a partir de seus pertencimentos múltiplos. Isso implica que ele, o sujeito, está imerso em um conjunto complexo de relações sociais, estabelecidas no plano material e simbólico, onde sua identidade singular se constitui na inter-relação de práticas, de falas, de representações simbólicas, de gênero, classe e nacionalidade.

Para essa compreensão, a categoria analítica ‘*gender*’ serviu para falar das “origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. A

atração por essa teoria se dá, ou porque ela permite fundamentar conclusões particulares para observações gerais, ou porque ela parece oferecer uma formulação teórica importante no que diz respeito ao gênero” (SCOTT, op.cit.:9).

Como categoria historicamente determinada, o gênero não apenas se constrói sobre diferença e dominação presentes nas relações entre os homens e as mulheres, mas permite observar como certos tópicos se mantêm ou aparecem de forma intermitente. A necessidade de relacionar esta reflexão com a realidade social e suas mudanças, é apontada por Gomáriz, que discute sobre “o peso do biológico na conduta humana sexuada que nos últimos vinte anos, causou uma das maiores divisões no próprio feminismo: o feminismo da diferença e o feminismo da igualdade” (GOMÁRIZ, 1992:97).

Deste modo, trabalhar com a perspectiva de emancipação feminina, não significa lutar só por igualdades, mas reconhecer as diferenças e buscar novos valores no relacionamento humano. Neste contexto, a reflexão sobre gênero envolve também investigar o “gênero masculino”. Algumas autoras consideram a teoria de gênero como se referindo a ambos os gêneros, dentre elas, Chodorow que reflete sobre a construção da feminilidade e da masculinidade de forma sistematicamente comparada.

Outra observação relacionada ao novo feminismo, é a que mostra que a ideologia feminista é bastante variada. Sua crítica foi o ponto de conexão entre o feminismo liberal com o radical e o da diferença com o da igualdade. Entre os elementos ideológicos, merece destaque a crítica à alguns mitos, como “igualdade dos sexos, a natureza única da mulher e a natureza ontologicamente boa da mulher”. Outras críticas problematizaram a “visão unilinear do poder unicamente masculino, para assinalar seu caráter relacional entre os gêneros e sublinhar as estruturas de poder entre as mulheres” (ibid.:101).

Nas inúmeras divisões do movimento feminista, a ideologia e o poder marcaram as mudanças. Contudo, é possível mencionar que uma mudança vem ocorrendo na consciência feminista na última década, ainda que uma cumplicidade e completa adesão à ideologia do gênero sejam incompatíveis em uma sociedade androcêntrica. “(...) a conscientização de nossa cumplicidade com a ideologia de gênero, e as divisões e contradições nela envolvidas, é o que deve caracterizar todos os feminismos hoje nos Estados Unidos” (LAURETIS, 1994:218).

As divisões e os diferentes paradigmas em aporia, estão presentes no movimento feminista francês. Numa entrevista, Michelle Perrot mostra como as posições das francesas estão divididas entre feministas igualitaristas e feministas da diferença, em se tratando da crítica ao universalismo e como no interior de cada grupo elas se subdividem. “Isso foi visto quando do debate sobre a paridade, em que as universalistas se dividiram. Enquanto uma parte delas recusava a paridade como sendo contrária ao individualismo universal, uma larga fração das outras defendia a paridade como medida para conduzir ao universal, que, todavia continua sendo um objetivo, não uma realidade” (GALSTER, 2003: 514).

As críticas efetuadas ao feminismo no campo teórico, lançaram luzes sobre valores ideológicos e estratégias do movimento, que não é menos diversificado e complexo. Disso é possível reter que a institucionalização do movimento feminista decorreu de sua expansão e organização em diferentes espaços. O feminismo assumiu formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais, nas zonas urbanas e rurais.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Conforme pesquisa: A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. Venturi, G. Recamán, M. Oliveira. S. (org.) 2004 e Mulheres de Luta. O Feminismo camponês In Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 1 número 4 novembro 2007p.16-19.

Esta diversidade de organização e movimentos tem significado primordial para a construção do sujeito do feminismo: “o sujeito do feminismo que tenho em mente é um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento (...) o sujeito do feminismo é uma construção teórica, uma forma de conceitualizar, de entender, de explicar certos processos e não as mulheres” (LAURETIS, 1994:217).

É neste sentido que no plano da construção de cidadania, além do pertencimento ou grupos organizados por interesses comuns, outro elemento sobressai fortemente. Trata-se da questão da identidade feminina, pensada em um contexto de libertação, que “(...) prescinde da ‘igualdade’ para afirmar a ‘diferença’ da mulher, entendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como assunção histórica da própria alteridade e busca de valores novos para uma completa transformação da sociedade” (ODORÍSIO, 2004: 486).

Condizente com as reflexões apresentadas sobre a Perspectiva Feminista, é possível inferir que o ideal de libertação feminina encontra-se implícito, fundamentando reivindicações, pautas, políticas, que a cada nova exigência histórica procura renovar-se, significando a própria dialética da ação social. Isso representaria uma “Revolução Cultural”, por seus desdobramentos no pensamento e na vida de homens e mulheres.

Cinquenta anos depois de *O Segundo Sexo*, Michelle Perrot, em entrevista onde reflete sobre o feminismo na França, faz colocações interessantes: “O feminismo francês é paradoxal. Sua influência é relativamente forte; suas estruturas são fracas”<sup>33</sup>. Esta autora segue mostrando como

---

<sup>33</sup> Michelle Perrot pontua as mudanças no feminismo francês, cita as principais associações e bandeiras e fala que as francesas não têm a intensidade da produção americana por razões institucionais, uma vez que na França não tem o que possa ser comparado com os *Women’s Studies* e os *Gender Studies* (in Galster, 2003:516).

A ação mais importante dos últimos anos foi a do movimento pela paridade (1990 em diante), que ocasionou um verdadeiro debate na classe política, na sociedade e no próprio feminismo. Além do que, o debate sobre a paridade mostrou como era urgente, no fim do século, retomar a questão da diferença de sexos, sob a luz da reflexão antropológica, filosófica, psicanalítica, biológica e necessariamente histórica. Há um desejo de reexaminar a questão em detalhes para fazer o inventário das teorias e tentar clarear as coisas (GALSTER, 2003:513).

Complementando esta descrição, lembro quando Joan Scott analisa o conceito de gênero. Ela refere-se à política e ao poder como territórios praticamente inexplorados, na medida em que a história política “foi o bastião da resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero” (SCOTT, 1991: 17).

De modo geral é possível atribuir ao movimento feminista um papel revolucionário em se tratando de cidadania feminina. A revolução gerada pelo movimento feminista – não sendo universal – se consolida no reconhecimento e respeito à pluralidade e na “construção da democracia participativa e representativa”, como expressões de cidadania, sejam no âmbito local ou global.

Alguns autores falam de recesso – retraimento – do Feminismo atual. No entanto, um olhar mais inserido na causa indica mudanças onde a institucionalização, internacional ou setorizada, compõem novos agentes sociais e estratégias. Desse modo, torna-se primordial reconhecer que o Feminismo enquanto Movimento Político é capaz de suscitar mobilizações pontuais como as conferências e encontros de temas relacionados à “mulher” (PERROT, op. cit.).

A breve reconstituição histórica do Feminismo nos países centrais que apresentamos, possibilitou localizar idéias e estratégias para compreender o presente e as plataformas que subsidiam ações em direção à uma cidadania ativa das mulheres. Essa luta já dá indícios de uma interpenetração de fronteiras para além de Norte-Sul,

Leste-Oeste, se observamos os desdobramentos das Conferências Mundiais sobre a Mulher. No entanto, compartilho com Perrot, o entendimento de que a “universalização é um objetivo, não uma realidade”.

O movimento feminista brasileiro na década de 1990 foi marcado por novas formas de estruturação e mobilização. Uma pluralidade de projetos, estratégias, temáticas e formas organizacionais marcaram o cenário onde surgiram inúmeras organizações não-governamentais (ONGs.) feministas. Dentre estas, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) é um exemplo decisivo.

A institucionalização do movimento e da teoria indica que “neste percurso, e à semelhança de outros movimentos, o feminismo se especializou, as novas práticas são de um lado, novas formas de organização social e implicam um tratamento particular e próprio da relação entre a vida privada e vida pública” (SOARES, 1994:21).

Nestes termos, no Brasil dois instrumentos foram primordiais para a construção do Projeto Feminista e sua Plataforma Política Feminista. Trata-se da Convenção Pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Convenção da Mulher ou CEDAW) e da Constituição Federal de 1988.

A Assembléia Geral da ONU aprovou a Convenção da Mulher em 1979. Ela dispunha aos países signatários o compromisso de combater todas as discriminações contra as mulheres. De acordo com o art. 1º da referida convenção, a expressão: “discriminação contra a mulher” significaria toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado, prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

No Brasil, o Congresso Nacional ratificou a assinatura, com reservas, em 1984, que foram suspensas em 1994, pelo Decreto Legislativo nº 26. “Apesar da magnitude desse primeiro instrumento global sobre os direitos das mulheres, e passados mais de um quarto de século, a construção de cidadania das mulheres ainda é um grande desafio.”

Em 1999, a Assembléia Geral da ONU adotou um *Protocolo Facultativo à Convenção da Mulher*, que designa um Comitê para receber denúncias sobre violações dos direitos humanos das mulheres. Em 2001, o Governo brasileiro assinou o Protocolo que foi ratificado pelo Decreto 4.316/2002 e promulgado pelo Executivo (CFEMEA, 2006:36). Nesse sentido, a Conferência (CEDAW) representou o fundamento com o qual os grupos de mulheres e feministas contaram para se organizar e discutir.

A campanha “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher” resultou em um encontro de feministas em Brasília. Elas elaboraram um documento, “Carta das Mulheres”, que foi entregue aos constituintes e que se trata de um dos documentos mais completos e importantes elaborado pelo feminismo brasileiro contemporâneo. A carta documento defendia aspectos gerais de justiça social e reformas, detalhava as demandas em relação aos direitos da mulher no que se referia ao trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros. Foi original ao trazer para a agenda pública as questões da violência contra a mulher e do aborto (PINTO, 2003:75).

Todo esse processo gerou organização e participação, intervindo diretamente no campo político. A defesa feita pelas parlamentares das emendas populares, trabalhadas pelos movimentos de mulheres, ficou conhecida na imprensa como *o lobby do batom*. Desse modo, a articulação de instituições como o CNDM, o movimento feminista e a bancada feminina, representou uma inovação, uma ruptura com os modelos tradicionais de representação vigentes no Brasil, com o próprio movimento defendendo e articulando seus interesses no âmbito do legislativo. Foi assim que a Constituição de

1988 consagrou conquistas de direitos importantes para as mulheres. Em seu artigo 5º, determina de modo claro e textual: *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e que é garantido o direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. O inciso I desse artigo estipula que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”*.

Apesar daquelas conquistas, na ótica de estudiosas dessa temática, na década de 1990 foi desencadeada uma situação de fragilidade dos organismos de governo para as mulheres, resultante do clima conservador dominante no Estado e do descrédito do movimento autônomo. Diante da precariedade dos conselhos, algumas feministas criaram organizações não-governamentais, as chamadas ONGs feministas, que passaram a exercer de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, por políticas públicas voltadas para o segmento feminino.

A partir dessas bases, a organização e preparação das feministas e mulheres brasileiras para os fóruns nacionais e internacionais são exemplos das novas estratégias e articulações, onde são firmadas algumas conquistas significativas. Na Conferência Internacional de Viena (1993), sobre Direitos Humanos, buscaram-se a garantia para os direitos das mulheres serem considerados direitos humanos. Para a Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), foi redigida e aprovada em plenário a “Carta de Brasília: Nossos Direitos para Cairo 94”. Com isso preparava-se no cenário nacional, o salto paradigmático que seria dado no Cairo, onde ocorreria “o deslocamento do eixo conceptual da discussão internacional sobre população da esfera das metas demográficas para a dos direitos humanos” (PITANGUY, 2002:117).

A Conferência Internacional de Beijing (1995), Mulher, Igualdade, Desenvolvimento e Paz, reconheceu a situação de exclusão social e pobreza presente no mundo, particularmente entre as mulheres. A ratificação da Plataforma de Beijing pelo

Brasil, abriu o campo para a construção de medidas fundamentais para o processo de ampliação dos direitos das mulheres e para a luta pela igualdade de gênero. Uma destas medidas foi a criação do mecanismo de cotas. De forma específica, o objetivo das cotas nas eleições proporcionais é a tentativa de se garantir um percentual mínimo de candidaturas femininas e aumentar sua representação nos Legislativos. Compartilho a reflexão a respeito das cotas que:

Implica buscar novas formas de afirmação dos sujeitos (no caso das mulheres) não mais na condição de cidadãs individuais, mas, sobretudo, como coletivos configurados por um pertencimento de gênero que exigem seu reconhecimento (...) não apenas o que é representado, mas sobretudo, quem representa, assumem centralidade quando se pensa o exercício e o acesso à representação nas esferas políticas (ARAÚJO, 2001:230).

Contudo, esta ainda não é uma condição concreta quanto à aplicabilidade da política de cotas e da participação política no Brasil.

As primeiras análises da implementação da política de cotas na América Latina e na Europa indicam que a eficácia da estratégia feminista depende do tipo de sistema eleitoral, da cultura política e das características da lei de cotas aprovadas em cada país. No caso do Brasil, parece consensual que impactos são diferenciados quando se considera o número de candidaturas femininas e o número de mulheres eleitas. Ou seja, embora se constate o crescimento contínuo da participação feminina nas disputas eleitorais os impactos na composição sexual das bancadas eleitas parecem residuais, variando de estado para estado (MACHADO, 2004:10).

No âmbito nacional e local, muitos encontros e conferências foram e continuam sendo realizadas no sentido de ampliar e melhorar o processo de participação democrática e construção da cidadania feminina. Duas conferências nacionais merecem destaque. A *Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB)*, e a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004). A primeira objetivou afirmar na cena

política do contexto eleitoral o caráter de sujeito político dos movimentos de mulheres e feministas, apresentando suas propostas. Nessa conferência se deu a conclusão da *Plataforma Política Feminista* construída a partir da “mobilização de 5.200 ativistas de movimentos de mulheres, mobilizadas para o debate em 26 Conferências Estaduais, realizadas entre março e maio de 2002”. Sua importância como instrumento político é evidente, pois com a

Plataforma Política Feminista, os movimentos de mulheres reafirmam seu potencial de contestação, mobilização e elaboração política e, estrategicamente, posicionam coletivamente os conteúdos de seus discursos plurais frente ao contexto político brasileiro, reafirmando sua autonomia de pensamento, projeto e ação. A Plataforma Política Feminista é documento propositivo, de conteúdo amplo e diversificado. Seu texto contém análise e desafios para a sociedade, para o Estado, e para outros movimentos além do próprio feminismo (CNMB, 2002:8).

O contexto da Plataforma está organizado em diferentes capítulos onde são articuladas as especificidades da dupla estratégia de luta do feminismo brasileiro, com vistas ao reconhecimento das diferenças e dos novos movimentos de mulheres e à igualdade, redistribuição de riquezas e pela justiça social.

Discutir os capítulos da Plataforma Política Feminista para as eleições municipais de 2004, não está nos limites desta tese, no entanto, coloco em destaque os aspectos que são diretamente relacionados com a Democracia Política e os respectivos desafios imprescindíveis para a análise aqui pretendida.

A Plataforma para Candidatas a Vereadoras e Prefeitas<sup>34</sup> preconiza que a candidatura de mulheres à Câmara de Vereadores e Prefeitas é da maior importância, já que como vereadoras e prefeitas eleitas, as mulheres podem incorporar na legislação

---

<sup>34</sup> Conforme publicação do CFEMEA (2004).

local os direitos e garantias fundamentais previstos em convenções, pactos e tratados dos quais o Estado brasileiro é signatário.

Quanto à participação feminina na política a Plataforma (op. cit.) esclarece que os partidos podem ampliá-la garantindo:

Cotas por sexo nas direções partidárias, tempo de propaganda partidária e eleitoral para a participação das mulheres, cursos de formação política e para lideranças femininas, materiais de divulgação e propaganda, recursos do fundo partidário para promover a participação política das mulheres.

A Plataforma Política Feminina reconhece que “não existe democracia sem a participação política das mulheres”. Portanto, para construir o poder com uma perspectiva feminina, orienta sobre a Criação de Secretarias e de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, com políticas públicas e recursos humanos, financeiros e materiais próprios, bem como a realização de Conferências de Políticas para as Mulheres. Propõe defender o sistema de cotas por sexo no provimento de órgãos colegiados, cargos em comissão e funções da Administração Direta e Indireta. Lutar pela presença das mulheres nas mesas diretoras das Câmaras Municipais.

Diante de tais situações (que no local ocorrem com maior ou menor ênfase), a Plataforma Política Feminista propõe os seguintes desafios:

Garantir condutas éticas e de responsabilidade social, eliminando as práticas clientelistas, assistencialistas e corruptas. Promover modificação na legislação de forma a igualar o índice de cotas de participação de gênero em 50%, tanto no financiamento público de candidaturas como no exercício efetivo dos cargos nos poderes Executivo e Judiciário e também nas direções dos partidos políticos. Assegurar que sejam previstos recursos para capacitação e formação política das mulheres. Fortalecer e Radicalizar a democracia participativa por intermédio da ampliação dos mecanismos de acesso ao poder, com garantia de equidade de gênero, raça e etnia. Abrir espaço para jovens discutirem temas relativos a suas

especificidades nos movimentos de mulheres; incluir jovens nos conselhos da condição feminina; e criar programas de capacitação para jovens mulheres líderes (PPF, CNMB, 2002:15-17).

Os desdobramentos da Plataforma Política Feminista são perceptivos nos encontros, conferências e demandas de políticas para as mulheres feitas pelas instituições e ONGs feministas.

A segunda conferência mencionada como importante instrumento para a conquista da cidadania feminina, *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004)*, foi convocada por decreto do Presidente da República. Nela, o que interessava era firmar a perspectiva feminista que se quer imprimir às diretrizes de políticas públicas nacionais, de modo a torná-las promotoras de efetiva igualdade e justiça.<sup>35</sup>

O impacto destas duas conferências para o fortalecimento da mulher como sujeito na cena política nacional ou como instrumentos para uma participação eqüitativa, dependerá da correlação de forças nos municípios, estados e no plano nacional.

As discussões sobre essa temática não são unívocas. Então, a concepção com a qual se identifica torna-se importante para indicar a perspectiva assumida. A trajetória do movimento feminista e de mulheres com idéias e ações configuradoras de cidadania, são construções políticas em constante embate de contra poder. Entre os direitos da mulher na lei e os direitos da mulher na vida, há uma distância a ser superada. Esta é uma questão que está posta para esses movimentos na atualidade.

Convém lembrar que no centro dessa discussão encontra-se a necessidade de modificar a cultura, reconhecida como espaço importante para a constituição de identidade do sujeito e para a radicalização da democracia.

---

<sup>35</sup> Ver site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) in [www.presidencia.gov.br/spmulheres](http://www.presidencia.gov.br/spmulheres).

O que está em questão para os novos movimentos sociais (o de mulheres entre outros), de um modo profundo é uma transformação da cultura política dominante na qual se move e se constituem como atores sociais com pretensões políticas. Se os movimentos sociais pretendem modificar o poder social e se a cultura política também abrange campos institucionalizados para a negociação do poder, então os movimentos sociais necessariamente enfrentam a questão da cultura política. Em muitos casos, os movimentos sociais não exigem inclusão, mas antes buscam reconfigurar a cultura política dominante (DAGNINO, 2000:26).

Esse parece ser o caso do movimento feminista brasileiro e nele os regionais (como é o caso do movimento em Goiás), pois sua luta possibilitou a construção de novos sujeitos, cujas reivindicações para se efetivarem atualmente implicam em transformações de cultura e, sobretudo, de cultura política, sem as quais os direitos normalizados em legislações tornam-se inoperantes. O poder Legislativo como espaço da construção desses sujeitos é o contexto trabalhado no próximo capítulo.

## 4 O Legislativo Municipal de Goiânia

### 4.1 Dados Históricos

Goiânia foi edificada a partir da visão progressista e estratégia de poder de um homem, que soube capitalizar os desejos de mudança e programar a entrada do Estado de Goiás no cenário nacional.

A idéia de mudança da capital do estado de Goiás tem raízes no tempo do Império. As questões evocadas para a mudança iam desde a salubridade (clima e moléstias), a questões econômicas (dificuldade de transporte e comércio). A tais questões vindas do século XVIII e XIX, seria acrescentada outra, que era a disputa pelo controle político do Estado. Segundo Chaul (1999:77), “as razões econômicas, largamente citadas pelas oligarquias do Sul e Sudoeste, que tinham em Pedro Ludovico um exímio defensor, ficavam como pano de fundo, procurando implodir Goiás pelas suas próprias deficiências”. Implodir Goiás era uma forma de contrapor-se, “de atacar os Caiados; era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República”. Esse era o discurso dos ‘mudancistas’ que apoiavam Pedro Ludovico. O contra argumento dos ‘antimudancistas’ defendiam a recuperação da velha cidade de Goiás.

A idéia da mudança não era apenas de Pedro Ludovico. Era um desejo de Vargas, era uma necessidade do capitalismo. Era uma dinamização da economia goiana, incorporando-se mais e mais à economia nacional. Era enfim, a meta política das oligarquias do Sul e Sudoeste (CHAUL, 1999:77).

Todo esse processo era permeado pelo discurso do progresso que dirigia as idéias e os ideais a serem conquistados. E umas e outras foram reforçadas pela busca do

novo, da esperança, da conquista de outros horizontes, não sem as contradições próprias da política e da época.

Na historiografia apresentada pelo autor citado acima, as palavras são incisivas:

Goiânia pode assim ser encarada como a imaginação utópica da época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela Revolução de 1930. Esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado, enfim, de concretização de um projeto humano resultante de relações humanas. [...] ‘Em Goiânia desapareceram as famílias privilegiadas e em seu lugar uma elite surgirá de seus habitantes, trabalhadores incansáveis’. E mais. ‘Não há aqui grandes tradições de família. Ninguém se julga dono do governo, da cidade. Todos colaboram’ (CHAUL, 1999:85).

Um pouco mais de história mostra a evolução de Goiânia e do seu poder legislativo. Ainda que a cidade tenha sido planejada, ela vem se expandindo de modo desordenado, principalmente em função do seu acentuado crescimento demográfico, ao passar de 40 000 habitantes, em 1950, para mais de um milhão, no ano 2000.<sup>36</sup>

A expansão desordenada de Goiânia foi impulsionada a partir da década de 1950, com a chegada de investidores em busca de negócios e migrantes à procura de trabalho. A construção de Brasília também influenciou para aumentar os fluxos migratórios para a capital goiana, gerando um crescimento acelerado de sua área urbana. O reflexo disso é uma descentralização mais acentuada a partir da década de 1970, ocorrendo a verticalização dos bairros próximos do centro. Nesses bairros verificou-se uma concentração de atividades de comércio, serviços, lazer e cultura, destinados a atender às classes de maior poder aquisitivo. Alguns órgãos públicos antes localizados

---

<sup>36</sup> Para esta descrição atualizada de Goiânia, tomei como base a pesquisa de César Romero Jacob, *Religião e Sociedade em capitais brasileiras* (2006)

no centro também se deslocaram para os novos setores, como a Assembléia Legislativa, o Fórum, a Polícia Federal, etc.

Esse processo de descentralização, comum nas capitais brasileiras, revela que Goiânia acompanha os padrões atuais da expansão urbana que acontece no país. Assim, apresenta problemas típicos das grandes cidades, como fortes contrastes sociais, congestionamentos de trânsito e carência de transporte, de moradias e de serviços de infra-estrutura básica. Além disso, a incapacidade do poder público de atender às demandas por empregos, por parte dos migrantes que aqui chegam, acaba gerando sérios problemas de exclusão social. Ainda como traço comum às demais capitais brasileiras, tem-se o crescimento do comércio informal, com a proliferação de camelôs pelas ruas e avenidas da cidade (JACOB, 2006: 217).

No campo econômico, a política de expansão da fronteira agrícola, a partir dos anos 1970, repercutiria na capital, uma vez que o desenvolvimento da agropecuária passa a fornecer as matérias primas para as indústrias de transformação localizadas na capital goiana. Desse modo, o município da capital apresentou, no período de 1991 a 2000, um aumento de 170.787 habitantes, numa taxa média de crescimento anual de 1,9%. Este significativo incremento populacional reflete a posição que a Região Centro-Oeste vem apresentando no país, uma das que tem registrado maiores índices de crescimento demográfico.

Outro dado que merece registro por também incidir no Legislativo Municipal, indica que ao longo da década de 1990, “ocorreram importantes mudanças no perfil religioso da população de Goiânia, como a acentuada redução do percentual de católicos, ao mesmo tempo em que aumentavam as porcentagens dos evangélicos, pentecostais, das pessoas que se declaravam sem religião e do grupo relativo a outras confissões religiosas” (id. Ibid.).

Uma vez apresentado o cenário da cidade passo para o aspecto político relativo à criação da Câmara Municipal. No ano de 1935 o governador Pedro Ludovico assinou o decreto 327, criando o município que seria a capital. Em seguida à criação do Município de Goiânia, através do decreto 510 era instituído o poder legislativo goianiense. Os integrantes em número de sete, foram denominados conselheiros municipais e atuaram até que, em 16 de outubro de 1936, os vereadores eleitos anteriormente tomassem posse.

O primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, foi nomeado pelo governador em novembro de 1935. No ano seguinte em outubro, ele seria constitucionalmente eleito. Quando Getulio Vargas implanta o chamado Estado Novo (1937), Ludovico se tornaria interventor federal e Venerando de Freitas Borges seria de novo nomeado para o cargo, exercendo-o até 1945. Mais tarde, em outubro de 1950, ele seria eleito para cumprir mais um mandato, entre 1951 e janeiro de 1955.

O poder legislativo não funcionaria durante o Estado Novo. Só em 1947, a Câmara Municipal voltaria a funcionar, com vereadores eleitos pelo voto popular direto.

O que essa história traria de novo também, seria a presença de três vereadoras na Câmara Municipal. Logo na primeira Legislatura, Ana Pereira Braga seria eleita vereadora em 1947. Formada em História, Filosofia, Geografia e Direito, a Doutora Ana Braga tem um vasto currículo e uma “invejável trajetória política e profissional”. Ela se tornou figura de destaque por seu comportamento combativo e, principalmente, por seu empenho e dedicação quase exclusiva à Câmara Municipal. Foi ela quem redigiu as atas das primeiras sessões. Foi autora de importantes projetos para a Capital, como a construção do primeiro necrotério, do albergue municipal, da usina de luz, da edificação da Estação Rodoviária de Goiânia, além do pedido de verbas para o Teatro Otavinho Arantes, para os estudantes de artes plásticas e música, as bibliotecas e outros benefícios

para a área cultural. Um dos maiores desafios de seu mandato como vereadora, foi uma campanha em defesa dos filhos das vítimas da hanseníase. Com isso atraiu a atenção da sociedade e da imprensa, recebendo apoio para a causa. Posteriormente, a doutora Ana Braga foi eleita deputada pela União Democrática Nacional (UDN), tendo recebido votos em todos os municípios goianos. Ocupou ainda o cargo de secretária estadual de Educação.<sup>37</sup>

Outras vereadoras na Primeira Legislatura foram Julieta Fleury da Silva e Souza e Maria José C de Oliveira ambas eleitas pelo Partido Social Democrata (PSD). Não constam maiores detalhes da atuação destas parlamentares a não ser que Maria José assumiu a vaga de outro vereador e fazia oposição à Ana Braga. As duas também exerceram o mandato na Segunda Legislatura de 1951 a 1954.

Ao longo das Legislaturas (15<sup>a</sup>), o número de mulheres participantes na Câmara Municipal foi o seguinte: Primeira de 1947 a 1950: 3; segunda de 1951 a 1954: 2; terceira de 1955 a 1958: 1; quarta de 1959 a 1962: 0; quinta de 1963 a 1966: 1; sexta de 1967 a 1970: 0; sétima de 1971 a 1972: 0; oitava de 1973 a 1976: 1; nona de 1977 a 1982: 1; décima de 1983 a 1987: 2; décima primeira de 1988 a 1992: 3; décima segunda de 1993 a 1996: 4; décima terceira de 1997 a 2000: 3; décima quarta de 2000 a 2004: 2; décima quinta de 2004 a 2008:4.

O maior número de vereadoras já eleitas foi quatro, sendo que, na décima segunda legislatura de 1993 a 1996 foram eleitas três e a quarta assumiu a vaga do vereador que saiu para ocupar outro cargo.

Outro marco a destacar na vida daquela casa parlamentar é a ausência de mulheres no Legislativo Municipal durante os anos da ditadura, entre 1967 a 1972, em

---

<sup>37</sup> Dados acessados no site <http://www.camaragyn.go.gov.br> Câmara Municipal de Goiânia em 20 de Março de 2008.

que nenhuma representante do sexo feminino foi eleita. Em 1973 seria eleita uma vereadora. Nas duas legislações seguintes seria eleita uma em cada mandato e só aumentaria para três em 1988, chegando ao maior número de eleitas em 2004, com quatro parlamentares.

Ao longo desse período os partidos pelos quais as vereadoras se elegeram foram: PMDB 4 vereadoras; UDN, PSD, PC do B e PT elegeram 2 vereadoras respectivamente; ARENA, MDB, PP, e PSB elegeram 1 vereadora cada um.

Os partidos que mais tiveram representação na Presidência da Câmara Municipal foram, em primeiro lugar o PMDB com oito presidentes; em segundo, o MDB com sete; em terceiro, a UDN e o PTB com cinco presidentes respectivamente; em quarto, a ARENA com quatro presidentes; em quinto, o PSD, o PSB e o PTN com dois presidentes respectivamente; e em sexto, o PSP, PTN, PDC, PL, PFL, PT do B e PPB com um presidente cada um.

Quando se relaciona o partido com a época da Legislatura em que teve um presidente, o MDB se sobressaiu no período da ditadura. E depois, já durante a abertura e a constituinte, o partido que predominou foi o PMDB. Então, isso indicaria que naquela casa ocorreria uma tendência político-ideológica mais de centro.

Por outro lado, na atualidade, os partidos que mais elegeram as mulheres para a vereança, o PT e PSB, que são considerados com uma tendência político-ideológica mais à esquerda, possibilitariam o aporte de novos elementos para a correlação de forças passíveis de influenciar a construção de agenda pública e participação política na Câmara Municipal.

#### 4.2 Composição da Câmara Municipal de Goiânia

Na ocasião das eleições em 2004, a Câmara de Goiânia estava em sua 15ª legislatura e o município contava com 791.160 eleitores aptos. Destes, as mulheres somavam 421.633 eleitoras, os homens somavam 369.418 eleitores e 109 não se declararam. Assim, este município representa o maior colégio eleitoral do estado.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indicaram que para a composição daquela câmara nas eleições de 2004, cada uma das 34 cadeiras foi disputada por 19,76 candidatos. Dentre os 672 candidatos, 556 eram do sexo masculino e 116 do sexo feminino. Ainda que o número de vereadoras eleitas tenha duplicado de dois (2) para quatro (4), o crescimento do acesso das mulheres no Legislativo municipal de Goiânia fica muito aquém da ocupação dos homens, que totalizam um percentual de 90 %, fazendo com que aquela casa legislativa seja um verdadeiro reduto masculino. Isso mostra uma estrutura social que restringe a participação feminina e como as mulheres têm inúmeras dificuldades para subverterem essa realidade.

Outros dados divulgados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), indicaram que naquelas mesmas eleições, o número de candidaturas femininas para vereadoras em Goiás com 22,11%, ficou próximo da média nacional de 22,14%. Essa mesma fonte registrou que nenhum dos 27 partidos atingiu o percentual mínimo de 30% para as candidaturas femininas, tanto na realidade nacional brasileira como na regional.

Em Goiânia, também nenhum partido completou a referida cota. No entanto, entre os partidos que tiveram número de candidaturas femininas iguais ou acima da média nacional, destacaram-se o PT (23,29) e o PSB (22,26). E entre os que tiveram candidaturas abaixo da média nacional, estava o PP (21,18). Com relação à Goiânia,

esses mesmos partidos foram os que conseguiram eleger vereadoras, sendo duas filiadas ao PT, uma filiada ao PP e uma eleita pelo PSB.

Na atual Legislatura, os representantes dos partidos na Câmara Municipal de Goiânia são o seguinte: PMDB e PSDB têm respectivamente 21%, com um número de sete vereadores; o PT com 15%, tem cinco vereadores; os Sem Partido com 9%, são três vereadores; PSB com 6%, tem dois vereadores; os Partidos do P-SOL, PDT, PFL, PHS, PL, PP, PPS, PRB, PSDC e PTC com 3%, têm um vereador cada um.

O nível de instrução das (os) vereadoras (es) na Câmara Legislativa de Goiânia indica o seguinte: terceiro grau/universidade-18; acadêmicos de Direito-3; ensino médio-10; não declarados-3. No primeiro grupo, predomina a formação em Direito com seis vereadores; com formação em Economia são dois vereadores; outras graduações como História, Sociologia, Gestão Pública, Teologia, Educação Física, Publicidade, Serviço Social, Medicina, Administração e Pedagogia representam um vereador cada. Portanto, esses dados indicam a possibilidade de correlação entre a escolaridade e a inserção na política, observada naquela esfera governamental.

A composição etária do grupo parlamentar indica que o primeiro grupo, com idade entre 40 a 49 anos, tem dezenove pessoas. O segundo grupo, com idade entre 30 a 39 anos, tem sete pessoas. O terceiro grupo, com idades entre 22 a 29 anos, tem quatro pessoas. O quarto grupo, com idades entre 50 a 59 anos, tem duas pessoas e o quinto grupo, com idade de 60 anos e mais, tem duas pessoas.

O estado civil dos parlamentares indica que: os casados são 21, os solteiros são 9, os viúvos são 2, divorciado 1 e não declarado 1.

Quanto à orientação religiosa dos vereadores (as), 16 são católicos, 8 são evangélicos, 5 não têm religião, 3 são espiritualistas e 2 são cristãos.

A leitura que esses dados possibilitam é complexa. No caso da representação das mulheres, seria interessante observar, dentre outros, o número de candidaturas femininas por partido para perceber os desafios desse processo (Gráfico 1).

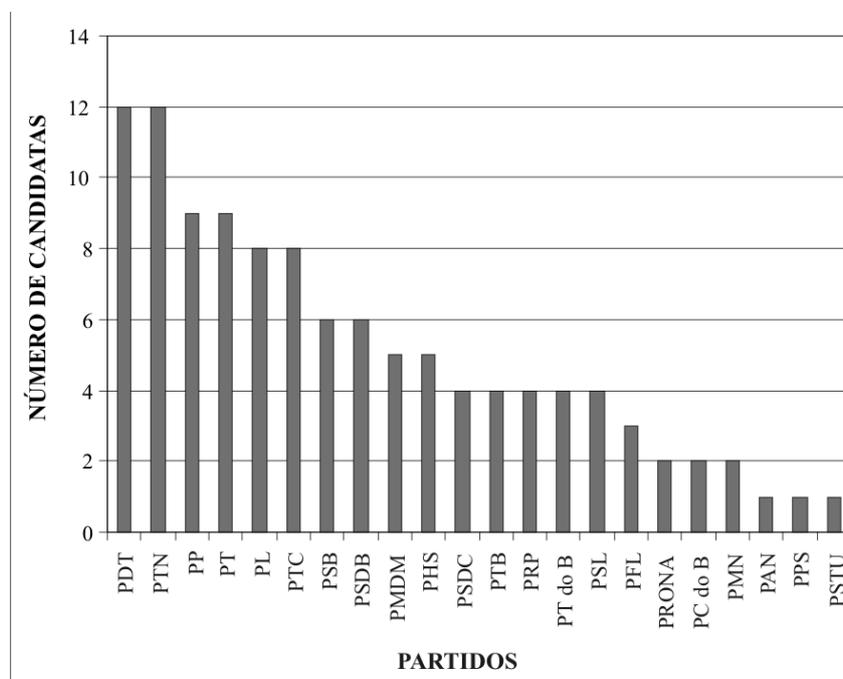


Gráfico 1: Número de candidatas à vereança por partido, Câmara Municipal de Goiânia, 2004. Fonte: TRE.

A relação observada entre o número de candidatas por partido político (cento e doze) nas eleições municipais em Goiânia em 2004 (Gráfico 1), e o número de eleitas (quatro), equivale ao da realidade política de outras capitais brasileiras, nas quais os grandes partidos são os que mais elegem representantes.

A presença das mulheres eleitas para a Câmara Municipal em Goiânia em 2004, requer análise quali-quantitativa, estreitamente relacionada a estudos e pesquisas no âmbito nacional. Conforme mostra Ramos (1997:78), para cientistas políticos e sociólogos o local “segreda formas particulares de sociabilidade.” Mas “ele só toma significação em relação e em interação com outro fenômeno, principalmente com o nacional, mas também com o internacional, num jogo complicado pela diversidade do

local”. Um ponto crucial a ser pensado é que não há como falar de crescimento, sem considerar o “déficit” existente na participação da mulher nas instâncias decisórias no Brasil.

Qualitativamente, algumas razões estão na base daquele processo. A primeira situada no campo da cultura política, considera que o fenômeno da “sub-representação feminina é complexo e fruto simultaneamente, da hierarquia de gêneros predominante na sociedade e cultura política brasileira” (MACHADO,2006:51). As mulheres brasileiras aumentaram a participação parlamentar, mas continuam com taxas muito abaixo da média mundial. Aliado a tal condição, fala-se em “preconceito” com relação ao entendimento de política. Essa atividade só muito lentamente deixa de ser um negócio de homem, para ser também do interesse da mulher (ALVES, 2005:30).

Levantamento de opinião junto à população brasileira<sup>38</sup> revela a predominância da visão de que a mulher é mais competente, mais honesta e pode melhorar a política. Mas esse grau de confiança varia de acordo com o cargo: 80% votariam numa mulher para vereadora, 78% votariam numa mulher para prefeita; o percentual se reduz para outros cargos e só 69% votariam em uma mulher para presidente da república. Esse é um dado que “deve ser visto com cautela” conforme mostra outra análise teórica sobre o assunto. Isso por que, de um lado existe o desencanto com a política em vista das denúncias de corrupção que marcam o país. “Não tendo as mulheres participação nessas práticas, também porque a sua presença na política é muito menor, a população estaria confiando em um segmento ainda pouco comprometido”. Outro aspecto a ser considerado para a credibilidade feminina é o fato de as mulheres trabalharem uma

---

<sup>38</sup> Segundo pesquisa Estado/Ipsos publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, em 13 de janeiro de 2008.

agenda política com temas mais próximos às necessidades mais imediatas da população, ou seja, “prioridades sociais” (AVELAR, 2001:74).

Análise estatística da eleição brasileira de 2004, realizada pela Escola Nacional de Ciências Estatística-ENCE do IBGE, indica que, após a adoção de cotas (que é válida apenas para as eleições proporcionais), o número de vereadoras eleitas no Brasil chegou a 6.555 nas eleições de 2004, representando 12,7% do total. Esses indicadores revestem-se de significados ao serem comparados com o número de mulheres eleitas para a administração municipal, que foi de 404 prefeitas em 2004, representando 7,3% do total. Merece destaque o fato de que o percentual de vereadoras eleitas nos municípios é sempre maior que o percentual de prefeitas eleitas, mas ambos cresceram mais ou menos no mesmo ritmo, aponta Alves (2005:7).

No caso de Goiânia essa realidade pode ser percebida quando se verifica que para os cargos proporcionais em 2004, o número de mulheres disputando as eleições foi de ‘cento e doze’ e para o cargo majoritário o número de candidatas foi ‘dois’. No primeiro caso foram eleitas quatro mulheres, no segundo nenhuma.

Ainda assim, tais números não nos posicionam em situação de representação desejável, de acordo com a análise acima.

Após a Conferência Mundial da mulher em Pequim, em 1995, houve uma tendência de crescimento da representação parlamentar feminina em todo o mundo e também no Brasil. Porém, a situação brasileira ficou aquém do que ocorreu em outras partes do mundo. O percentual de mulheres no parlamento no Brasil é menor do que em outras regiões com nível de desenvolvimento inferior. Na América do Sul, entre os países que possuíam percentuais abaixo do Brasil em 1995, como por exemplo, Equador, Paraguai e Venezuela, houve reversão da situação na atual década. Em 2006, o Brasil estava em último lugar no ranking da participação feminina nos parlamentos da América do Sul (ALVES, 2005:8)

Portanto, constata-se que não basta a adoção de políticas de ação afirmativa com o propósito de elevar a participação feminina na vida pública, por meio da estratégia de combate à discriminação e de “empoderamento” do sexo feminino. Por outra, percebe-se que uma das possibilidades de vivenciar o poder se dá através do ingresso em partidos políticos, o que significa uma ‘opção quase que obrigatória’ e dentro dos limites que os partidos políticos oferecem. Na ótica de Cardoso (1986:62), para as “mulheres que compreendem o sentido de ‘autonomia’ em seus grupos e movimentos de reivindicação, a filiação partidária só pode valer se acompanhada do propósito de se levar as bandeiras, aprovadas coletivamente, para o partido escolhido”. Essa argumentação ainda é pouco discutida e só ficou clara nos discursos das parlamentares com vivências nos movimentos sociais.

Outros elementos de análise da relação entre o número de mulheres que se candidataram e o número das que se elegeram, apontam alguns aspectos da discussão teórica já apresentada no capítulo anterior.

O primeiro diz respeito ao sistema partidário e eleitoral brasileiro. O sistema partidário se configura pelas relações que se formam através dos partidos, tendo em vista seu número, suas respectivas dimensões, alianças e estratégias.

Entre nós vigora o sistema multipartidarismo, enquanto parte do processo de democratização que se estabeleceu nos estados modernos. Ele também se caracteriza por permitir às organizações partidárias competirem entre si, buscando o poder. Quanto ao sistema eleitoral, o preenchimento dos cargos legislativos, como no exemplo das vereadoras, é determinado pela regra da proporcionalidade ou lei de representação proporcional<sup>39</sup>. “Trata-se de uma das faces da complexa engenharia eleitoral que diz

---

<sup>39</sup> Lúcia Avelar referenda outro autor para discutir essa temática (2001:49).

que o partido que obtiver o maior número de votos também será aquele que terá o maior número de representantes”. As conseqüências dessa regra para a representação feminina estão relacionadas a contextos influenciadores, como a presença de organizações familiares e sociais tradicionais que, de certo modo, dominam o cenário e assim dificultam a entrada na política de quem procede de meios diferentes, como os movimentos sociais. No exemplo das candidatas à Câmara Municipal em Goiânia é possível que a política de cotas tenha influenciado as mulheres a candidatarem-se, quando percebidas posições menos ortodoxas, além da existência de forças tradicionais, se observadas os números de eleitas e os discursos das parlamentares.

O segundo ponto é pertinente à questão da cultura política. Pesquisas e estudos nesta área<sup>40</sup> mostram que a política municipal tende a ser um dos campos propícios ao sucesso das mulheres. Dentre as razões para tanto se encontram:

Seja pela diversidade e quantidade de municípios brasileiros, seja pelo custo da campanha em contraposição a das eleições estaduais e federais, seja pelas especificidades da política local cujos temas estão vinculados ao cotidiano o que contribui para a formação de lideranças femininas (COSTA, 2003:13).

Também com relação à cultura política, um aspecto que merece ser revisto está relacionado aos núcleos partidários voltados à mulher e presentes em quase todas as legendas. Nas palavras da senadora do PSDB de Goiás Lúcia Vânia, esses espaços deveriam representar uma forma de inclusão do sexo feminino na atividade política. Em muitos casos, eles acabam se tornando mecanismos de discriminação e uma forma de “alienar a participação feminina das decisões partidárias”. Há quem pense que a presença feminina nas legendas ainda é “falha”, mas considera os segmentos voltados à

---

<sup>40</sup> Costa (2003), Alves (2005), Araújo (2001).

mulher uma ferramenta necessária. A deputada federal Raquel Teixeira, da mesma legenda que a senadora, diz o seguinte. “Eu acredito que trazem benefício os segmentos femininos dentro das estruturas partidárias, mas eles têm de servir como muleta para uma transição das mulheres até o centro de decisões da legenda”<sup>41</sup>. Implícito no discurso dessas parlamentares está a necessidade das legendas terem uma política de inserção das mulheres. Isso incide decisivamente “no número de mulheres que saem candidatas, que têm recursos para a produção dos programas de televisão e rádio, e por fim, conseguirem dar notoriedade às suas propostas políticas”. Entretanto na visão de algumas pesquisadoras, os núcleos dos partidos, “com ala exclusivamente para mulheres, criam uma falsa ilusão de que há políticas de inserção”<sup>42</sup>.

Para ascenderem dentro dos partidos políticos, as mulheres necessitam se capacitarem para a política e romperem com a discriminação de gênero. A análise nesta direção faz analogia à base liberal para mostrar que:

Assim como na economia, o ‘livre mercado’ eleitoral possui distorções, necessitando de se construir agências ‘antitrustes’ e medidas ‘antimonopolistas’, pois também no campo da política são necessárias medidas contra as distorções das ‘forças livres’ da representação (ALVES, 2005:3).

Este autor ainda chama a atenção para o termo “déficit democrático de gênero”, cujo emprego deveria entrar para a agenda governamental e o cotidiano da mídia, com o mesmo destaque que os termos déficit público ou déficit comercial. Por outro lado, as

---

<sup>41</sup> Conforme artigo “Maioria do eleitorado, elas têm pouco espaço na política” de Bruno R. Lima em O Popular, 08 de março de 2008 p. 11.

<sup>42</sup> Conforme falas de Maria do Socorro Braga (Unicamp) e Lúcia Avelar (UnB), citadas por Andrade e Góis (2006).

argumentações acima implicitamente indicam a questão discutida por alguns cientistas sociais que é a do “capital político”<sup>43</sup>.

É nesse aspecto que a idéia da construção de um orçamento mulher como política pública, que visa inserí-las nos espaço de poder, tem permeado o debate liderado pelo CFEMEA e encontrado ressonância na luta das feministas. Esse orçamento permitiria às mulheres se capacitarem, prepararem-se para a política e construir o saber que privilegie as políticas públicas femininas. Uma estratégia seria traduzir a Plataforma Política Feminista para as mulheres na base. O que significa ter que trabalhar o cotidiano feminino, para dar suporte à candidatura e à atuação das eleitas, apoiando-as e subsidiando-as.

Isso posto, constata-se uma necessidade de mudar a condição das mulheres nos partidos políticos para mudar a cultura política, para ampliar o espaço de participação e representação da mulher na política.

---

<sup>43</sup> Ver conceito discutido no capítulo anterior.

## **5 Perfil das Vereadoras**

### **5.1 Apresentação e Filiação Partidária**

Como já colocado na introdução, esse estudo tem um caráter qualitativo e foi desenvolvido com base nas entrevistas realizadas com as vereadoras. Os primeiros contatos foram na época da campanha em setembro de 2004, quando elas eram candidatas.

As entrevistas, com três vereadoras, ocorreram no espaço da câmara municipal, no período entre 20 e 30 de novembro de 2006. A primeira entrevista teve uma duração de aproximadamente uma hora e meia. Outras duas foram de menos de uma hora. A quarta entrevista, que foi realizada em 10 de maio de 2007 e a pedido da vereadora não ocorreu no espaço da câmara, durou aproximadamente duas horas.

Um “tópico guia” flexível foi pensado para as entrevistas que, por conseguinte, não foram totalmente abertas. A observação recaiu sobre pontos iniciais que deram origem às falas, tais como: identificação pessoal, início da experiência política, filiação ao partido, desenvolvimento da campanha, plataforma política, significado de política, atuação parlamentar, participação em comissões, vinculação com o movimento feminista e perspectiva para o futuro. Esses pontos orientam o contexto discutido neste capítulo.

Ao apresentar a fala das entrevistadas observo, sobretudo, a construção de identidades individuais e políticas. Procuo não perder de vista o aspecto reflexivo das categorias presentes naqueles discursos. O que quer dizer que as transcrições das falas que permitem compor os perfis revelam principalmente a ótica das parlamentares. Isto

significa considerar que o indivíduo como ser social, é uma realidade sempre mais complexa do que as imagens que o pesquisador possa retratar.

Ainda que o roteiro tenha sido o mesmo para as quatro vereadoras, as respostas guardaram a peculiaridade de cada uma e, conseqüentemente, algumas informações foram mais detalhadas do que outras. Os dados complementares foram obtidos a partir de material impresso usado na campanha, da gravação de Programa Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e de reportagens na imprensa local.

Como se trata de perfis de pessoas públicas, a nomeação às vereadoras será por seus nomes políticos. As primeiras a serem apresentadas são do mesmo partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), a seguir as de partidos diferentes, a do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e a do Partido Progressista (PP).

A vereadora Cidinha Siqueira (Maria Aparecida de Siqueira) é goiana de Goianira, 46 anos e é solteira (Fotografia 1). É graduada em Pedagogia e Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Consta que sua orientação religiosa é espiritualista.

A experiência política de Cidinha Siqueira remonta à adolescência quando desenvolveu liderança como catequista e coordenadora do grupo de jovens da Igreja Católica. Portadora de deficiência e locomovendo-se em cadeira de rodas, ela diz que suas limitações físicas não a impediram de engajar-se em projetos políticos e sociais em defesa dos Direitos Humanos. “Eu tive uma família que graças a Deus me acolheu muito, e sempre me colocou para participar”. Em 1984 tomou parte no movimento nacional chamado “Coalizão Nacional”, que reunia portadores de deficiência de todos os estados do Brasil. Atuou como Representante Estadual da Organização Nacional de Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência Física (ONEDEF) entre 1994 e 1998. Como representante da entidade, participou da elaboração e da criação de diversas leis

relativas à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, que foram entregues aos deputados constituintes.



Fotografia 1: Foto de campanha (“santinho”) da então candidata Cidinha Siqueira.

Em 1987, Cidinha Siqueira tornou-se militante do Partido dos Trabalhadores (PT), proveniente do movimento estudantil. “A gente já sentava para discutir o que era socialismo, alguns professores passavam sempre livros para estar lendo e engajada mesmo na necessidade do bairro, a agente foi atuando”.

Na Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás (ADFEGO), desenvolveu participação de forma ativa junto ao movimento das pessoas com deficiência. Possibilitou a criação de convênios entre a empresa Brasil Telecom (à época denominada Tele Goiás) e a ADFEGO, para a contratação de mão de obra das pessoas com deficiência.

No período entre 1993 e 1995, foi membro do Conselho Municipal de Saúde de Goiânia e depois do estadual. Trabalhou durante oito anos no Núcleo de atenção à

pessoa deficiente na Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). Nessa instituição, implantou o Programa de Repasse de Prótese. Trabalhou à frente da Campanha Educativa pela Inclusão Social das pessoas com deficiência, por meio da inserção da cartilha “Manual para Inclusão Social” em escolas, empresas públicas e privadas e instituições que atendam o deficiente.

Em 2000, Cidinha recebeu o diploma de Mérito Cidadão do Ministério Público (MP) do Estado de Goiás, em reconhecimento às iniciativas empreendidas em prol da cidadania.

Garantiu a efetivação da Comissão Permanente de Acessibilidade de Goiânia (CPA-2003), que tinha o objetivo de tornar a cidade acessível às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Participou da elaboração da Política Municipal de Atenção às pessoas Portadoras de Deficiência de Goiânia e da elaboração do Plano Estadual de Saúde, os quais contribuíram para a criação do Centro de Reabilitação e Readaptação Henrique Santillo (CRER) neste município.

Sua justificativa para filiar-se ao PT deve-se ao fato do partido ter uma militância, uma filosofia que, na sua visão, poderia mudar o país.

Eu acredito. A filosofia do PT tem a estrutura necessária, o norte necessário. A questão da democracia, a vivência dessa democracia, a participação popular... Eu acho que, não sei, meu caminhar, eu caminho dessa forma. Em outros partidos eu não tenho percebido tanto essa importância.

Identificada com uma ampla atuação social, Cidinha Siqueira foi mais de uma vez solicitada para candidatar-se vereadora, mas disse que não tinha esse projeto de ser política. Suas palavras expressam:

Eu pensava em contribuir de alguma forma, tentando mudar essa realidade que estava posta de tantas barreiras ideológicas, barreiras do preconceito, barreiras atitudinais e barreiras arquitetônicas. Realmente quando eu me candidatei, eu já tinha todo um trabalho de luta, de mudança de muita coisa na cidade. Um grupo de pessoas amigas, portadoras de deficiência, outras do meu bairro, do Jardim América e outros amigos, diziam ‘entra, entra’... acabei entrando para a política.

Argumentação como essa indica uma “visão de candidatura ideal”, que é aquela iniciada por um movimento involuntário do candidato e que é colocada como necessidade de um grupo (KUSCHINIR,1996:183).

Caçula numa família de sete filhos, Cidinha Siqueira afirma que sua família aceitou bem sua decisão de entrar para a política partidária, embora não houvesse tradição de participação em disputa eleitoral. Eles se envolveram e apenas uma irmã não queria que ela entrasse para a política por pensar que “política é muito sofrimento”. Mas foi o interesse em trabalhar pela inclusão das pessoas com deficiência, o motivo pelo qual ela candidatou-se. E a irmã que era contrária aderiu, e apoiou.

Em 2004 foi a primeira vez que Cidinha Siqueira disputou a vereança, sendo eleita com 3.407 votos.

Marina (Marina Pignataro Sant’Anna) é solteira, 48 anos, nasceu em São Paulo, veio para Goiânia com três anos de idade (Fotografia 2). Seus pais residiram na cidade, mas já faleceram. Ela é graduada em Direito pela Universidade Católica de Goiás. Sua orientação religiosa é católica. No seu discurso, não consta ser de família com tradição na política goiana.

A vereadora Marina iniciou sua militância política (não necessariamente partidária), nos movimentos sociais, logo depois de entrar para a universidade em 1979, dentro do contexto de luta pela abertura, pela democracia, eleições diretas e anistia.

“Isso me encantou profundamente e comecei a participar dos movimentos e já fui diretamente para atuação na área dos Direitos Humanos”.



Fotografia 2: Foto de campanha (“santinho”) da então candidata Marina.

Nesse período, atuou na Pastoral Carcerária ligada à Igreja Católica, mas também com pessoas de outras denominações religiosas e personalidades da vida pública brasileira e local. Nos anos de 1979, 80 e 81, atuou no movimento chamado Assembléia do Povo, principalmente com as mulheres. E também participou de manifestações pelo pluripartidarismo, anistia, eleições diretas, reforma agrária e direitos das pessoas, dentro da ética dos Direitos Humanos.

Marina identifica-se com as questões relacionadas às mulheres. No início da década de 80, começou a participar de oficinas e eventos onde discutiam uma postura mais libertária da mulher, não só entre as universitárias.

Toda esta dinâmica do reconhecimento e da luta das mulheres, da importância do reflexo disso na minha vida política, na minha formação, na minha vida pessoal é muito grande, tanto que eu continuo buscando isso diariamente.

Em 1982 ainda não era filiada, mas participou da campanha do PT e de reuniões de formação do partido. Ela ressalta que esse foi um processo de intensa aprendizagem política. Até então, ela vivera distanciada desse universo. Sua justificativa para ter-se filiado ao Partido dos Trabalhadores em 1983 foi:

Em função de compreender que esse era o partido que tinha mais identidade com o que eu acreditava nesta minha formação tão diversificada como acabei de comentar. Eu via e vejo no PT, o partido disposto a mudar a realidade social do Brasil.

De fato, o PT construiu um perfil mais definido no jogo partidário-eleitoral brasileiro. E nesse caso, a identificação partidária “resultaria da experiência dos cidadãos”<sup>44</sup>.

A dicotomia entre público e privado, uma temática central no debate feminista é identificada pela parlamentar, como elemento determinante quando se trata da relação da política com a família. É uma dificuldade que a mulher enfrenta.

Este é um dos motivos porque as mulheres participam menos da política do que os homens. Eu tenho certeza. Quando o ambiente privado não é repartido corretamente o ambiente público também não é, não tem como. Quando a mulher precisa cuidar do trabalho, resolver problemas financeiros, ter um salário, ela precisa ter um rendimento, além da política, fica difícil fazer política no sentido da militância, aí eu falo política no sentido lato, não só a atividade parlamentar.

Eu fiz uma opção por priorizar uma vida muito agitada que é de manhã, de tarde e à noite. Em momentos anteriores eu achei que não ficaria

---

<sup>44</sup> Conforme Fiorina apud Carreirão e Kinzo (2004:158).

satisfeita em ter que me dedicar única e exclusivamente a um ambiente familiar e etc.

Em seu entendimento, para que a mulher possa desenvolver uma participação na militância política e filiação partidária, é preciso reeducar a sociedade, mudar o princípio predominante de que todos os encargos da vida familiar são responsabilidades femininas.

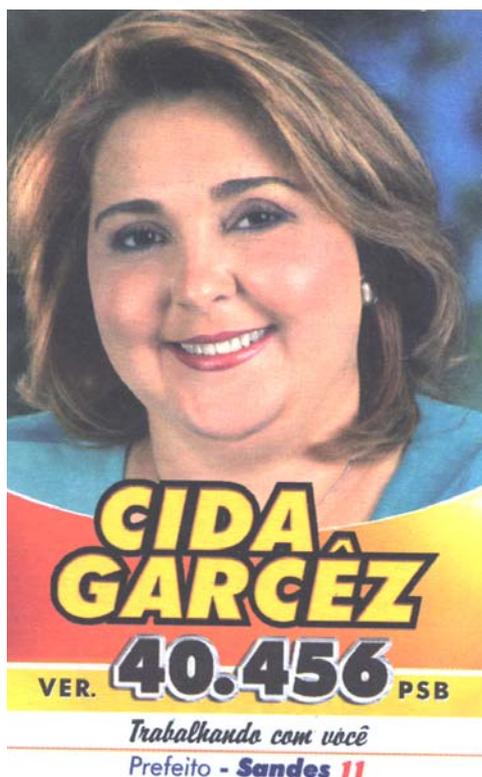
A trajetória de Marina no PT é marcante e ascendente. Poderia ser caracterizada como perspectiva de carreira política de tipo “ambição progressiva” (MALUF, 2006). Foi presidente do PT Goiânia por duas vezes; Coordenadora do Movimento Mulheres Sem Medo do Poder (2000); Secretária de Comunicação (2001); Secretária de Ação Integrada Municipal (2003). Dia 8 de março de 2008 ela entrou para o Diretório Nacional do PT.

A primeira vez que Marina se candidatou à vereança foi em 1988, sendo eleita com 1.906 votos. Foi reeleita em 1992, com 2.299 votos. Foi candidata do PT a Governadora de Goiás em 2002, mas não se elegeu, época em que também era Presidente do PT Municipal. Em 2004, o entendimento geral no PT é que ela deveria sair candidata à vereadora, porque seria bom para o PT. Marina elegeu-se para seu terceiro mandato de vereadora, com uma votação expressiva de 8.328 votos.

Natural de Goiânia, a vereadora Cida Garcêz (Maria Aparecida Garcêz Henrique), 43 anos (Fotografia 3), é divorciada, tem três filhas com idades de 17, 15 anos e uma de 11 meses. Sua formação é Técnica de Higiene Dental (THD). Sua orientação religiosa é espírita kardecista.

O início da experiência política dessa vereadora foi através da atividade de pedir votos e participando de política de juventude nas escolas de 2º e 3º graus. Posteriormente, foi assessora de gabinete do governador Henrique Santillo (1986).

Desempenhou funções de diretora administrativa em dois postos de saúde por quatro anos: no Átila de Carvalho e no Parque Ateneu. Em sua fala, foram locais “onde realizou um bom trabalho”. Sua experiência na área da saúde estendeu-se a diferentes hospitais, onde exerceu a mesma função de diretora administrativa.



Fotografia 3: Foto de campanha (“santinho”) da então candidata Cida Garcêz.

Cida Garcêz foi chefe de gabinete da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC), onde desenvolveu trabalho social junto com o vereador Dr. Honor Cruvinel (PPB), em 1996:

Foi quando nós começamos a fazer reuniões com os moradores do setor Faiçalville I, II, e III e do bairro Boa Vista. Ali junto com o vereador, nós determinávamos o que a população queria de imediato. Então foi através dele que eu comecei a entender mais de política e como fazer.

Outra experiência importante para seu aprendizado político foi a convivência com seu irmão, Vladimir Garcez, que foi presidente da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), vereador e presidente da Câmara Municipal em 2000 pelo PSDB.

Ao lado dele, não como assessora porque ele nunca apoiou que nós trabalhássemos em família em gabinetes. Ele ensinou muito na área social. Aprendi muito a trabalhar na área social.

Se a pessoa tem boa vontade e desempenha os seus projetos, coloca em prática, funciona. Foi isso que eu aprendi na minha trajetória política. É fácil, olhar, procurar, discutir, ver se aquilo é o melhor pra comunidade ou não, junto com eles determinar. Determinamos, vou em conjunto, eu e a comunidade para trabalhar, aí definir e executar o que eles solicitaram a nós.

Inserções e percepções políticas como no exemplo acima, sugerem vínculos, relações familiares determinantes para a relação entre representantes e representados.<sup>45</sup>

O primeiro vínculo partidário estabelecido por Cida Garcêz foi com o PSDB. Segundo ela, ficou lá muitos anos e assumiu o diretório metropolitano da mulher por dois mandatos:

Desenvolvemos lá grandes trabalhos junto às mulheres. Depois disso, por desavenças na época com a pessoa responsável pelo PSDB mulher estadual e o então participante do PSDB, eu resolvi sair do partido.

A segunda filiação foi no Partido Socialista Brasileiro (PSB), onde foi acolhida e se elegeu vereadora em 2004. “Se hoje sou vereadora, fui eleita pelo partido PSB, através do então deputado federal, o presidente Barbosa Neto”. Depois das eleições, ela

---

<sup>45</sup> Conforme discussões encontradas em Young (2006) Phillips (2001).

voltou para o PSDB onde continua. A Vereadora Cida Garcêz não explicitou por que retornou para essa agremiação partidária.

A existência de tradição política familiar representa certo apoio para o desenvolvimento da carreira política. No entanto, a tensão relativa ao desempenho dos papéis público e privado aparece no depoimento sobre a relação da política com a família.

Não é fácil. Porque a gente se entrega muito à política, e às vezes a gente esquece um pouco da casa. (...) Às vezes, quando as meninas têm folga, eu carrego comigo. Elas participam muito comigo na política também. Então é uma maneira de estar integrando a minha família no meu trabalho. Se não houver essa integração, não tem jeito da família sobreviver, não é? Então uma determinação minha é que, dia de domingo é por conta deles. (...) E agente vai levando dessa maneira. Elas me ajudando e eu ajudando elas. Então esse é o nosso princípio lá em casa.

Cida Garcez candidatou-se a primeira vez para o Legislativo Municipal em 2004, elegendendo-se com um total de 4.609 votos.

Outra vereadora nascida em Goiânia é Jacyra Alves (Jacyra Alves Mendes), 63 anos (Fotografia 4), viúva, com uma filha, dois filhos e seis netos. Ela é graduada no curso de Serviço Social e Ciências Contábeis. Especializou-se em Auditoria e Direito Administrativo. Professou orientação religiosa católica.

A trajetória da vereadora Jacyra Alves guarda certa proximidade com aquela de Cida Garcêz, quanto aos contatos e despertar para a política. Ela é funcionária de carreira do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TC-GO), onde exerceu algumas funções, dentre elas a de auditora de controle externo, depois contadora geral do TC-GO e auditora geral do município da cidade de Goiânia. Foi auditora de controle externo e contadora geral. Assim conheceu muita gente.

A política surgiu em sua vida através do trabalho como assessora do deputado Roberto Balestra (PPB), para quem havia pedido votos, sendo um incentivo à sua carreira política. “Dessa época em diante, eu estou até hoje pedindo votos”. Ela não explicou por que se filiou ao partido, mas disse:

O nosso partido é um partido muito aberto, é um partido muito pequeno, onde eu já obtive diversos cargos. Já fui presidente do Partido Democrata Cristão (PDC) mulher. Era PDC, passou para Partido Progressista Brasileiro (PPB) e agora é Partido Progressista (PP). Eu acredito muito, eu sou muito determinada, eu sei o que quero e eu acredito muito em nós mulheres.



Fotografia 4: Foto de campanha (“santinho”) da então candidata Jacyra Alves.

Jacyra Alves foi uma das fundadoras do partido PPB em Goiânia. Em 1996 decidiu candidatar-se à vereança para suplência de Honor Cruvinel (PPB) e recebeu 3.282 votos. Em 1999, assumiu o cargo no lugar do vereador, que se elegera deputado estadual. Em 2002, recandidatou elegendo-se com 5.798 votos. Nas eleições de 2004,

concorreu pela terceira vez, sendo eleita com 7.050 votos. No início de 2008, Jacyra Alves, foi eleita vice-presidente do PP Metropolitano, atual nomenclatura do PPB.

A análise da trajetória e da filiação político partidária das vereadoras apresentadas acima, aponta elementos que, de certo modo, incidem sobre a forma como elas constroem as identidades pessoais e políticas. No plano geral, a forma de acesso ao partido e à elite do poder diversifica quem emerge por via dos movimentos sociais, de quem surge por outros canais de expressão política. No plano específico, urge atentar para a ideologia, o emprego de uma terminologia e os efeitos disso para a construção de identidade e da imagem com a qual se quer ser reconhecida, valorizada e ocupar o espaço político na sociedade.

A via de acesso à política para o primeiro grupo, por meio dos movimentos sociais, como no caso das candidatas filiadas ao PT, indicaria uma preocupação com a construção das relações sociais e políticas, pensando-as a partir do contexto de uma democracia mais como uma forma de vida e não só como um sistema de governo. Isso implicaria considerar o mandato como uma representação coletiva e temporal com possibilidade de contrapor-se à percepção de senso comum que o identifica mais como uma atribuição pessoal.

Nesse sentido, o entendimento aponta para a diferença entre democracia política e democracia social.

A democracia política é entendida como uma forma de governo democrático, por ter um aparato jurídico que define princípios políticos e a existência de instituições políticas. A democracia social, por seu turno, caracteriza-se por ter não somente a forma de governo, mas também seu conteúdo democrático, processo de participação que se estende para a sociedade civil em suas muitas articulações (CAMPOS, 2005:109).

A inserção política das candidatas do PT pode ser identificada com um tipo de representação de “política de idéias”, a qual “sugere um entendimento amplamente secular de política, como questão de julgamento e debate, e espera que as lealdades políticas se desenvolvam mais em torno de programas políticos, do que de pessoas” (PHILLIPS, 2001:269).

Nos discursos das vereadoras do PT, ficam claras as justificativas para a filiação no mesmo partido, que mais se aproxima dos projetos e da forma que possibilita a organização, a decisão coletiva que culmina com o lançamento da candidatura. Por conseguinte, nesse primeiro caso, estaria implícita uma definição ampla de participação no sentido de exercício democrático, ou seja, “não se pode concordar que o poder passe, dentro de um partido, de um grupo para outro, meramente: a luta pelo poder deve ser a do poder dividido entre todos, representativamente” (CARDOSO, 1986:63). Essa observação é verificada na análise da campanha no HGPE mais à frente.

Desse modo, observar-se-iam formas de inserções partidárias possivelmente influentes na construção do processo de identidade social e política (MACHADO, 2006:85). Tem-se assim, a base para se pensar a participação feminina na política como “toda atividade da mulher ligada à esfera da coisa pública, quer no plano do governo quer no plano de entidades outras que desenvolvem funções de caráter coletivo”. Onde houver preocupação com as formas de ação que venham a influir, de modo direto, na construção do processo social e político. Nesse sentido, a participação política vai além da condição de representante e representado, votar e ser votado, conforme Toscano (1982:59).

No segundo caso, as vereadoras de partidos diferentes (PSDB, PP) não relatam trajetórias com passagens pelos movimentos sociais. A inserção na política partidária aparece relacionada mais com os contatos pessoais com políticos conhecidos e com o

exercício de funções administrativas aliadas às autoridades em instituições governamentais.

Assim, o que os textos dos últimos discursos apresentados revelam, estaria próximo do que é pensado como uma “notoriedade construída, adquirida por empréstimo”, uma vez relacionada a parentesco e nomes políticos importantes (KUSCHINIR, 1996: 193). Ou por outra, significaria “decisão associada aos projetos de ampliação do poder da família” (MACHADO, 2006:130). Desse modo, observa-se uma combinação de imagem com a possibilidade de usar o instrumento político do aliado, para atingir o maior número possível de eleitores. Isso aparece em um momento da campanha (PSDB) veiculada na televisão, como será apresentado mais à frente.

Outra explicação sobre a trajetória e a forma como as vereadoras ascendem à elite política e ao poder, evidenciam o que tem sido chamado de “canais numéricos de participação política”. Esses canais são aqueles ligados ao sistema eleitoral e partidário, e envolvem todas as atividades relacionadas às eleições e ao sistema de representações. Eles compreendem atitudes como o ato de votar, o envolvimento com discussões políticas, trabalhos para candidatos em épocas de eleições, participação em rede de relações políticas, contribuição com dinheiro para partidos e candidatos, ida a comícios, ocupação de cargos públicos e candidatura a cargos eleitorais (AVELAR, 2001:49).

Para discutir a inserção e a participação das mulheres na política, por analogia com pesquisas desenvolvidas nessa área, deve-se “esclarecer a natureza diferenciada de tais vínculos e as distintas maneiras de acioná-los na construção da rota para a política institucional” (MACHADO, 2006:55). Tomando como guia as ponderações encontradas nesse estudo de Maria das Dores Campos Machado, enquanto a trajetória política de Cidinha Siqueira e Marina encontra-se diretamente relacionada com a atuação em movimentos sociais, a candidatura de Cida Garcez e Jacyra Alves sugere certa

influência (pragmática), da ação política do deputado e vereador através do qual cada uma inseriu-se na disputa por cargos eletivos.

Procede lembrar que as trajetórias das vereadoras são delineadas em plena época de expansão dos movimentos sociais e do feminismo em Goiânia, nas décadas de 1980 e 1990. Esse é um período de luta para ampliar a cidadania para as mulheres, sugerindo posturas aliadas com a idéia e concepção de uma representação política democrática, articulando direitos civis e políticos.

Contribuiria para tanto, o surgimento de órgãos governamentais e Organizações Não Governamentais (ONGs), como a criação de secretaria especial da mulher, casa de abrigo, dentre outras, cujos postos de direção eram ocupados por mulheres. Outra hipótese também a ser pensada é a da influência exercida pela ampla divulgação de artigos na imprensa local, pela realização de eventos marcantes como as comemorações do dia 8 de março e do seminário “Mulheres sem Medo do Poder”. Não é pertinente desconsiderar que tais fatos repercutiram nas lideranças políticas, não só entre as mulheres, mas no conjunto de segmentos ávidos por mudanças. E o PT, partido que mais elegeu vereadoras, havia se estruturado nesse sentido.

Se no primeiro grupo de entrevistadas os discursos procuram romper com determinantes clássicos de elaboração de identidade, busca construir um reconhecimento e uma representação própria, erigida de baixo para cima, o mesmo não se pode dizer sobre o segundo. Nesse caso, as posturas e as terminologias empregadas aproximariam de situações paroquiais, assegurando os compromissos familiares e (ou) combinações de redes políticas. Essa é a via de inserção na política que parece predominar para muitas mulheres, como uma extensão do trabalho realizado junto ao membro familiar com mandato político ou cargo governamental (MACHADO, 2006:130) (GROSSI e MIGUEL, 2001:183).

## 5.2 Campanha e Plataforma Política

A discussão da plataforma política das vereadoras eleitas para o mandato de 2004 e 2008, está baseada nos seguintes aspectos: campanha na televisão; segmentos sociais privilegiados; o discurso sobre a campanha em si; as bandeiras divulgadas.

A Campanha na televisão no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral foi registrada no período entre 23 de agosto e 30 de setembro de 2004. Os programas no horário noturno foram em dias alternados entre o poder Legislativo e poder Executivo.

As candidatas do PT tiveram seis inserções cada uma e as do PSDB e PP tiveram duas inserções respectivamente. As imagens de todas transmitiam familiaridade com o veículo de comunicação. As quatro candidatas observadas apresentaram clareza e domínio das articulações de comunicação oral.

A candidata Cidinha Siqueira desenvolveu sua campanha durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), com três inserções individuais e duas coletivas. No primeiro programa, uma voz anunciava seu nome e número. Nos dois seguintes ela falava:

Particpei da execução de todos os rebaixamentos de meios fios da cidade. Além da criação de empregos para pessoas com deficiências.

Você conhece a minha luta pela inclusão social plena. Para fazer muito mais eu e Pedro contamos com você.

Em entrevista realizada no período da campanha, ela disse que em sua longa caminhada tornou-se “preparada para legislar não só para os portadores de deficiência, mas para todos os cidadãos, acredito que posso fazer muito mais do que já fiz”.

As dificuldades encontradas no período eleitoral estão relacionadas com os recursos financeiros:

A gente não tinha dinheiro para campanha. Foi muito difícil. Tinha dia que não tinha dinheiro pro santinho. E aí um amigo vinha trabalhava voluntário, ia pedir voto na rua. Outro ficava sabendo... Um professor ficava sabendo que eu era candidata, pedia os alunos da sala, 'realmente eu conheço a Cidinha, a Cidinha é de luta.' Então assim foi indo. Teve momentos da campanha que foram difíceis mesmo. Não tinha gasolina, aí vinha um amigo e dava um pouquinho... Outro pouquinho... Dez reais... cinquenta reais... E aí a gente somava esse pouco e conseguimos chegar lá. Minha campanha ficou em 12 mil reais.

Segundo a candidata, o recurso para a campanha que recebeu do partido foi só para os santinhos. O papel da família nesse processo foi importante, engajando e oferecendo suporte. Seu pai e sua mãe (78 e 83 anos) disseram: "Filha, vai em frente". "Eles sempre me apoiaram em tudo".

Cidinha Siqueira reconhece que seu eleitorado foi principalmente o pessoal do centro. Eram aqueles que, segundo ela, liam mais o jornal, conheciam sua atuação, acompanharam o seu trabalho. "Eu nem imaginava que estavam prestando atenção nisso e, no entanto, estavam."

Ao comparar suas atividades na disputa eleitoral com as de outros candidatos, percebe:

Ah! Foi legal, eu fiz tudo. Tudo o que tinha eu tentava fazer. Até teve uma reportagem de alguns deficientes falando que estava difícil a campanha, que não saiu só eu. Teve outros companheiros que também saíram. Eles falavam que era difícil para estar indo até ali.

Ela não pensava que era difícil, porque já estava acostumada com um trabalho social com os portadores de deficiência. "Eu mesmo, quando estava na FUMDEC, ia de

casa em casa, tentando ver o que eu podia ajudar”. O Trabalho de atenção ao deficiente físico, perpassa toda a trajetória política da vereadora Cidinha.

Os segmentos sociais privilegiados pela candidata foram os Portadores de Deficiências Físicas e os estudantes universitários. A base eleitoral da Cidinha Siqueira que foi divulgada pela imprensa local<sup>46</sup>, consta ter sido o Bairro Jardim América e Nova Suíça. No entanto ela ressalta que recebeu votos em todas as zonas. O mapa (Figura 1), referente à sua votação comprova isso.

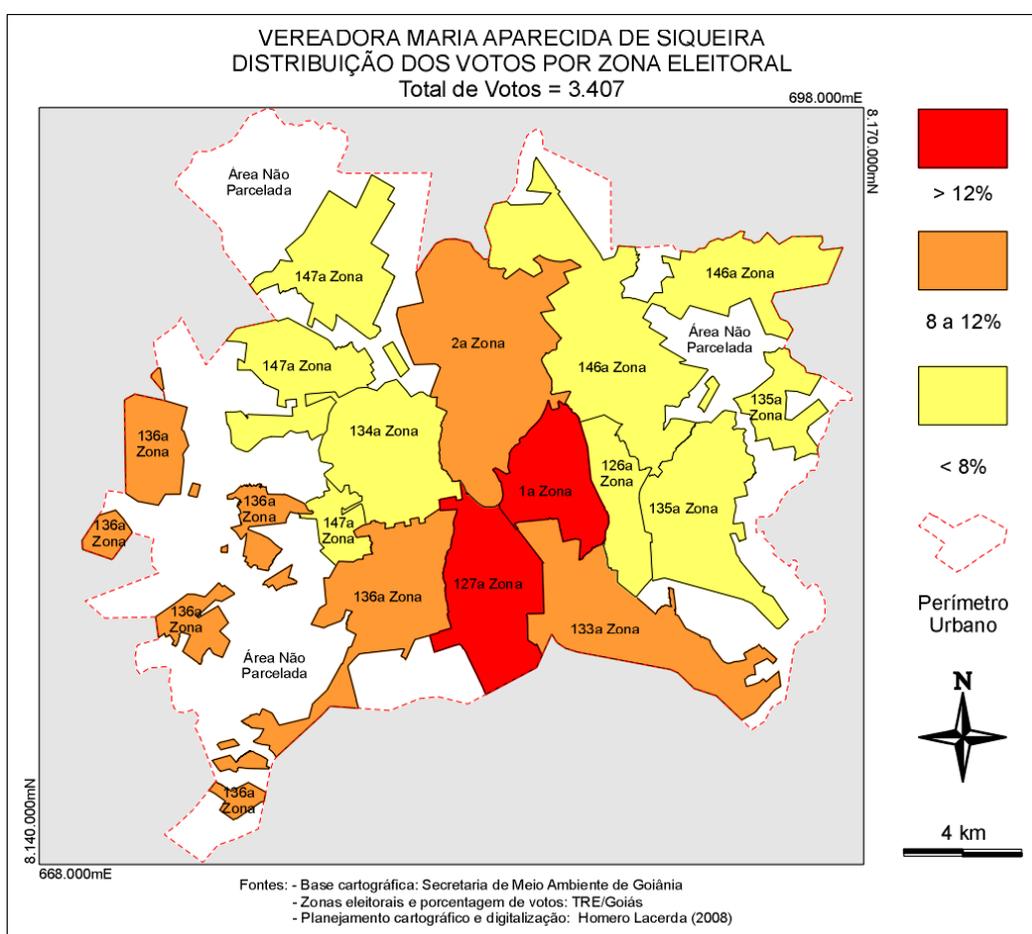


Figura 1: Mapa da distribuição dos votos da vereadora Cidinha Siqueira

Conforme a Figura 1, a vereadora Cidinha Siqueira obteve a maior porcentagem de seus votos nas 1ª e 127ª zonas eleitorais, comportando sua base eleitoral informada,

<sup>46</sup> Jornal o Popular Goiânia 05 de outubro de 2004, pg.6.

sendo que, a 127ª zona eleitoral contabiliza 27% dos votos recebidos por ela. A 1ª zona abrange a região Central, cuja população é caracterizada por um nível de educação alto (definido com segundo grau e pós-graduação), e com níveis de rendimentos mais elevados da capital (JACOBÉ: 2006). Já a 127ª zona abrange bairros da região Centro-sul. São bairros que expressam certa diversidade do ponto de vista sociológico. Alguns apresentam características sócio-demográficas altas e iguais aos da região Central, outros apresentam níveis educacionais e rendimentos econômicos de classe média. Esta mesma configuração se estende à 2ª, 133ª e 136ª zonas, nas quais a candidata Cidinha Siqueira recebeu entre 8% e 12% de seus votos. As demais zonas onde os votos contabilizaram menos de 8 % são compostas por bairros cujas características sócio-demográficas apresentam níveis de educação e rendimentos econômicos mais baixos à proporção que se avança para a periferia.

A candidata Marina teve cinco inserções individuais no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) apresentando, dentre outras, defesa de bandeiras feministas:

Acredite, é possível construir uma câmara de vereadores vinculada ao seu dia-a-dia. Compromissada com políticas públicas, que melhorem nossos bairros e avancem rumo ao desenvolvimento sustentável. Avancem em direção a um mundo melhor. Vote PT, vote Marina e Pedro.

Representar você com ética e confiança é querer Goiânia para todos. Traduzindo o sonho de cada pessoa num projeto de cidade. Vote PT, vote Marina e Pedro.

A presença da mulher nos diferentes espaços da sociedade fortalece a democracia e muda os rumos da política. Defendo a autonomia e o fortalecimento das mulheres em todos os lugares. Acredito na mulher por sua garra, competência e seriedade. Vote Goiânia, vote Marina e Pedro.

A última fala com enfoque feminista foi repetida duas vezes. Argumentos como garra, competência e seriedade apontam para outro nível de dificuldades sentidas pelas mulheres para desenvolverem uma carreira política. “A queixa cotidianamente verbalizada, de que as mulheres para ocuparem cargos de direção têm de sempre fazer mais para provar a sua competência”<sup>47</sup>.

Para Marina, o desenrolar de sua campanha à vereança em 2004 foi articulada com outras experiências vividas por ela. Em sua primeira disputa eleitoral em 1988, houve uma concentração de eleitores em especial no Setor Parque Amazônia, porque tinha muitos amigos que moravam ali e tinha muitos vínculos de trabalho de igreja, entre outros. A explicação para essa concentração de votos não ocorreu devido uma característica dela: “Eu não sou de marcar território. Nem por segmento organizado, nem por bairros, nem por regiões. Eu procuro dialogar com o conjunto da cidade”.

Segundo Marina, sua base eleitoral é composta por “pessoas que gostam de política, acompanham política se identificam com este perfil”. Dentre outros, seu eleitorado agrupa também diferentes categorias e pessoas com status religiosos diversificados como pastores e espíritas.

A última campanha em 2004 é interpretada como uma consequência natural dos trabalhos que já realizara. “Eu fui, na verdade, convocada por vários companheiros e companheiras por que eu era Presidente do PT Municipal. Houve um entendimento de todas as forças do PT, dialoguei com elas”.

Para essa disputa eleitoral, Marina desenvolveu todo um trabalho de militância, de articulação coletiva. Uma vez que ela já tinha um perfil delineado, conhecido na sociedade, então este perfil foi rerepresentado para o cargo de vereadora. Ao comparar as

---

<sup>47</sup> Segundo Grossi e Miguel (2001:181).

disputas eleitorais para uma vaga no Legislativo Municipal e as disputas para o Executivo Estadual ela diz:

A melhor candidatura de todas que eu já tive foi para o cargo de governadora. O parlamento no Brasil, nas condições das legislações proporcionais hoje, não faculta o debate do conteúdo programático, predominando as relações pessoais. Já para o poder executivo, são realizados debates, pelo menos nas capitais, nas cidades maiores e também no estado e no governo federal. Na campanha nossa de 2002 (para governadora), um dos elementos que eu considero marcante fazendo com que houvesse um salto de 3% de votos da eleição anterior para 16%, de eleitores, foi o fato de debater o programa.

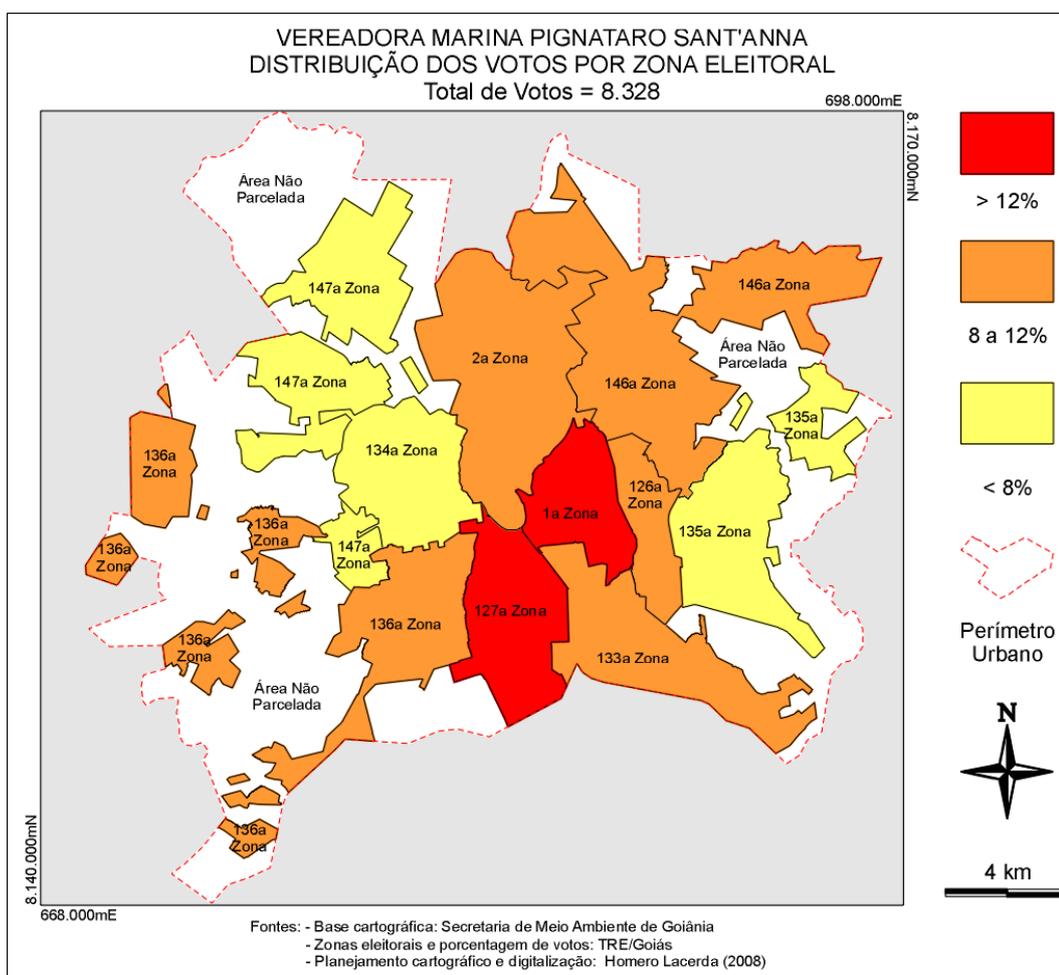


Figura 2: Mapa da distribuição dos votos da vereadora Marina

Sobre a base eleitoral da candidata Marina nas eleições de 2004, não consta referência a um segmento privilegiado, mas com eleitores pulverizados, espalhados. O mapa (Figura 2), sobre a votação que ela recebeu confirma esse dado.

A distribuição dos votos obtidos pela vereadora Marina apresenta o total de 25% na 1ª zona eleitoral, 13% na 127ª zona e 11% na 2ª zona. O mapa, mostrado na Figura 2, ilustra como a votação recebida pela vereadora é em parte espalhada, quando considerados o percentual de votos recebidos entre 8 e 12%. As características dos bairros componentes das zonas são as mesmas já descritas para a Figura 1.

A candidata Cida Garcêz (PSB) teve duas inserções individuais no HGPE. No primeiro programa sua mensagem foi:

Na câmara vou respeitar e honrar o seu voto, valorizando a mulher, trabalhando junto a você, na saúde, educação, gerando emprego e renda.

No segundo programa, essa candidata está ao lado do governador Marconi Perillo (PSDB) que pronuncia:

Quero pedir a todos que estão me ouvindo neste momento, um voto muito especial a uma pessoa muito especial: que é a Cida Garcêz, que com seu voto, com seu apoio, será uma grande vereadora por Goiânia.

O recurso de aparecer ao lado de pessoa com função política amplamente conhecida sugere uma idéia de notoriedade “proveniente de outro campo e que pudesse deslanchar a carreira”<sup>48</sup>.

A avaliação que a vereadora Cida Garcêz eleita pelo PSB, mas filiada ao PSDB, tem de sua campanha política é:

---

<sup>48</sup> Conforme Miguel (2003:121).

Minha campanha foi muito feliz. Porque que eu digo isso, porque foi através dos amigos que me ajudaram muito. Eu tive grandes surpresas, tanto é que no primeiro dia de ‘adesivação’, eu tinha pedido pra fazer 500 adesivos, eu liguei pros meus amigos e falei: ‘gente, eu estou precisando de ajuda, se vocês puderem me ajudar, traga mais um carro, pessoa que possa confiar na minha pessoa (...) Sinceramente, apareceu 1000 carros pra ‘adesivar’. No entanto, eu nem tive adesivo, depois fui com o tempo atendendo os outros, não é? Então minha campanha foi de amigos, da família, das pessoas próximas, das pessoas das regiões (que eu) já me conheciam através dos outros trabalhos anteriores, que confiaram na minha pessoa. Graças a Deus, eu tenho essa confiança nos bairros.

O que ressalta do depoimento acima é uma dimensão personalista, predominante na cultura política brasileira, com ênfase para a “identidade local enquanto atributo empregado por aqueles que disputam cargos eletivos no Brasil”<sup>49</sup>.

Na continuação da fala da vereadora, tem-se:

O perfil você vai verificar o que é. Que a gente sempre está olhando o lado da criança, o lado do meio ambiente e o lado social. Nós temos que olhar o nosso meio ambiente, não é isso? As pessoas pensam muito no agora. Eu não penso no agora. Eu penso no agora e no futuro.

Na mesma fonte impressa citada consta que a base eleitoral da Cida Garcez, foram as Regiões Sudoeste, Leste e Noroeste. Os segmentos sociais privilegiados foram os evangélicos e portadores de deficiências físicas, conferindo à sua representação um tipo de voto espalhado conforme Figura 3.

---

<sup>49</sup> Conforme Chaves apud Machado (2006:85).

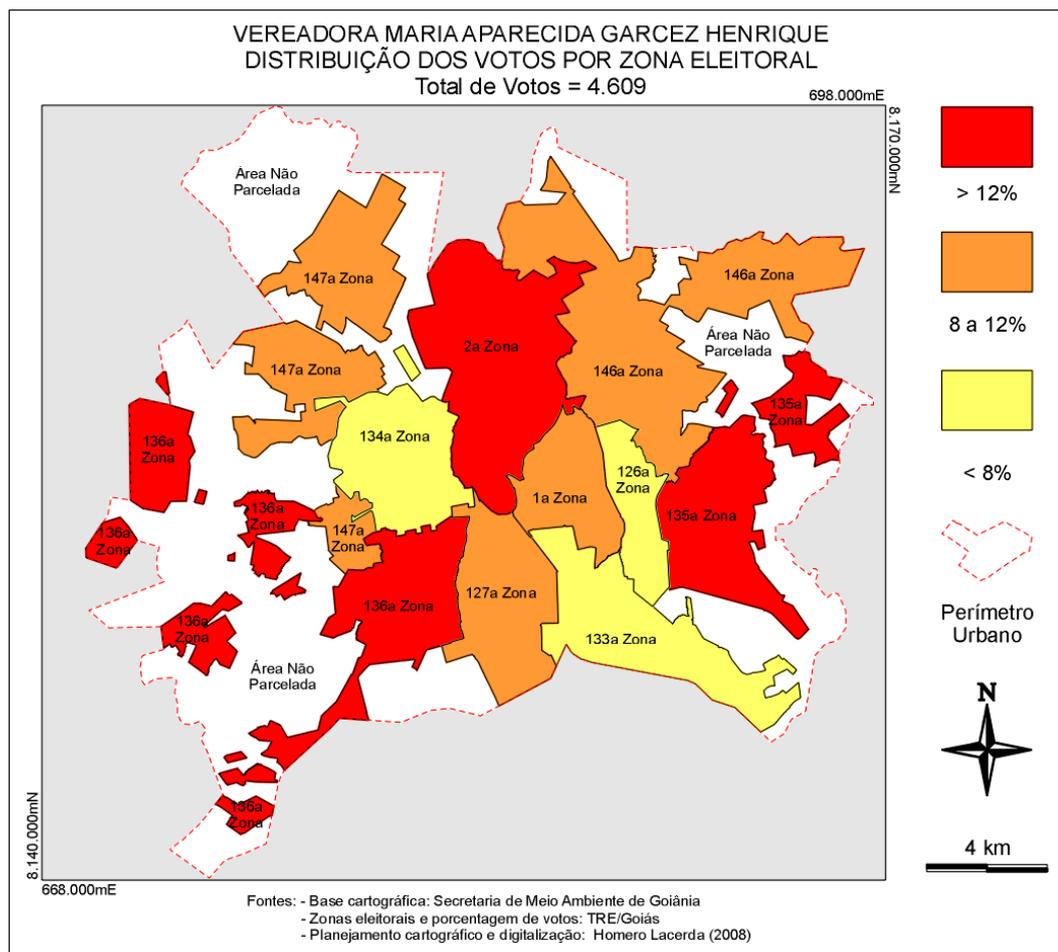


Figura 3: Mapa da distribuição de votos da vereadora Cida Garcêz

Como se pode ver na Figura 3, a vereadora Cida Garcez recebeu a maioria de seus votos nas 136<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 135<sup>a</sup> zonas eleitorais. A 136<sup>a</sup> zona recebeu 18% do seu total de votos. Os outros percentuais da distribuição de votos dessa parlamentar, indicam um tipo de votação muito espalhada. Os bairros compreendidos por essas zonas situados nas regiões Sudoeste, Leste e Noroeste, representam as bases eleitorais da vereadora Cida Garcez. São bairros que concentram classes médias e baixas com acentuada pobreza caracterizadora da periferia quanto mais distantes da área central.

Nos programas do HGPE documentados, constam duas inserções da candidata Jacyra Alves, com um mesmo pronunciamento:

Tenho retribuído com dedicação a confiança em mim depositada por você. Sou autora dos projetos Pró-mama, Parque Flamboyant, Parto

Humanizado. Como única mulher eleita no pleito de 2000 e nunca ter mudado de partido, conto com seu voto.

Sobre sua primeira candidatura a vereadora pelo partido PPB, Jacyra Alves expressa:

Entrei candidatei em 1996 e disseram os entendidos que eu fui a maior surpresa, não foi surpresa não, eles usaram outra expressão, revelação, ‘você foi uma revelação, Jacyra’.

No momento que foi solicitada para dizer por que sua eleição foi considerada uma revelação, ela continuou falando das campanhas:

Eu candidatei, foi uma campanha muito pequena. Eu trabalhei mesmo, meus amigos, minha família, claro, meus amigos e dentro do tribunal de contas.

No segundo mandato já havia a política de cotas para as mulheres na política partidária. E como o meu partido era coligado com o PSDB, um partido muito forte, as pessoas falavam que teria que mudar de partido. Eu não vou mudar, porque eu entendo que, a mudança de partido pra mim, significa mudança de identidade. A segunda campanha foi maior, a gente abrangeu mais bairros de Goiânia, a gente já era mais conhecida.

Sobre os recursos financeiros empregados para desenvolver a campanha ela diz:

Eu sou funcionária do TC-GO, então a gente tem um bom salário, eu sempre conto do meu bolso. Investi tudo na campanha, deu certo foi um trabalho bom. Então na disputa desse terceiro mandato, a gente vem tentando conscientizar a mulher do seu valor, da importância dela no processo político, até porque veja a gente que é mulher, você trabalha com mais determinação.

Nas eleições em 2004, Jacyra Alves concorreu ao terceiro mandato, reelegeu-se sendo classificada em terceiro lugar dentre o total dos eleitos para a Câmara Municipal de Goiânia. Quanto a identificar sua base eleitoral, ou uma região, a vereadora diz ter eleitores em Goiânia inteira: “a gente faz um trabalho social muito grande”.

As informações, divulgadas pela imprensa citada, sobre a base eleitoral da candidata Jacyra Alves indicam a Região Central. Nessa mesma fonte, constam que os segmentos sociais por ela privilegiados são os que integram o movimento feminista e movimento comunitário. Percebe-se uma contradição entre o que é dito como parte do segmento privilegiado e a declaração de não ser feminista.

Os depoimentos sobre a construção desse perfil mostram similitude com o perfil anterior (candidata do PSB), quanto à presença de uma “dimensão personalista resultante da cultura política brasileira”. Outra característica comum é o uso de trabalho e obras sociais “capitaneadas pelas candidatas”, representando elemento importante da campanha<sup>50</sup>.

A distribuição dos votos recebidos pela vereadora Jacyra Alves apresenta o total de 17% na 133ª zona eleitoral, 16% na 136ª zona e 14% na 1ª zona. A maioria dos votos recebidos pela vereadora está na sua base eleitoral divulgada, conforme ilustrado na Figura 4.

O que distingue o mapa da votação da vereadora Jacyra Alves, dos outros já descritos é o percentual de votos menor do que 8 %, recebidos nas regiões Norte e Nordeste. São bairros mais distantes de sua base eleitoral declarada.

---

<sup>50</sup> Conforme Kuschinir (1996:190).



básicas do *marketing*' segundo as quais o produto deve ser humanizado e diferenciado para ser distinguido<sup>51</sup>. Tudo depende do recurso financeiro da campanha, para divulgar e ocupar a cidade, as praças, com grupos manejando bandeiras, colocando adesivos em carro, distribuindo faixas, bandeirinhas e mesmo pulando em carros de som.

Dentre o material de propaganda<sup>52</sup> das candidatas à vereança e que foram eleitas, o mais comum foi o 'santinho'<sup>53</sup>. Trata-se de uma cédula com vários formatos. Uns contêm simplesmente a foto o nome o número e o partido. Em umas cédulas constam: Coligação Trabalho e Confiança (PT-PTB-PC do B-PMN-PT do B-PCB), em outras, Coligação Goiânia do futuro (PSB-PP). Outro tipo de cédula traz no verso o modo de votar assinalando o nome e o número da candidata. Um outro tipo de cédula mais detalhado, traz além dos dados anteriores alguns dizeres, palavras de ordem, por exemplo, "Sou Jacyra a força da mulher" e "Trabalhando por você Cida Garcez", ou ainda, "Muitos motivos para votar em Marina". Algumas cédulas também trazem dados biográficos da candidata (naturalidade, currículo profissional e político) e promessas (defender programa de saúde, o asfalto no bairro).

As candidatas empregaram todos os meios de comunicações para divulgarem suas propostas. Distribuíram amplamente diversos objetos, todos com o nome, o número e o partido. Foi possível recolher alguns dos objetos da campanha das candidatas do PSDB e PP como, camisetas, canetas, calendário, camisinha (preservativo), cartilhas sobre estatuto do idoso, bonés, copos, marca livro, lixa de unha, porta lixo para carro, réguas, porta título.

---

<sup>51</sup> As pesquisas de Machado (2006) e Kuschinir (1996) apresentam análises dessa temática. Tomei-lhes como referência para a formulação dos perfis das candidatas.

<sup>52</sup> Material recolhido durante a campanha em Goiânia entre agosto e setembro de 2004.

<sup>53</sup> Ver material de propaganda das candidatas em anexo.

Jornais, panfletos, cartazes, faixas e *outdoors* também foram utilizados. A criatividade e o poder de convencimento transformaram-se em elementos marcantes, que valem ser registrados por seu papel histórico e pelo fator de comparação de estratégia empregada durante a campanha para vereadora em 2004.

Em um panfleto da campanha da Cidinha Siqueira (PT), com sua foto constava a ilustração da seguinte poesia:

#### Vereadora do Mundo

Seu voto para vereador pode mudar o mundo?

E se ao invés de vender, a gente cobrasse. Cobrasse.  
Cobrasse nosso voto a um novo milênio por segundo.  
Cobrasse nosso voto em forma de cinema no bairro.  
Em forma de dança, capoeira e teatro na praça.  
Em forma de arte e esporte na escola.  
Em forma de uma criança jogando bola.  
Em forma de outra tocando viola.  
Em forma de trabalho e renda na arte.  
Em forma de trabalho e renda no esporte.  
Em forma de um idoso tocando pandeiro.  
Em forma de norte para o universo inteiro.  
Em forma de um gesto humano fecundo.  
Em forma de amor cotidiano profundo.

Seu voto para vereador pode mudar o mundo?

E se ao invés de vender, a gente cobrasse.  
Cobrasse nosso voto a um novo milênio por segundo.  
E ele negasse se calar com a guerra.  
E reiventasse a vida.  
E explodisse com a liberdade adormecida.  
E devolvesse nossa convivência perdida.  
E despertasse nossa paz dormida.  
E rejeitasse se alimentar da intolerância.

E explodisse pelo respeito à diversidade renascida.  
 E nos pagasse sua dívida social acumulada.  
 E nos pagasse sua dívida ambiental devida.

Vereador da vida socialista vida.  
 Vereador do mundo di/ versomundo.

E se ao invés de vender a gente cobrasse.  
 Cobrasse nosso voto a um novo milênio por segundo.  
 Seria uma solução.  
 E seria também uma rima para nosso rio-raio-mundo.

Autor: Leo Pereira.

O uso da poesia como instrumento para questionar a troca do voto por um atendimento de necessidade, indicaria algumas inferências passíveis de confirmações. Representaria uma estratégia para sugerir formas criativas e coletivas de ganho, que pudessem beneficiar a coletividade. Seria divulgação de uma consciência, identidade social e política a ser atribuída à candidata. Por outra, representaria a consonância entre a propaganda e a bandeira defendida pela campanha para a disputa eleitoral. A investigação dessas possibilidades não consta nos limites desta tese. No caso, o objetivo pretendido foi registrar um fato histórico.

Uma comunicação em forma de carta, da candidata Marina (PT), apresentava um preâmbulo sobre as eleições para o Legislativo Municipal em 2004 e dizia o seguinte:

Há pessoas que perguntaram o que podem fazer, o que me faz mandar esta mensagem com algumas dicas, pedindo sua permissão:  
 Participar das atividades das agendas de Pedro e de Marina, as quais são passadas por e-mail todos os dias à noite;  
 Montar reuniões com amigos/ parentes/ vizinhos, passando informações sobre nossa administração em Goiânia e nossa proposta para a próxima gestão de Pedro para a Câmara Municipal;  
 Colocar demonstrações públicas de apoio, como bandeiras, adesivos e cartazes nos carros/motos/bicicletas/porta das casas/janelas;

Usar adesivo de peito e fazer o que popularmente é chamado de Rádio Peão, ou seja, falar com todos por onde passamos – igrejas, ônibus, bares, festas, local de trabalho, escola. - levando as notícias de nosso crescimento e rumo à vitória;

Pegar a agenda pessoal de telefones e ligar para todos os números que temos, no convencimento dos amigos para votarem em Pedro e Marina;

Pegar informações atualizadas no site de campanha de Marina, que dá acesso ao endereço de Pedro e do partido e repassa-las ao *mailing* a que tiver acesso;

Mandar uma cartinha a mala-direta a que tenha acesso, virtual ou por correio, pedindo votos e apoio;

Conversar com lideranças que possam ampliar nossos espaços nos bairros e segmentos organizados da sociedade;

Buscarmos mais formas de convencimentos, com criatividade e dentro da visão geral da campanha.

Nessa comunicação, o que poderia ser ressaltado aponta para os argumentos compondo uma orientação para o eleitorado e enfatizando uma postura passível de superar a “dimensão personalista” no jogo político. Nesse sentido, a mudança estaria relacionada com atividades de lideranças e desenvolvimento de uma visão geral da campanha.

Um panfleto destinado aos moradores do Parque Atheneu, em nome da candidata Jacyra Alves, trazia a seguinte mensagem:

É com satisfação e liberdade que através deste, venho mostrar-lhes um pouco do trabalho que continuamos a realizar pelo Parque Atheneu. Meu trabalho sempre foi pautado pela dignidade e responsabilidade, demonstrando assim, que desta forma podemos ter um Bairro seguro, organizado e digno de seu bem estar.

Desde o meu primeiro mandato estamos aqui lutando, por melhorias para esta comunidade, respaldada pelo exercício de “Vereadora que sou”. Tenho constantemente lutado para proporcionar-lhes os benefícios comumente solicitados por vocês.

Tenho aqui muitos amigos, mas não quero ser apenas mais uns dos que só prometem. Faço parte desta comunidade como membro de sua família, com toda a sinceridade e honestidade.

Quero continuar contando com esta Comunidade com sugestões e Reivindicações que tanto precisamos realizar aqui no Parque Atheneu. Através do meu Gabinete estarei pleiteando ao Sr. Prefeito e se necessário ao Sr. Governador tais solicitações por este motivo quero continuar a tê-los ao meu lado na condição de parceiros.

Tenho certeza que brevemente mais benefícios serão executados, conforme solicitação dos moradores.

Logo, com a contribuição de todos vocês moradores, tenho certeza que juntos conseguiremos o progresso tão almejado por esta comunidade.

Quero ainda, elencar algumas reivindicações já solicitadas por mim, no corrente ano, para o desenvolvimento deste Setor tão importante para a Região.

A forma como essa mensagem foi construída e dirigida a uma comunidade, empregando argumentos, apontando uma idéia de vínculo, compromisso, reciprocidade, é lugar comum na cultura política brasileira. “A ‘idéia de pertencimento’ é importante para criar a identificação entre candidato e eleitor”. Esse recurso comparado com outros empregados em campanhas semelhantes, indicaria uma referência de “identidade local”.

Considerando essa abordagem por analogia com outros estudos, encontram-se explicações de que a candidata a vereadora tem mais chances de se eleger que um candidato principiante. Dentre outras razões, isso ocorre porque “um vereador tem condições materiais e recursos humanos privilegiados para a realização de sua campanha” (KUSCHINIR, 1996:187).

Conforme o exposto sobre as campanhas das candidatas, as dificuldades enfrentadas no processo eleitoral são de natureza econômica, relacionadas à divisão sexual do trabalho e também à necessidade de conciliar as atividades próprias, da política e vida familiar. Há uma compreensão explícita sobre a necessidade de

determinação e de construção de um projeto político, para transpor as barreiras de acesso ao exercício do poder em instâncias governamentais.

A análise dos discursos e do material das campanhas das candidatas revela uma “crescente incorporação dos temas relativos às mulheres nos discursos políticos” (GROSSI e MIGUEL, 2001:173). No entanto, “não se percebe um alinhamento das propostas com relação aos interesses femininos” (MACHADO, 2006). Isso coloca a necessidade de se observar o papel e a atuação dos segmentos de mulheres no interior das agremiações partidárias. Essa ausência remete ainda para a urgência de adoção da plataforma feminista e suas orientações para a política e empoderamento das mulheres em instância de cargos eletivos.

Os debates realizados pela TV Anhanguera e TV Brasil Central, contemplaram apenas os candidatos para prefeitos. Nos programas disponíveis para os candidatos à Câmara Municipal, o pouco espaço de tempo atribuído a cada candidato dificultou a apresentação das propostas. A distribuição do programa entre as coligações, nem sempre oferecia distinção para o candidato ao Legislativo.

Apesar da importância da televisão como meio de comunicação de massa, a estruturação dos programas não ofereceu contribuição suficiente para que os candidatos à vereança ampliassem seu “capital político”. O papel da mídia sobre a construção do capital político é um processo de mão dupla: “a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistência” (MIGUEL, 2003:119). Esse processo, de certo modo, é mais visível para os políticos em cargos executivos. Para os cargos legislativos municipais, a ênfase ainda é reduzida.

É interessante notar que a análise dos discursos e dos textos das campanhas das candidatas revela que a diferença básica entre elas não esta na apresentação de um “discurso mais afinado com o imaginário feminista.” A distinção se dá na medida em

que dois tipos de “relações são estabelecidas, entre vereador e eleitor”<sup>54</sup>. Há relações que atribuem maior valor às possibilidades legislativas do mandato, isto é, ao vereador como instância política/pública capaz de instaurar melhorias legais na qualidade de vida dos eleitores. E quando se observa a tendência de construir uma relação personalizada, encarnada pelas idéias de doação, de assistência, de amizade. No entanto, observa-se uma semelhança entre os discursos das candidatas quanto a dirigirem-se e buscarem eleitores não só nos seus grupos de referências. Esta constatação mais tarde se confirmou com o fato de terem recebido votos em várias zonas eleitorais e regiões do município.

### **5.3 Atuação Parlamentar**

Para examinar a atuação política das vereadoras, faz-se necessário conhecer o significado de política para cada uma das lideranças estudadas. Nos depoimentos abaixo, a concepção de política aparece relacionada à legislação como forma de viver o cotidiano, como exercício de cidadania.

Por outra, a política também remete à questão do poder enquanto forma de ação, de deliberação e responsabilidade pelo coletivo.

A política verdadeira é a arte de bem servir a todos os cidadãos. Política é o momento onde o parlamentar também tem oportunidade de fazer leis que irão beneficiar a população. Política é a arte de legislar em prol da vida. O verdadeiro político é aquele que está preparado a nível teórico, emocional e espiritual, pois só assim poderá lidar com o poder (Cidinha Siqueira, vereadora do PT).

Significado de política para mim é servir. O que eu posso fazer enquanto parlamentar, para mudança dessa sociedade que ainda exclui o idoso, que

---

<sup>54</sup> Conforme Machado (2006:125) e Kuschinir (1996:193), respectivamente.

exclui o negro, que exclui a pessoa com deficiência, que exclui a mulher, que exclui todas as pessoas que são diferentes (Cidinha Siqueira, vereadora do PT).

Para mim política é o cuidado coletivo. Acho que a palavra cuidado é bem própria, aliás, eu coloquei no meu Site essa noção Cuidando de Goiânia. Eu penso que a política trata do coletivo de forma respeitosa, o mais participativo possível, então isso serve para a Associação de Bairros, serve para política partidária serve para tudo. Tem que ter um projeto. Fazer política, pensar política, elaborar política é tudo voltado para um interesse coletivo (Marina, vereadora do PT).

Outra explicação sobre o significado de política aparece relacionada à organização societária e compreende toda a sorte de relações sociais. “Os fins da política são tantos quantas são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias”<sup>55</sup>.

Política para mim é tudo. Não só para mim, acho que para todos. Nós que determinamos, nós estamos por legislar por Goiânia. A política, eu acredito, teria que ser ensinada desde a pré-escola, para as crianças, as pessoas aprenderem o que é política, o que é vereador, o que é deputado, o que é um governador, o que é um prefeito, o que é um senador, o que é um presidente. Porque se nós tivermos essa consciência desde criança, nós saberemos com certeza quando chegar lá nos 16 anos, a votar na pessoa certa, a escolher a pessoa certa. Então a política pra mim é como a família, ela é nossa vida. E não só a política. Tudo em nosso entorno, nós temos que trabalhar pelo bem comum: política, família, esporte, lazer. Então tudo isso, também, a religião também gira em torno da política. A política também determina isso e o inverso também é verdadeiro. Tudo envolve política o esporte, a religião, a família (Cida Garcêz, vereadora do PSDB).

---

<sup>55</sup> Segundo Bobbio (2004: 957).

Há também a percepção de política com ênfase para a relação com amizade, lealdade. Esse entendimento sugere uma definição segundo a qual “a esfera da Política coincide com a relação amigo – inimigo”<sup>56</sup>.

Eu sempre coloco para as pessoas que nós nunca devemos pensar fazer política profissão. Por quê? Porque política é amizade, companheirismo, verdade, desprendimento, seriedade e trabalho. Porque nós entendemos que política é amizade, verdade, porque o poder passa, o dinheiro acaba e a amizade fica. O mais importante no processo político são os amigos que você conquista (Jacyra Alves, vereadora do PP).

As argumentações nas respostas das vereadoras revelam a prática da cultura política brasileira e as “distintas concepções de existências: aquilo que na linguagem antropológica é chamada de visões de mundo”<sup>57</sup>. Assim sendo, as diferentes formas de pensar a política endossam os “tipos ideais” dos grupos já discutidos anteriormente. De um lado, se poderia perceber uma tentativa uma referência à política como construção de um processo democrático, coletivo e, sobretudo, plural. De outro, se perceberia um sentido que reforçaria a idéia da representação política próxima do modo institucional que tem prevalecido “escolha certa”, “amizade”, “confiança”. Tanto em um caso como no outro, é preciso “ver as redes sociais e simbólicas que envolvem o indivíduo em todos os seus atos”<sup>58</sup>. Isso seria imprescindível para o entendimento de que a construção democrática pressupõe conscientização social para desenvolver ideologia igualitária e assegurar os direitos e a cidadania de homens e mulheres. Por outra, nas palavras de

---

<sup>56</sup> Com base nesta definição, o “campo de origem e de aplicação da Política seria o antagonismo e a sua função consistiria na atividade de associar e defender os amigos e de desagregar e combater os inimigos” (BOBBIO, 2004: 959).

<sup>57</sup> Segundo Kuschinir (1996:199).

<sup>58</sup> Nos termos de Palmeira, citado por Kuschinir (op.cit.).

Avelar (2001:70), é muito grande a distância entre mundos e estilos de fazer política quando comparamos centro e interior *e partidos* (grifo meu).

A heterogeneidade entre as formas de legislar das vereadoras é marcante no desenvolvimento do trabalho na Câmara Municipal. Na atuação dessas parlamentares observa-se um aspecto interessante, que poderia estar relacionado com o processo de capacitação, ou ainda, com a construção de empoderamento das vereadoras. Trata-se do fato de terem sido eleitas para a presidência ou vice-presidência de comissões<sup>59</sup> relacionadas com suas prioridades e bandeiras.

A vereadora Cidinha Siqueira é presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania. Ela preside essa Comissão há dois anos, tendo sido eleita por consenso geral dos vereadores. Também é membro nas comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e da Saúde e Assistência Social.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social foi proposta e é presidida pela vereadora Marina. Ela participa também como membro nas Comissões de Finanças, Orçamento e Economia, e de Obras e Patrimônio.

A vice-presidência da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente é exercida pela vereadora Cida Garcêz que também é membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Economia e da Legislação Participativa.

Na vice-presidência da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia está a vereadora Jacyra Alves, que ainda é membro na Comissão Mista e da Saúde e Assistência Social.

Um levantamento do total das propostas apresentadas por todas as vereadoras indica 339 projetos. Destes um número de 63 foram aprovados e sancionados Leis. A

---

<sup>59</sup> As Comissões são eleitas na época da mesa diretora. São temporárias com validade para dois anos. As mais concorridas são as de Justiça e a Mista porque todos os trabalhos passam por elas. A tramitação dos processos inicia-se por elas, depois são encaminhados para as demais comissões.

distribuição delas por área temática é a seguinte: Saúde: 16 projetos; Desenvolvimento e meio ambiente: 12; Educação: 5; Lazer e Cultura: 5; Direitos Civis: 4; Transporte: 4; Utilidade Pública: 4; Habitação: 2; Títulos de Cidadania: 2; violência: 1; Outros: 8.

Dentre os projetos enumerados acima, Cidinha Siqueira é autora das leis sancionadas destacando-se: Projeto de Casas Populares que estabelece prioridade na aquisição de moradias populares às pessoas com deficiência e idosas (a partir de 60 anos); Projeto de Assistência Médica Geriátrica, para atender pessoas idosas vinculadas à Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC), com renda menor ou igual a um salário mínimo e meio e que não tenham plano de saúde; Projeto do Cadastro e Cartão Saúde, para orientar e facilitar o atendimento médico-assistencial para pessoas com deficiência e idosos.

Os principais projetos apresentados por Marina que foram sancionados em leis são: Projeto que regulamenta a atuação da municipalidade, nos termos do art.3º, caput, da Lei Orgânica de Goiânia, para coibir qualquer tipo de discriminação. (aprovado); Projeto que autoriza o uso dos espaços publicitários nos veículos do transporte coletivo de Goiânia para campanha contra a violência à mulher; Projeto que altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia, resolução nº 26, criando a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social (aprovado); Projeto que cria no município, o Conselho Municipal de Juventude.

A vereadora Cida Garcez apresentou os seguintes projetos que foram sancionados em leis: Projeto que dispõe ao portador de deficiência visual acompanhado de cão-guia o ingresso e permanência em qualquer local público ou privado, meio de transporte, desde que observadas as condições impostas do Código Sanitário; Projeto que dispõe sobre a divulgação de pessoas desaparecidas através da página da Prefeitura

de Goiânia na Internet; Projeto que dispõe sobre o incentivo à manutenção e redistribuição de arvoredo nativo nos imóveis da capital.

As principais leis derivadas dos projetos apresentados por Jacyra Alves são: Projeto Pró-mama de Mãos dadas com a Universidade Federal de Goiás, programa de mastologia para o atendimento da mulher goianiense (aprovado); Projeto de Parto Humanizado que prevê o direito à presença de acompanhante no processo de parto; Projeto que torna obrigatória a concessão de direito ao descanso de 48 (quarenta e oito horas) a todos os funcionários públicos municipais que sejam doadores de medula óssea.

A agenda social e política disponibilizada no site particular de cada vereadora apresentam certos tipos de atividades comuns no desempenho das funções parlamentares entre elas tais como: reuniões com assessorias; reuniões com movimentos sociais; audiências públicas; conferências de educação; formaturas em escolas; plenária estadual de cultura; concessões de títulos de cidadania; reunião missionária, cultos ecumênicos; comemorações do dia da mulher; participações em convenções dos partidos.

As diferentes concepções de política observadas nos discursos das parlamentares, representam pontos importantes para comporem os perfis, incidindo sobre as estratégias apontadas como forma de atuação política:

Meu mandato chama 'mandato popular inclusivo', itinerante. Ele vai até os bairros, Jardim América, Parque Amazonas, Setor Bueno, Sul, Nova Suíça... Todos já foram visitados, deixando minha cartinha, meu telefone, e me colocando à disposição para algum projeto, 'alguma defesa deles' (Cidinha Siqueira, vereadora do PT).

A política tem que ser feita em conjunto, para resolver as questões. Eu não vejo assim partidariamente. Eu não tenho esse segmento em minha

cabeça não, eu não aprendi isso. Eu aprendi que a política é para atender as pessoas e resolver os problemas de Goiânia, ou do setor ou da região (Cida Garcêz, vereadora do PSDB).

Eu gosto muito do que faço, tanto que nessa campanha (2004), eu fui convidada por inúmeras pessoas a sair candidata para deputada. Não tenho dúvida que ganharia, mas acho que nós, principalmente nós mulheres, nunca podemos vislumbrar o poder pelo poder. Eu acho que a gente tem que trabalhar naquilo que acredita que gosta. Se eu cheguei até agora no meu terceiro mandato, o que me trouxe ao meu terceiro mandato, primeiro, foi a minha família, segundo, a instituição forte que tenho, terceiro, foi os meus amigos (Jacyra Alves, vereadora do PP).

Sobre a relação com os demais parlamentares, as vereadoras falaram que é boa que não tem problemas, que se respeitam. Quanto à percepção do sentido de representação política os depoimentos indicam que estão lá para legislar por Goiânia.

Nós somos vereadores por Goiânia. A minha responsabilidade é Goiânia, que é um número enorme de moradores. Eu vejo que a política tem que avançar muito nesse sentido. A gente não pode ficar preso à questão de espaço. A minha responsabilidade é com o todo (Cidinha Siqueira, vereadora do PT).

Alguns homens têm uma linha de reflexão da Democracia de gêneros e algumas mulheres não têm. Eu percebo que as Vereadoras, nós não temos conseguido fazer, uma atuação conjunta, ter uma bancada, formar uma força. Eu já vivenciei isto na legislatura iniciada em 1989, nós estávamos aqui, nós éramos mulheres diferentes de partidos diferentes também, PC do B, PMDB, PT (Marina, vereadora do PT).

Nós estamos aqui pra trabalhar no todo, em conjunto e desenvolver o melhor trabalho. Às vezes, nós temos alguma discussão aqui ou ali, mas essas discussões são para terminar, é pra determinar o melhor projeto, entendeu? Então, acho que isso é importante também (Cida Garcez, vereadora do PSDB).

No que se refere à vinculação com o feminismo e movimento feminista, a partir das falas das vereadoras, destacam-se as seguintes argumentações.

Eu sou feminista eu acho que é preciso haver equilíbrio, é possível haver a possibilidade das mulheres se revelarem em todos os lugares, não é só uma questão das diferenças. É uma diferença da qualidade, da experiência feminina, da experiência de anos da mulher, diferente da experiência masculina, estar presente nos lugares (Marina, vereadora do PT).

Contato que eu tenho muito é com instituições, são pessoas na questão da caridade. São instituições filantrópicas (Cida Garcez, vereadora do PSDB).

Não, não gosto. A mulher feminista, ela é assim, muito, sei lá, parece que a visão dela de feminina é outra. Eu vejo mais a mulher como feminina, mulher mãe, mulher esposa, mulher dona de casa, mulher conciliadora, entendeu? Porque minha história como mulher é uma história bonita, não é uma história fácil. Foi uma história de luta, de humildade, de conquistas (Jacyrá Alves, vereadora do PP).

Do que foi exposto é possível inferir que o feminismo tanto transparece em opções, atitudes, como também pode ser uma referência uma simples apropriação de terminologia, como ocorre nessa última citação. Sobre o slogan “Jacyrá a força da mulher”, a vereadora disse ter se inspirado no slogan do amigo que faz referência “à força do trabalho”.

Nos discursos de todas as vereadoras a perspectiva para o futuro é continuarem na política. Marina pensa candidatar-se para a prefeitura. Cidinha Siqueira e Jacyrá Alves pretendem candidatarem-se à vereança novamente. Cida Garcêz diz:

Nós somos candidata à reeleição para vereadora. E se Deus quiser, se eu continuar desempenhando, ou se as pessoas estiverem realmente gostando

de nosso trabalho, eu tenho certeza que vou ser eleita vereadora e sendo reeleita, no próximo pleito, depois de reeleita vereadora em 2008, eu quero candidatar a deputada estadual também.

Um entendimento imprescindível para pensar a atuação parlamentar indica dois pontos a serem considerados. Um mostra que a “ação política”, marca a vida social ao organizá-la “tendo em vista a obtenção do bem comum,” nos termos de Arendt, conforme nos aponta Charaudeau (2006:17). Desse modo, “é ela que permite que uma comunidade tome decisões coletivas, uma vez que seria movida por um querer viver junto”. O outro leva em conta que a linguagem e a ação representam componentes da “troca social”. Isto quer dizer que ambas guardam uma autonomia própria, mas ao mesmo tempo, “se encontram em uma relação de interdependência recíproca e não assimétrica” (id.ibid.).

Desse modo, ainda que as parlamentares apresentem características comuns de um tipo de perfil, isto não significa que tenham identidades iguais. Cada uma constrói sua individualidade, seu modo próprio de articular interesses pessoais e coletivos. Isso fica evidenciado pelas múltiplas formas como entendem a política, e pelas várias propostas de legislação que apresentaram.

Nesse sentido, é possível inferir que a política através do exercício do poder legislativo, ressignifica a identidade feminina. Essa afirmativa responde positivamente ao problema proposto inicialmente.

O que conduz a essa inferência é o entendimento de que as vereadoras entrevistadas exercem uma ação no espaço público que lhes permite, vivenciarem uma “pluralidade de posições de sujeito” (MOUFFE:1992), conforme discussão apresentada no capítulo I. Dois exemplos ilustram tal assertiva. O primeiro é referente ao fato de terem sido eleitas e com isso constituírem-se representantes da população. Desse modo a política representaria uma forma de relacionar fatores individuais e coletivos. O

segundo exemplo está relacionado com a condição das parlamentares ocuparem a presidência das Comissões que trabalham com as temáticas, “bandeiras”, defendidas por elas. Com isso teriam a possibilidade de construir um poder, um empoderamento, através da participação política manifesta pelo ato de proporem projetos que podem ser transformados em leis sancionadas. O fato de exercerem ações no espaço público, legislando para a comunidade, confere a essas autoras, uma condição distinta daquela vivenciada antes de ocuparem cargos legislativos.

Por outro lado, contribui também para essa resposta do problema, o modo como foi retratada a relação das vereadoras com seus pares e com seus eleitores. Nesse aspecto as falas suscitam um empoderamento que é pessoal. Mas, de certo modo, atitudes de empoderamento individual possivelmente influenciariam uma atuação feminina na política. Essa proposição é respaldada pela crescente votação recebida pelas vereadoras reeleitas como a Marina e a Jacyra Alves, e pelo empenho das novatas, Cidinha Siqueira e Cida Garcez, para candidatarem-se nas próximas eleições de 2008.

## 6 Considerações Finais

A ênfase trabalhada nesta tese, privilegiando a historicidade, possibilitou compreender que a construção do sujeito político mulher é um processo complexo. Ele implica considerar a individuação como uma singularidade que só encontra razão na relação com outras singularidades. Enquanto ser social político, a pessoa tende a escolher e apreender aquilo que representa uma positividade para as suas necessidades. À medida que adquire autonomia e amplia suas relações, torna-se necessário discernir entre liberdade e o limite de sua escolha (SIMMEL, 1979:16-19).

O conhecimento e a consciência construída pelos movimentos feministas ao longo das diferentes fases, representaram uma contribuição valiosa para questionar os princípios e papéis atribuídos às mulheres.

O debate atual sobre mulher e política vive uma fase complexa de novas e significativas determinações históricas, apontando para um entendimento de política para além da esfera pública.

Hoje em dia, o feminismo se coloca mais claramente dentro do projeto das transformações sociais mais amplas, trazendo para esse projeto de transformação uma perspectiva radical sobre as relações de gênero e essa perspectiva leva, por sua vez, a novos entendimentos e novas concepções feministas sobre tudo – sobre a cidadania, a própria democracia, a política, a pobreza – sobre uma série de assuntos que em outras épocas eram consideradas gerais (ALVAREZ, 2004:23).

Portanto o feminismo procura inovar e ressignificar a identidade feminina. A constatação desse entendimento no cotidiano é percebida pela ênfase com que as organizações feministas têm orientado as mulheres para a atividade política. Dentre os instrumentos privilegiados para isso, as vídeo-conferências “Lugar de Mulher é na

Política”, realizadas em 2004 em Brasília, representaram um momento de intercâmbio entre lideranças políticas e pesquisadoras feministas de todo o Brasil.

Essa vídeo-conferência permitiu ressaltar a necessidade – nacional e local – de se adotar estratégias que visem capacitar as mulheres para o exercício do poder. Nesse sentido, as sugestões apontaram para a formação de grupos de debate, com objetivos feministas. Construir uma perspectiva feminina para as políticas é de extrema importância. Há necessidade de se fazer política no partido, para fortalecer as mulheres para a competição partidária. O feminismo no Brasil, a exemplo de outros países da América Latina, optou por participação mais do que por representação política, de acordo com as teóricas feministas. Agora, o feminismo precisa avançar na conquista dos espaços políticos.

Isso está estreitamente relacionado com o processo democrático. Logo, é possível inferir que a questão da mulher na política transcende o problema das cotas. Trabalhar com o objetivo de equidade de gênero e com a representação da mulher na política, significa colocar ênfase na educação não sexista ampliada para toda a população. É preciso discutir a Plataforma da Igualdade e Cidadania Feminina, de modo a capacitar eleitores e seus representantes, para uma construção nova e ressignificada das relações sociais.

Fortalecendo o diálogo político, será possível defender a bandeira da democracia participativa para garantir pluralidade e desenvolvimento de um projeto civilizatório e sustentável, que não se restringe ao local. O papel das Conferências Mundiais sobre a Mulher, com sugestões para a construção de agenda política dos países signatários, aponta para essa direção.

Percebe-se com isso, a formação de redes por meio de organizações, congressos, encontros e seminários, facilitando o monitoramento das proposições para os programas governamentais. Com isso, poderá se desenvolver uma noção de cidadania feminina,

visando uma “proteção transnacional como os Direitos Humanos”, como no exemplo da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

Nesse processo, a mulher realizaria uma atuação política cuja autonomia relativa ocorreria na concretude de alteridades, em transformação com o todo. Assim, o processo de individuação e identidade, caracterizador do perfil feminino, não sendo perene, é questão aberta para investigações e trabalhos interdisciplinares.

Os perfis das parlamentares apresentados indicam que a mulher, no exercício do poder político partidário, aciona múltiplos aspectos de sua identidade (individual e coletiva). Apesar do uso de uma terminologia de gênero, não se identificou uma interface da atuação política das parlamentares com o projeto feminista brasileiro. Isso é evidenciado nos argumentos presentes nos discursos quanto ao trajeto, interesse, opção e escolhas políticas. Verificou-se que o modo de inserção na política, através dos movimentos sociais e de relações familiares e de amizade, possivelmente estaria relacionado com a concepção de política para as vereadoras.

Um ponto de convergência na trajetória de todas as parlamentares é o fato de terem ocupado cargos de administração em órgãos públicos, antes de se candidatarem para as disputas eleitorais em 2004, o que lhes permitiu manter contato com a população e, possivelmente, uma oportunidade de construção de “capital político”.

É importante compreender o Legislativo “para além daquilo que ele parece ser” (COSTA, 2001:223). As maneiras como as vereadoras desempenham seu papel são diversificadas. Algumas inovam ao exercerem o mandato, imprimindo às suas ações, um sentido de representação democrática, de inclusão social e construção de uma cidadania ativa.

Outra forma de vereança pauta-se por relações numa concepção tida como “assistencialista”, com desenvolvimento de atividades e atendimentos direcionados para a “filantropia”. Esse tipo de atuação política é marcada por vínculos com uma identidade local.

Os compromissos políticos advindos do vínculo identitário subvertem os princípios teoricamente consagrados da representação política. O sentido político da identidade, através do solo moral que constitui, confere legitimidade a práticas políticas – como a barganha de recursos para o reduto eleitoral – considerados sob aquele prisma (CHAVES apud MACHADO, 2006:85).

Não restam dúvidas de que o legislativo municipal constitui um importante canal de acesso de “ressonância”. Os projetos de leis e as agendas públicas das parlamentares são indicadores das atividades nesse sentido.

Onde há Câmaras Municipais, há gabinetes, há galerias, há votações em plenário, há indicações de Vereadores a Prefeitos, há reuniões, há audiências públicas, há fóruns – hoje em dia há muitos fóruns, uma nova forma de mediação. Portanto, os Vereadores, para o bem ou para o mal, em sua prática cotidiana podem ser vistos como mediadores (COSTA, 2001:223).

Esse é um aspecto importante do exercício da política representativa. Nesse processo há mulheres que estão construindo uma identidade semelhante à dos homens na política. Entretanto observa-se a importância de desenvolver uma “capacitação da liderança feminina para as disputas eleitorais e para o exercício dos cargos eletivos” (MACHADO, 2006:134). Essa capacitação representa elemento crucial para a resignificação da identidade da mulher. Identidade que não é homogênea nem estática. Perceber isso representa um ponto de partida para propor e defender uma política que busque a equidade para as mulheres em instâncias governamentais.

Para tanto, é necessário desmistificar o poder e as relações de poder configuradoras do cotidiano político como algo “exterior às mulheres” (ARAÚJO, 2002a :149).

Desse modo seria possível avançar de uma “política do desvelo”, para uma “política de presença”, onde não apenas quem, mas o que está sendo representado constituiria o elemento concreto para a construção de uma democracia participativa.

Quanto às perspectivas para o futuro, as quatro vereadoras desejam participar da disputa eleitoral de 2008. Três pretendem re-candidatarem à vereança e uma pretende candidatar-se para o executivo municipal.

Finalmente, o que ressalta da construção desta tese é que a mulher ao vivenciar o poder através da política, constrói deferentes posições de sujeito no espaço privado e público. Ela assim o faz, ao re-organizar as relações sociais na família e demais grupos de convivência, que no exemplo analisado desta tese, é o exercício no Legislativo Municipal.

Desse modo, têm-se a resposta afirmativa para o problema proposto inicialmente: a política ressignifica a identidade feminina. Esta condição é processual e dinâmica. Para tal consideração, pauto-me no significado de identidade defendido anteriormente, e que reconhece a interação entre os aspectos individuais e coletivos configuradores do cotidiano da mulher inserida na política partidária. Com isso, também enfatizo a questão da autonomia feminina estreitamente relacionada com o empoderamento.

Como já foi discutido, capítulo I, o empoderamento não é uma outorga de poder. Ele envolve o poder quando e se a pessoa constrói uma capacitação que lhe permite tomar decisões e realizá-las, no contexto de seu cotidiano.

Como tudo que é relacional, a identidade, o poder, e o empoderamento, são construções múltiplas que envolvem aspectos simbólicos e materiais usados pela pessoa para sua individualização, como aquilo que a distingue dos outros.

A análise da participação feminina na esfera do Legislativo Municipal em Goiânia aponta que, de modo geral, as ações das mulheres são iguais às dos homens. Mas existe também o empenho em desenvolver um modo de legislar diferenciado. São os exemplos do “mandato itinerante” empreendido por Cidinha Siqueira, e a defesa de um “desenvolvimento sustentável” para a capital, feita por Marina.

A literatura sobre o modo das mulheres e homens legislarem, indica que não existe consenso. Existem posições que defendem um modo diferente de exercerem o parlamento para as mulheres, e posições que reforçam um modo de legislar igual para ambos os gêneros. Creio que as mulheres devem construir um modo de parlamentar diferente dos homens, principalmente considerando toda discussão de identidade feita nesta tese.

Logo, é possível constatar que a relação entre o plano empírico e o da teoria não é algo facilmente explicável. Contudo, buscar uma compreensão reconhecendo sua processualidade, a meu ver, é uma forma de construir conhecimento sobre um objeto dado.

E quando esse objeto trata de mulher e política, o desafio da investigação é grande e merece ser trabalhado, para contribuir com as participações femininas nas disputas eletivas visando a equidade de gênero.

## Bibliografia

AGUIAR, Neuma. Gênero e ciências humanas desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desigualdades de Gênero, Mulheres no Parlamento e Reforma no Brasil. Conferência 2º Encontro ENCE/IBGE. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. ALCÂNTARA, A. P. CAVENAGHI, S. M. A participação das mulheres nas eleições de 2004 e o déficit democrático de gênero no Brasil. XXV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Porto Alegre, 2005.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/ UFSC, v.9, no. 1, p. 231-252, 2001.

\_\_\_\_\_. Feminismos e Poder político: Algumas reflexões sobre trajetórias, tensões e ambivalências. In: Revista Interseções Ano 4 N. 2 UERJ, Rio de Janeiro, 2002a

\_\_\_\_\_. Ações afirmativas como estratégias políticas feministas. In Gênero democracia e sociedade brasileira. BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra. (orgs.), São Paulo: FCC: Ed.34, 2002b.

\_\_\_\_\_.& SCALON, Celi (orgs.) Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

AVELAR, Lucia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Konrad-Adenauer/Ed. da UNESP, 2001.

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In BRUSCHINI, C. (org) Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, ed. 34, 2002.

BARROS, Myriam Lins de. Autoridade e afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

\_\_\_\_\_. Pesquisando fotografias e lembranças: Os guardiões da memória. In: Goldeman, S. et. al. (orgs.) Cabelos de néon. Rio de Janeiro: Ed. Talento Brasileiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Velhos e jovens no Rio de Janeiro: processos de construção da realidade. In VELHO, Gilberto e KUSCHINIR, Karina (Orgs.) Pesquisas urbanas desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAUDOIN, Jean. Introdução à sociologia política. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

BAUER, Martin W. e GASKEL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENEVIDES, Maria V. M. Cidadania e democracia. Lua Nova, São Paulo n.33,p.05-16,1994.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BICALHO, Elizabete. A mulher e a modernidade. In Cadernos de Área nº 7 Estudos de Gênero. Goiânia: Editora UCG, 1998.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

\_\_\_\_\_. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens qualitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina. O.& BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

CAMPOS, F. Itami. Ciência política: Introdução à teoria do Estado. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

CARDOSO, Irede. O direito da mulher à nova Constituição. Rio de Janeiro: Global, 1986.

CARREIRÃO, Y. S. KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). In Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol 47, nº 1, 2004, pg 131-168.

- CARVALHO, José M. A cidadania no Brasil. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Os direitos das mulheres e o Legislativo no Brasil. Brasília: CFEMEA, 1999.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Jornal FÊMEA. Ano XIII, nº 141, Brasília, fev 2005.
- CHAUÍ, Marilena S. Cultura e democracia. São Paulo, Moderna, 1984.
- CHAUL, Nasr Fayad. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: UFG, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2006.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. Plataforma Política Feminista. Brasília: [s.n.], jun 2002.
- CONTE, Isaura. O feminismo camponês. In Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 1, nº 4, nov. 2007.
- COSTA, Delaine Martins. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/ UFSC, Florianópolis, v.9, n.1, p. 213-224, 2001.
- \_\_\_\_\_.& NEVES, Maria da G. R. A condição feminina nos países do Mercosul. Rio de Janeiro: IBAM, 2002.
- \_\_\_\_\_. Gênero, representação e liderança feminina da política municipal: prefeitas brasileiras (2001-2004). In Participação feminina na construção da democracia. IBAM, Rio de Janeiro, 2003.
- DAGNINO, Evelina. ALVAREZ, Sonia E. ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- DIAS, M. O. L. S. Teoria e Método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina. O.& BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

DOMINGUES, José M. Cidadania, direitos e modernidade. In: SOUZA, Jessé (Org.) Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle. Introdução: ordens e liberdades. In DUBBI, George. PERROT, Michelle (org). A História das Mulheres. Volume 4. São Paulo: Afrontamento, 1991.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In SOUZA, Jessé (Org.) Democracia hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FRIEDAN, Betty. Mística Feminina. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

CODINEAU, Dominique. Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias. In DUBBI, George. PERROT, Michelle (org). A História das Mulheres. Volume 4. São Paulo: Afrontamento, 1991.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e Diferença de gênero. O problema da dupla lealdade. In BONACCHI, Gabriella. GROPPI, Ângela (org). O Dilema da Cidadania. São Paulo: Unesp, 1995.

GALSTER, Ingrid. Cinquenta anos depois de O Segundo Sexo, a quantas anda o feminismo na França? Uma entrevista com Michelle Perrot. Rev. Estudos Feministas vol. 11 n° 2. Florianópolis: 2003.

GIANFORMAGGIO, Letizia. Igualdade e diferença: são realmente incompatíveis? In BONACCHI, Gabriella. GROPPI, Ângela (org). O Dilema da Cidadania. São Paulo: Unesp, 1995.

GÓIS, Edma C. Elas esperam a vez. In Newsletter Mulher e Democracia, set 2006.

GOMÁRIZ, Enrique. Los Estudios de Género y sus Fuentes Epistemológicas: Periodización y Perspectivas. In Fin de Siclo Género y Cambio Civilizatório. Ediciones de las Mujeres n° 17, 1992.

- GOUGES, Olympe. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. In BONACCHI, Gabriella. GROPPi, Ângela (org). O Dilema da Cidadania. São Paulo: Unesp, 1995.
- GROSSI, Miriam P. & MIGUEL, Sônia M. Transformando a diferença: as mulheres na política. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/ UFSC, Florianópolis, v.9 n.1, p. 164-206, 2001.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HEILBORN, Maria L. e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.) O que ler na ciência social brasileira. Sumaré: ANPOCS:/CAPES, 1999.
- INSTRAW-ONU, Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher. Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento: Uma abordagem básica. Brasília: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal- GDF, 1995.
- JACOB, César Romero et al. Religião e Sociedade em capitais brasileiras. Rio de Janeiro: PUC- Rio, São Paulo: Loyola, Brasília: CNBB, 2006.
- JUREMA, Solange Bentes. Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/ UFSC, Florianópolis, v.9, n.1, p.207-212, 2001.
- KUSCHINIR, Karina. Cultura e representação política no Rio de Janeiro. In GOLDMAN, Marcio. PALMEIRA, Moacir (org). Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1996.
- LAGO, Mara Coelho de Souza. Identidade a fragmentação do conceito. In: SILVA, A. RAMOS, T. LAGO, M.C. S. (Orgs.) Falas de gênero. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999.
- LAHIRE, Bernard. Patrimônios Individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. Sociologia, problemas e práticas, n.49, p.11-42, 2005.
- \_\_\_\_\_.A cultura dos indivíduos. Porto Alegre: Artemed, 2006.
- LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In HOLANDA, Heloísa Buarque (org). Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- LEON, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. In Estudos Feministas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC. Volume 8, nº 1, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LUKES, Steven. O poder: uma visão radical. Brasília: Editora UnB, 1980.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. et.al. Gênero, religião e política: as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. Ciências sociais e religião, Porto Alegre, n.4, p.125-148, 2002.
- \_\_\_\_\_. Neopentecostalismo: relação de poder entre os gêneros. Caminhos, UCG, Goiânia, v.1 n.2, p.67-81, 2003 a.
- \_\_\_\_\_ & FERNANDES, Sílvia. Mulheres e relações de poder. Praia Vermelha, PPGESS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.8, p. 178-193, 2003b.
- \_\_\_\_\_. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro. In: BURITY, J. A. & MACHADO, Maria das Dores Campos. (Orgs.) Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 2006.
- \_\_\_\_\_. Política e Religião: A participação dos evangélicos nas eleições, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.
- \_\_\_\_\_. A política: um novo espaço de articulação das identidades religiosas e de gênero. Mimeografado. 2004.
- MACHADO, Lia Zanota. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina.O.& BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. A questão judaica. São Paulo: Moraes, 1991.
- \_\_\_\_\_. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MASCARENHAS, Ângela. C. B. O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora. Goiânia: Alternativa, 2002.

MICHEL, Andrée. O feminismo: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: O caso das cotas de representação. Rev. bras. Ci. Soc, São Paulo, v.15, n. 44, p.91-102, 2000.

\_\_\_\_\_. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/ UFSC, Florianópolis, v.9, n.1, p.253-267, 2001.

\_\_\_\_\_. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo, v.18, n.51, p.123-140, 2003.

\_\_\_\_\_. Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. In Rev. Sociol. Polít. Curitiba, 20, pg 115-134, jun. 2003.

MOUFFE, Chantal. O regresso do político. Lisboa: Gradiva, 1996.

NYE, Andréa. Teoria feminista e as filosofias do homem. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

ODORISIO, Ginevra Conti. Feminismo. In BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 2004.

O POPULAR, Jornal. Goiânia, 5 de outubro de 2004.

PALMEIRA, Moacir. E GOLDMAN, Marcio. (Orgs.) Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais. In BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. Tempo social, FFLCH-USP, São Paulo, v.2, n.2, p.07-33, 1990.

\_\_\_\_\_. A diferença faz diferença, ou a produção social da diferença. São Paulo: Editora 34, 2000.

PINTO, Céli Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In COSTA, A. O. BRUSCHINI, C. (org). Uma Questão de Gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

\_\_\_\_\_. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas. In SAFFIOTI H. I. B. VARGAS M.M. (org) Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

\_\_\_\_\_. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In BRUSCHINI, C. (org) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, Cidadania e Direitos Humanos. In BRUSCHINI, C. (org) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, ed. 34, 2002.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/ UFSC, Florianópolis, v.9, n.1, p.268-290, 2001.

RAMOS, Maria H. R. Poder local e acumulação capitalista na era da globalização. In Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social. Volume 1, nº 1, UFRJ Rio de Janeiro:1997.

REIS, Elisa P. Processos e escolhas, estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra capa, 1989.

RESENDE, Anita C. A. Subjetividade em tempos de reificação: um tema para psicologia social. In Estudos Vida e Saúde. Volume 28, nº 4, Jul/Ago. Goiânia: UCG, 2001.

ROCHA, M. J. P. BICALHO, Elizabete. FARIA, G. J. Luta e resistência de mulheres em Goiás (1930-1993). In Cadernos de Pesquisa. Goiânia: UCG, 1999.

RODRIGUES, Almira. Cidadania das mulheres e legislativo federal novas e antigas questões em fins do século XX no Brasil. Brasília: CFEMEA, 2001.

\_\_\_\_\_. Mulheres: Movimentos sociais e partidos políticos. CFEMEA, Brasília. Disponível em <http://www.CFEMEA.org.br>. Acessado em agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. BORELLI, Geane. In Dados Estatísticos: Eleições 2004 CFEMEA Brasília. Disponível em [www.CFEMEA.org.br](http://www.CFEMEA.org.br) Acessado em 9 de setembro de 2004.

ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Trad.de Christine R. Dabat e Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

\_\_\_\_\_. A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem. Trad. Élvio A. F. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e Rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In

VENTURI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol. OLIVEIRA, Suely (org). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Josué Pereira da. Cidadania e reconhecimento. In: AVRITZER, Leonardo & DOMINGUES, José M. (Orgs.) Teoria social e modernidade no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In VELHO, O. G. (org) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SLEDZIEWSKI, Elizabeth. Revolução Francesa: A viagem. In DUBBI, George.

PERROT, Michelle (org). A História das Mulheres. Volume 4. São Paulo: Afrontamento, 1991.

SOARES, Vera. Movimento Feminista. Paradigmas e Desafios. In Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 1994.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In COSTA, A. Oliveira. BRUSCHINI, C (org) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Tempos Modernos, 1992.

STOPPINO, Mario. Poder. In BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 2004.

SCHWARZER, Alice. Simone de Beauvoir hoje. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

THERBORN, Göran. Sexo e poder: A família no mundo 1900-2000. Trad. Elisabete D. Bilac. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

- TOSCANO, Moema. TABAK, Fanny. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- VALDÉS E, Teresa. et. al. 1995-2003: *Han avanzado lãs mujeres? Índice de compromiso cumplido Latino-Americano*. Santiago do Chile: FLACSO/UNIFEM, 2006.
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- \_\_\_\_\_. *Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- VELHO, Gilberto e KUSCHINIR, Karina (Orgs.) *Pesquisas urbanas desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- VENTURI, G. RECAMÁN, M. OLIVEIRA, S. (orgs) *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- VIDEO-CONFERÊNCIA: *Lugar de Mulher é na Política*. Interlegis, Brasília, set 2004.
- YOUNG, Íris Marion. *Representação Política, Identidade e Minorias*. In *Revista Lua Nova*. São Paulo, n ° 67, pg 139-190, 2006.
- WALZER, Michael. *Citizenship*. In BALL, T. FARR, J. and HANSON, R. (eds) *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge: University Press, s.d.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 4ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Ciência e política: Duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- WRIGHT, Sonia. *Das cotas à paridade desafios para a representação política das mulheres*. FÊMEA- CFEMEA, Brasília, Abr.-Jul. 2006. n.150, p.10-11.

**Anexos**

Anexo 1

Material de campanha Cida Garcêz

**CIDA GARCÊZ**  
**40.456**  
 VEREADORA PSB  
 Prefeito - Sandes Júnior 11 - Vice - João Campos

**LEIA A BÍBLIA ONDE ENCONTRARÁ AUXÍLIO**

**ANGUSTIADO**  
 Salmo 51  
 Mateus 5,4  
 Isaias 53: 4-5  
 II Cor. 1,3-4

**DESENCORAJADO**  
 Salmo 23  
 Salmo 35:22  
 Mateus 5,11,12  
 II Cor. 3,8-18  
 Fl. 4,4-7

**EM DIFICULDADES**  
 Salmo 18  
 Salmo 31  
 João 14,1-4  
 Heb. 7,25

**ENFERMO OU IDOSO**  
 Salmo 36  
 Mat. 26,39  
 Rom. 8,3-5  
 II Cor. 12: 9,10

**VEREADORA**  
**CIDA GARCÊZ**  
**40.456**  
 Sandes Júnior 11  
 Prefeito - Sandes Júnior 11

CONCEÇÃO - GOIÁS DO FUTURO

**CIDA GARCÊZ**  
**40.456**  
 VEREADORA PSB  
 Trabalhando com você  
 Prefeito - Sandes 11

**CIDA GARCÊZ**  
**40.456**  
 VEREADORA PSB

2004

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO						
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D
		1	2	3	4							1			1	2	3	4	5	
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			

**OUTUBRO** **NOVEMBRO** **DEZEMBRO**

**Prefeito Sandes 11**  
 Vice - João Campos

## Anexo 2

## Material de Campanha Cidinha

Coligação Trabalho e Confiança  
PT - PTB - PC do B - PMN - PT do B - PCB

**PEDRO WILSON**  
prefeito 13

**CIDINHA**  
VEREADORA  
13813

**VEJA COMO VOTAR PARA VEREADOR**      **VEJA COMO VOTAR PARA PREFEITO**

DIGITE AS TECLAS **13813**      DIGITE AS TECLAS **13**

VEREADOR      PREFEITO

JUSTIÇA ELEITORAL

APORTE A TECLA VERDE PARA CONFIRMAR O SEU VOTO

PARA VEREADORA:

**CIDINHA**  
Construindo Dignidade

**13813**

**PEDRO WILSON**  
prefeito 13

Coligação Trabalho e Confiança  
PT - PTB - PC do B - PMN - PT do B - PCB

**CIDINHA**  
VEREADORA

**Pedro Wilson**  
Prefeito  
**Misael**  
Vice

**13813**

Coligação Trabalho e Confiança  
PT - PTB - PC do B - PMN - PT do B - PCB

PARA VEREADORA VOTE:

**13813**  
CONFIRME:

- 1 A continuação da luta pela inclusão das pessoas portadoras de deficiência física, mental, auditiva, visual e de síndrome de Down;
- 3 A construção da dignidade humana sob os princípios éticos e religiosos;
- 8 A valorização dos idosos, crianças e adolescentes;
- 1 A valorização dos pequenos agricultores;
- 3 A ampliação da política de prevenção às drogas

**Cidinha é:**

- ★ Formada em Pedagogia, graduanda em Psicologia, pós-graduada em Administração Educacional e diplomada pelo Ministério Público do Estado de Goiás com o título Mérito Cidadão, em reconhecimento as suas ações realizadas em prol da cidadania.

**PEDRO WILSON** prefeito nº 13  
Coligação Trabalho e Confiança

## Anexo 3

## Material de Campanha Jacyra

**CONHEÇA JACYRA**

A vereadora Jacyra Alves quer se eleger para seu terceiro mandato na Câmara Municipal de Goiânia e prestar contas de sua atuação.

É assistente social, contadora, especialista em auditoria, e foi funcionária de carreira do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, exercendo o cargo de inspetora e contadora-geral. Foi também Auditora Geral do Município e presidente do PPB Mulher.

Na câmara é membro da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Mista. Tem se destacado por ser autora do Projeto Pró-Mama (Projeto de Peito Aberto), Parto Humanizado que institui a presença de acompanhante no processo do parto; e idealizadora do Parque Ecológico do Jardim Goiás (Parque Flamboyant), que será um novo cartão postal de Goiânia.

Queremos de novo fazer de Jacyra a nossa Vereadora. **Nossa campanha é dez.**

Junte-se a nós votando e conseguindo 10 votos para eleger nossa vereadora.

**10 votos  
para eleger  
nossa vereadora.**

**Jacyra**  
A força da mulher  
**11644**

Fone: (62) 524-4335 / 524-4336  
www.vereadorajacyra.com.br  
vereadorajacyra@hotmail.com

Anexo 4

# Material de Campanha Marina

**Representações Públicas**

- ★ Candidata a Governadora com 15,2% (385.524 eleitores) da votação do Estado de Goiás e 24,7% (149.354 eleitores) dos votos de Goiânia
- ★ Vereadora por dois mandatos
- ★ Presidenta do PT-Goiânia por duas vezes
- ★ Secretária de Comunicação (2001) e Secretária de Ação Integrada (2003) do Governo Pedro Wilson
- ★ Coordenadora do Movimento Mulheres Sem Medo do Poder
- ★ Filiada ao PT desde 1983





**Para participar**  
Comitê Central  
Av. 83, nº 120, Setor Sul  
Caixa Postal 813  
CEP: 74001-970

**Para marcar agenda**  
Jaice Lopes  
Tel.: (62) 275-7038  
Cel.: (62) 9698-4152  
Fax: (62) 255-7811

**Muitos motivos pra votar em Marina**

Marina é firmeza, ousadia e sensibilidade. Marina incorpora em tudo o que faz uma postura de coerência e determinação, juntando franqueza e afeto com as pessoas. Busca ética na ação política, ética na vida.

Em sua atuação na Câmara Municipal, Marina pretende contribuir para a transparência dos atos do Poder Legislativo e a elaboração constante de políticas públicas que honrem a população de Goiânia.

Marina vai trabalhar para que a cidade tenha um desenvolvimento sustentável, saudável, planejado, inclusivo, diverso e plural. Um desenvolvimento dedicado à preservação da memória cultural e com olhos voltados para a dignidade humana hoje, e uma linda cidade sendo construída para nossa vivência e para o futuro.

Marina pretende colaborar com os movimentos organizados, de modo a garantir maior participação nas decisões que são tomadas pelo poder público, em movimento permanente de educação política e cultural.

Nossa candidata se propõe ainda a dar sua contribuição, via PT, para o fortalecimento dos partidos como instrumentos de disputa qualificada.

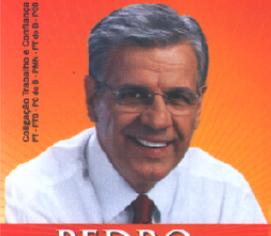
Marina articula a utopia de um mundo de paz, justiça e dignidade; de um Brasil com um projeto de nação liderado pelo Governo Lula e com conquistas de poder local, presentes na vida das pessoas no bairro, no trabalho, na escola, na vida.

Vote Marina, Vote Pedro.

Saiba mais sobre Marina em nossa página na Internet:  
[www.marina13130.com.br](http://www.marina13130.com.br)







**PEDRO WILSON**  
prefeito 13



**marina**  
VEREADORA 13130

**VEJA COMO VOTAR PARA VEREADOR**

DIGITE AS TECLAS **13130**



**VEJA COMO VOTAR PARA PREFEITO**

DIGITE AS TECLAS **13**



**APERTE A TECLA VERDE PARA CONFIRMAR O SEU VOTO**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)